



Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

DÉBORA CRISTINA SAMPAIO DO VALLE

Saúde da mulher negra: vida, existências e resistências.
O atravessamento do racismo institucional na saúde

Maringá

2023

DÉBORA CRISTINA SAMPAIO DO VALLE

Saúde da mulher negra: vida, existências e resistências.
O atravessamento do racismo institucional na saúde

Dissertação apresentada à banca examinadora como requisito e etapa final do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Mestrado Políticas Públicas do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Marivânia Conceição Araújo.

**Maringá
2023**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)


V181s	<p>Valle, Débora Cristina Sampaio do</p> <p>Saúde da mulher negra: vida, existências e resistências : o atravessamento do racismo institucional na saúde / Débora Cristina Sampaio do Valle. -- Maringá, PR, 2023. 155 f.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Marivânia Conceição Araújo. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2023.</p> <p>1. Mulheres Negras. 2. Saúde da mulher. 3. Racismo. I. Araújo, Marivânia Conceição, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.</p> <p>CDD 23.ed. 305.488</p>
-------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

DÉBORA CRISTINA SAMPAIO DO VALLE


Saúde da mulher negra: vida, existências e resistências. O atravessamento do racismo institucional na Saúde

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA

Documento assinado digitalmente
 MARIÂNIA CONCEICAO DE ARAUJO
Data: 04/08/2023 23:37:09-0300
Verifique em <https://validar.j6.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Marivânia Conceição Araújo
Universidade Estadual de Maringá (Presidente)

Documento assinado digitalmente
 ZULEIKA DE PAULA BUENO
Data: 16/08/2023 08:37:30-0300
Verifique em <https://validar.j6.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Zuleika de Paula Bueno
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Documento assinado digitalmente
 JUSSARA FRANCISCA DE ASSIS DOS SANT
Data: 09/08/2023 15:01:01-0300
Verifique em <https://validar.j6.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Jussara Francisca de Assis dos Santos
Universidade Federal Fluminense - UFF

Aprovada em 28 de julho de 2023
Realizada por videoconferência

Dedicatória
Às minhas avós: Horáides, "vó Ju" (em memória),
e Maria Helena, "vó Chiquinha" (em memória).
Mulheres-potência.

AGRADECIMENTOS

É chegada a hora! O quanto esperei e o quanto procrastinei para iniciar este momento. AGRADECIMENTOS. Sim! Em CAIXA ALTA, pois, realmente, quero torná-los notórios. Eu tenho o hábito de ler os agradecimentos de outros pesquisadores, considero essa seção do texto muito singular. É nesse lugar que vemos sua trajetória de forma sublime: alguns delongam-se e nomeiam, outros, são mais sucintos. Eu realmente me emociono com os agradecimentos e com este aqui não é diferente. Talvez, seja ainda mais especial, porque o leio enquanto o escrevo. E escrever, com certeza, foi um exercício contínuo neste trabalho. É inegável que, neste dia em que começo a escrita dos agradecimentos, seja um dia de sol, pois, mesmo amando a lua e a noite, eu sou solar. Evidencio-me em amarelo e sou conectada à água. A vocês, leitores, confesso que escrevo, olhando o horizonte em água. SIM, de um dos maiores rios do mundo, inicio a escrita, olhando meu horizonte atual, o Rio Amazonas. Mas, esse é só um detalhe desses agradecimentos. Minha vida e *escrevivência* que rumaram para o outro hemisfério do planeta. Retomemos, então, o começo...

A pós-graduação - o mestrado em si - sempre foi um sonho antigo e, para mim, por um tempo, um desejo intangível. Por duas ou três vezes, aproximei-me dessa realidade. Estudei disciplinas como aluna especial, elaborei projetos, mas nunca havia concorrido. Talvez, por medo, receio da incapacidade, baixa autoestima, porém esse sonho permanecia em mim. Até que ano de 2019, realizei, como aluna especial, uma disciplina. O trabalho final envolveu a elaboração de um projeto de pesquisa, que me deixou muito animada e, pela primeira vez, tentei concorrer, mas, infelizmente, por falta de atenção aos documentos, não consegui homologar minha inscrição. Chateei-me, entristeci-me e quis desistir. Em 2020, estava iniciando em um trabalho novo, havia acabado de ser transferida para o Centro de Atenção Psicossocial Infante-Juvenil – CAPSiJ em Maringá, empolgada e receosa com a mudança, mas, ainda sim, apaixonada pelo SUS. No entanto, nós mal sabíamos o que viria a seguir e em 18 de março de 2020, é decretada pandemia e para nós, ponto de atenção à saúde, a situação necessitava de adequação imediata. No início, pensávamos que seria breve a situação de pandemia e que logo retomariamos a “vida normal”, todavia aquilo foi só o começo de uma grande urgência mundial. Assim como tantas outras pessoas, eu sentia um medo enorme da doença, preocupada com a família e, principalmente, com os filhos. Apavorei-me, adoeci e precisei procurar ajuda profissional, mantive, de forma assídua, minha presença e atuação no trabalho, contudo, necessitei de suporte com atendimentos em terapia. Aqui, agradeço a Edgar, meu terapeuta, pela sutileza com que sempre me ouviu em todos os atendimentos, proporcionando-me momentos de reflexão e autoconhecimento que me possibilitaram um novo olhar. Com isso, concorri a um curso de extensão chamado “Serviço Social e o Enfrentamento do Racismo”, elaborado e realizado pelas Universidades Federal Fluminense e Federal de Ouro Preto, em que dois nomes passaram a me inspirar, Professoras Doutoras Jussara de Assis e Adriana Santos. Concluí o curso, elaborei o trabalho final e, mais ainda, tomei coragem, para disputar o mestrado.

Ao meu lado, pessoas incríveis que me motivaram e acreditaram em mim. Compartilhando cada etapa, estavam minha família, amigos e as mulheres que tanto me inspiraram. O Instituto de Mulheres Negras Enequina Alves Marques - IMNEAM – Dona Aracy, Eva, Tayná, Juliana, Aline, Brechot, Alessandra e outras mais, inclusive agradeço àquela que sonhou meu sonho, Claudiane, que certa tarde me ligou, dizendo que eu estaria no mestrado da UEM. Nós nunca havíamos falado disso, não havia edital e não existia projeto. Ela que é bacharel em Serviço Social e futura pedagoga pela UEM, que, surpreendentemente,

me anunciou antes mesmo que eu pudesse ter me colocado. Mulheres negras, que, da luta diária, enriquecem as ações do IMNEAM, do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR e o enegrecimento em outros espaços. Todo esse processo, de estudo e de vida, reuniu, a cada etapa, mais e mais pessoas, que contribuíram com meu caminhar.

As amigas e amigos, agradeço imensamente. Converso a todos os ventos que sou muito agraciada com bons amigos, pessoas que entraram na minha vida como guias, anjos, boas energias que me fortalecem. A eles, agradeço e aprecio. Alguns trago comigo a todo momento, amigos de infância e adolescência, como a Lucimara. Amigos da vida que se tornaram família: Julisboa e Vó Dete. Amigos do trabalho que foram para a vida: Ana (Decasegui) mulher de axé, acolheu-me desde sempre e compartilha comigo palavras de incentivo e afeto de seus guias. Raquel, Rê, Fer, Helozita, Eris, CAPSiJ potência. Há aquelas que compõem meu quilombo profissional e refúgio ancestral, Alice e Elô, a quem recorri em vários momentos para assossego e acolhimento. Aquelas que instruíram e ajudaram no trabalho, como a Juliana Carvalho. E as que dividiram a ânsia do mestrado e compartilharam textos e publicações: Caroliny (Carol), Priscila, Amanda, Fran e Samária e o nosso quilombo acadêmico AquilombaUEM. Aos colegas e amigos das aulas, aos professores e docentes do Programa de mestrado PGC-UEM, aos professores da FioCruz – levada por minha amiga, companheira de luta, novamente amiga de mais de uma década, Raquel. Todos os locais e espaços em que fiz disciplinas, aprendizados e exercício do *esperançar*, meu carinho e admiração.

Agradeço imensamente o encontro, mais que especial, com minha professora e orientadora Dra. Marivânia, a qual palavras não conseguem descrever, dado seu afeto, acolhimento e, especialmente, sua regência ao ensinar e orientar. Quão agraciada fui em ser orientada por uma pessoa que eu já admirava. Sempre procurei explicitar o quanto me senti lisonjeada em ser sua orientanda e, aqui, nos meus agradecimentos renovo meus votos de admiração. Muito obrigada, Professora Marivânia, por me ouvir, me acolher e acreditar em mim.

Como não nomear minhas inspirações familiares, as doutoras da minha família. Dra. Julianne Rosy e Dra. Ana Maria, minha prima (irmã) e tia querida respectivamente. Duas maravilhosas mulheres negras que exalam potência. Instruíram-me, orientaram-me e, não só, gramaticalmente guiaram as escritas deste trabalho, mas como condutoras, abriram caminho. Espero seguir seus passos. Elas representam as mulheres aguerridas e resilientes da família Valle, professoras e educadoras, as mulheres "Vallentes" que foram conduzidas pela matriarca Dona Maria Helena, "Vó Chiquinha" (em memória), a quem agradeço e reverencio.

Do Mendes Sampaio, recebi a garra e força por meio da minha avó Dona Horaídes, para mim "Vó Ju". Bonita, zelosa e muito vaidosa. Miss terceira idade, com uma gargalhada única. Mulher forte, determinada, na viuvez precoce cuidou de seus filhos sozinha, entre eles, minha mãe. Mulher de força e trabalho, uma potência ancestral. Eu fui sua primeira neta, amou-me, acarinhou-me, cuidou-me. Amo para sempre.

Chego à parte mais emocionante, na qual as barreiras represam minhas lágrimas. Como já intitula Rianne Leão, "Jamais peço desculpas por me derramar" não pude segurar. Derramo-me por eles e com eles. Da minha origem, agradeço a minha mãe e meu pai, Dra. Sueli e Dr. Tito Valle, advogados, militantes, sobreviventes, resilientes, meus pais, minha origem. Em razão deles e por causa deles, tive a oportunidade de estudar e, aqui, estou a

registrar todo esse agradecimento. São meus, heroína e herói. Com eles aprendi a importância de ler e estudar. Fui ensinada o respeito às pessoas e as mais diferentes realidades, um caminho apresentado a mim por meus pais como uma porta que se abre e não se fecha, jamais vou parar de aprender com eles. É difícil contar em poucas linhas o quão agradecida sou pelos pais que tenho. Minha mãe que sempre acreditou, que sonhou um melhor cenário para mim, ao meu pai que investiu e me semeou com textos, livros e com abertura da cortina da identidade negra. A vocês, meus pais, e a tod@s eu evidencio, grito em caixa alta, MUITO OBRIGADA, mãe e pai, pela orientação, ensinamentos, compartilhamento de vida, por serem vocês, meus pais, sou fã e amo vocês. Deus me deu os melhores pais do mundo e por isso e tantas outras coisas, sou agradecida à mãe do céu, a Nossa Senhora Aparecida, santa preta, às divindades negras, aos orixás e a tod@s os protetores que tenho. Agradeço a vida, ao amor, carinho, aos encontros, ao caminho que pude trilhar.

Da minha origem, agradeço a MIM, meus presentes, são MIM, vem de MIM: Mariana, Izabela e Mateus - MIM, me ensinaram amor e cuidado. O quanto pedi irmãos, amei e amo, o nosso quadrado é mágico. Admiro vocês meus irmãos. Minha irmã Mariana, meu primeiro presente. Minha amiga, meu coração. Ela é relações públicas, futura advogada. Emanava potência, mulher preta, militante antirracista e LGBT, insurgente, resiliente, seu futuro é lindo. Minha irmã Izabela, nossa Bela, Nininha, mãe da Antônia, minha parceira de gestação, nutricionista de formação, mulher potência, já me acolheu em diferentes momentos. Sua força e beleza saltam aos olhos de jabuticaba – sua marca registrada. Meu irmãozinho mais novo, Mateus Tito, nosso Teus, como sou agradecida por ter você, além do melhor irmão (título que você faz questão de discursar) é com certeza o melhor tio do mundo. Um homem negro do qual me orgulho sem precedentes, afetuoso, cuidadoso, respeitador, preocupado e responsável, A você agradeço por tudo, e você sabe o quanto lhe agradeço. Vocês, meu MIM, são minha base, meus iguais nas nossas imensas diferenças. Eu os amo e agradeço, só eu sei o quanto compartilhei essa conquista com vocês, que me motivam a continuar acreditando em MIM mesma. Amo vocês.

Pensei que não passaria de três páginas, mas infelizmente não cumpri com esse combinado. Talvez em toda minha escrita exista agradecimentos a toda essa minha história, memória e *escrevivência* que compartilho. Por que meus agradecimentos vão além da minha origem, história e vida, aqui trago meus encontros. E meu encontro de vida, de compartilhamento e de união. Nascido de uma grande amizade, se revelou com o tempo em um grande amor. Ao meu Mole, meu amigo, namorado e marido, ao pai dos meus maiores tesouros, ao meu companheiro de Murphy. Aquele que sonha comigo e muitas vezes me convoca à realidade, aquele com quem faço planos e comunico-me pelo olhar. Muito obrigada Tiago Anderson Batista. E com seu nome agradeço a família que ganhei no casamento, meus sogros, Rose e Alcíbedes (em memória) e meus irmãos cunhados, Diego e Michelle.

Agradeço ao meu Mole, acima de tudo pela família que você me deu, meus filhotes, Molesbabys, meu sonho de maternidade, meus corações fora do peito. Agradeço ao Pedro Emanuel e Leonardo, minha continuidade, meu futuro. Pedro meu primogênito, aquele me tornou mãe e Leonardo meu caçulinha, meu bebê arco-íris que curou meu coração. Aos dois, que mesmo não entendendo a complexidade que foi esse processo de mestrado, compreendiam que a mamãe precisava estudar. Cada um com seu jeitinho maroto, me engrandecem de orgulho e admiração, faço hoje para que vocês possam ter um mundo melhor e para que também tenham instrumentos e compromisso para melhorar o futuro de vocês, meus pretinhos Pê e Léo #Amomaisquetudominhavidameuamor.

Agradeço novamente e infinitamente a mulher que mais admiro neste mundo, aquela que nunca será demais nomear. Aquela que sonhou e me amou antes de me conhecer, aquela que mesmo diante de toda dificuldade não hesitou em me fazer nascer. Mulher negra de pele clara, que lutou e luta contra as injustiças, mulher forte um ser de energia e luz. É a vovó querida do Dudu, Pedro, Antônia e Léo, e mais crianças que ela tem o poder de cativar. A quem eu segui os passos e me graduei e agora na pós-graduação agradeço e dedico a você esse resultado e esses agradecimentos. Sueli Aparecida Sampaio do Valle, muito obrigada, sem você nada disso seria possível.

Agradeço a quem se propôs a ler esse trabalho, parte da minha *escrevivência*. Muito obrigada. E por fim, agradeço às mulheres protagonistas dessa pesquisa, o SER mulher que resiste e existe em meio as mais nebulosas opressões e violências.

Saúde da mulher negra: vida, existências e resistências. O atravessamento do racismo institucional na saúde. 155 páginas.

RESUMO

Esta investigação tem como impulso apresentar o delineamento da trajetória de pesquisa intitulada “Saúde da Mulher Negra: o atravessamento do racismo institucional na saúde”. O estudo foi realizado por meio do acolhimento das narrativas de mulheres negras, militantes do movimento negro, grupos, coletivos e institutos comprometidos com a luta antirracista, fazendo uso de um formulário de perguntas que foram compartilhadas mediante a utilização da ferramenta *Google forms*¹. Inicialmente o formulário foi compartilhado em grupos de aplicativo de mensagem (*app whatsapp e grupo de e-mails*). Um segundo passo da pesquisa foi a realização do encontro virtual para o momento de interlocução e coleta das falas das protagonistas. Foi neste ensejo que foram utilizados os instrumentos de entrevista, contudo, salientamos que todo o processo de elaboração e da aproximação com as protagonistas se deu em caráter de observação participante. Defendendo uma proposta de pesquisa que sustentou a importância do cuidado em saúde, as garantias de acesso, integralidade e equidade às mulheres negras, versou a discussão e a partir das narrativas dessas mulheres, protagonistas do seu lugar de existência e resistência. Este é, portanto, um importante processo de compartilhamento, ação e movimento de mulheres negras com destaque para o protagonismo de suas narrativas. Com as indagações, o estudo ressalta o feminismo negro e ainda os conceitos de decolonialidade, escrevivência e interseccionalidade e elenca a discussão da produção do eixo de análise a partir desses conceitos, como ferramenta metodológica de produção de conhecimento. Além disso, sublinha os certames sobre o racismo em seus conceitos, estrutural e institucional. Por fim, sobreleva as narrativas das mulheres negras em movimento, movendo à formatação em escrevivência. Contudo, o texto presente aborda a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN e discute sobre o reconhecimento do racismo. Problematisa o compromisso do Sistema Único de Saúde-SUS no combate às desigualdades e na promoção da saúde da população negra de forma integral. As argumentações discorrem da intencionalidade de evidenciar as desigualdades étnico-raciais a partir do que as protagonistas desta pesquisa explicitaram em suas narrativas, diante o exposto, e de maneira específica, como racismo institucional implica na saúde das mulheres negras e atua de forma preponderante como barreira de acesso e produtor de iniquidades na saúde. As contribuições teóricas presentes nesta dissertação fomentam o enegrecimento epistêmico e os resultados das entrevistas revelam a importância da escuta e do acolhimento dessas mulheres negras, com compromisso de publicizar suas escrevivências e engajar a elaboração de um texto decolonial, notabilizando discursos subalternizados e invisibilizados, como recursos insurgentes de produção acadêmica.

Palavras-chave: mulher negra; saúde; racismo institucional; interseccionalidade; escrevivência.

¹ De acordo com a autora Janine da Silva Mota o “*Google forms* é uma ferramenta gratuita de criação de formulários *on-line* disponível para qualquer usuário que possui uma conta *Google* e ainda pode ser acessado em diversas plataformas, inclusive por meio do celular” (MOTA, 2019 p.371).

La salud de la mujer negra: vida, existencias y resistencias. El efecto del racismo institucional en la salud. 155 paginas.

RESUMEN

Esta investigación tiene el objetivo de presentar la trayectoria investigativa titulada “Salud de la Mujer Negra: el efecto del racismo institucional en la salud”. El estudio se realizó a partir de las narrativas de mujeres negras, militantes del movimiento negro, grupos, colectivos e instituciones comprometidas con la lucha antirracista, a través de un formulario de preguntas que se compartió con la ayuda de la herramienta de formularios de Google. Inicialmente, el formulario se compartía en grupos de aplicativos de mensajes (aplicativo de whatsapp y grupo de correo electrónico). Un segundo paso de la investigación fue la realización del encuentro virtual para el momento de interlocución y recogida de los discursos de las integrantes. Fue en esta oportunidad que se utilizaron los instrumentos de la entrevista, sin embargo, destacamos que todo el proceso de elaboración y acercamiento con las protagonistas se dio bajo la modalidad de observación participante. Defendiendo una propuesta de investigación que sustenta la importancia de la atención a la salud, las garantías de acceso, integralidad y equidad para las mujeres negras, abordamos la discusión y partimos de las narrativas de estas mujeres, protagonistas de su lugar de existencia y resistencia. Con las preguntas, el estudio enfatiza el feminismo negro y también los conceptos de decolonialidad, escritura e interseccionalidad y enumera la discusión de la producción del eje de análisis a partir de estos conceptos, como herramienta metodológica para la producción de conocimiento. Además, subraya los hechos sobre el racismo en sus conceptos, estructural e institucional. Finalmente, supera las narrativas de mujeres negras en movimiento, pasando a formatear en la escritura. Sin embargo, el presente texto aborda la Política Nacional de Salud Integral de la Población Negra - PNSIPN y discute el reconocimiento del racismo. Problematiza el compromiso del Sistema Único de Salud-SUS en el combate a las desigualdades y en la promoción de la salud de la población negra de forma integral. Los argumentos parten de la intención de evidenciar las desigualdades étnico-raciales con base en lo que las protagonistas de esta investigación explicitaron en sus narrativas, dado lo anterior, y específicamente, como el racismo institucional influye en la salud de las mujeres negras y actúa predominantemente como barrera de acceso. y productor de inequidades en el sistema de salud. Los aportes teóricos presentes en esta disertación alientan el ennegrecimiento epistémico y los resultados de las entrevistas revelan la importancia de escuchar y acoger a estas mujeres negras, con el compromiso de dar a conocer sus escritos y participar en la elaboración de un texto decolonial, destacando discursos subalternizados e invisibles. como recursos insurgentes de la producción académica.

Palabras-llave: mujer negra; salud; racismo institucional; interseccionalidad; "escrevivência".

Black woman's health: life, existences and resistances. The effects of institutional racism on health. 155 pages.

ABSTRACT

This dissertation aimed to present a research trajectory entitled “Black Women's Health: the effects of institutional racism on health”. The study was carried out by acceptance of the narratives of black women, black movement militants, groups, collectives and institutes committed to the anti-racist struggle, using a form of questions that were shared using the Google forms tool. Initially, the form was shared in message application groups (whatsapp app and email group). A second step of the research was the realization of the virtual meeting for the moment of interlocution and collection of the speeches of the protagonists. It was in this opportunity that the interview instruments were used, however, we emphasize that the entire process of elaboration and approximation with the protagonists took place in the form of participant observation. Defending a research proposal that supported the importance of health care, the guarantees of access, completeness and equity for black women, it addressed the discussion and based on the narratives of these women, protagonists of their place of existence and resistance. With the questions, the study emphasizes black feminism and also the concepts of decoloniality, writing and intersectionality and lists the discussion of the production of the axis of analysis based on these concepts, as a methodological tool for the production of knowledge. In addition, it underlines the events on racism in its concepts, structural and institutional. Finally, it supersedes the narratives of black women in movement, moving to formatting in writing. However, the present text addresses the National Policy for Integral Health of the Black Population - PNSIPN and discusses the recognition of racism. It problematizes the commitment of the Unified Health System-SUS in combating inequalities and in promoting the health of the black population in an integral way. The arguments stem from the intention of highlighting ethnic-racial inequalities based on what the protagonists of this research made explicit in their narratives, given the above, and specifically, how institutional racism implies the health of black women and acts predominantly as a barrier of access and producer of inequities in health. The theoretical contributions present in this dissertation encourage epistemic blackening and the results of the interviews reveal the importance of listening and welcoming these black women, with a commitment to publicizing their writings and engaging in the elaboration of a decolonial text, highlighting subalternized and invisible discourses, as resources insurgents of academic production.

Keywords: black women; health; institutional racism; intersectionality; "escrevivência".

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ESF - Estratégia Saúde da Família

NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família.

PCRI - Programa de Combate ao Racismo Institucional

PNSIPN – Política Nacional de Saúde Integral da População Negra

PSF - Programa Saúde da Família

SUS – Sistema Único de Saúde

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

UBS – Unidade Básica de Saúde

Abram os Caminhos

MC Tha

Na fé de Zambi e de Oxalá
Pedimos licença pros trabalhos começar

Abram os caminhos
Abram os caminhos
Abram os caminhos
Abram-se os caminhos

Fonte: [Musixmatch](#)

Compositores: Thais Dayane Da Silva

IDENTIDADE

foi uma mulher negra e escritora
de pele e alma como a minha
que me ensinou
sobre os vulcões e as rédeas e os freios
sobre os tumultos dentro do peito
e sobre a importância de ser protagonista
nunca segundo plano

se você encostar a mão entre os seios
vai sentir os rastros de nossas ancestrais

somos continuidade
das que vieram antes de nós

Ryane Leão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: CALIGRAFIAS DE <i>ESCREVIVÊNCIA</i>	15
Construção do Problema.....	21
Notas metodológicas.....	23
Estrutura da dissertação.....	28
1- SUSsurros DE MULHERES NEGRAS: - AFRICANIDADES DIASPÓRICAS DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL	32
1.1 Mulher “universal” e o feminismo negro.....	34
1.2 Mulheres negras X decolonialidade: narrativas em disputa	40
1.3 Mulher Negra: escrevivência + interseccionalidade.....	47
1.3.1 Mulher negra e as políticas públicas: da coisificação ao “reconhecimento” de cidadania.....	56
1.4 Mulher negra, continuidades e discontinuidades no Brasil. A perspectiva Saúde.....	58
2. SUSpeitas E IMPLICAÇÕES: O RACISMO NO BRASIL	68
2.1 Racismo institucional.....	73
2.1.2.Racismo e Saúde.....	77
2.2 – Enfrentamento ao Racismo: Movimento Negro no Brasil.....	81
3. SUSpiros de MULHERES NEGRAS: Interseccionalidades e escrevivências na Saúde	90
3.1 O enegrecer feminino e suas escrevivências: ação de resistência.....	92
3.1.2 Mulheres Negras: refletindo sobre o racismo institucional na Saúde.....	103
3.2 Mulheres Negras: Racismo, Saúde e violências, imbricações interseccionais.....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS: VIDA, EXISTÊNCIAS E RESISTÊNCIAS.	134
REFERÊNCIAS	141
Anexos.....	148

INTRODUÇÃO: CALIGRAFIAS DE *ESCREVIVÊNCIA*²

“...se a academia é a casa grande moderna, precisamos de revolução epistêmica na tese, monografia ou dissertação de mestrado.”

Carla Akotirene

Esta dissertação se constrói a partir da pesquisa intitulada “Saúde da mulher negra³: Vida, existências e resistências. O atravessamento do racismo institucional na saúde”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação, *Strictu Sensu* – Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá – UEM. O debate presente neste texto é resultado do processo de elaboração da pesquisa e busca discutir a situação da mulher negra nos aspectos: acesso à saúde e suas vulnerabilidades e violações vivenciadas, a partir das narrativas e *escrevivências* de mulheres negras em movimento.

O impulsionamento deste trabalho nasceu de um momento em que a identidade de mulher negra ecoou-me com mais força. Dela surgiram novas perguntas e questionamentos, sensações e sentimentos que culminaram em inquietações moventes. A motivação em retornar à pesquisa e ocupar o espaço da academia tornou-se latente e necessária. Dentre tantas inquietações havia o desassossego no qual ebuliu a propositura em discutir esse espaço de mulher negra. Essa potência, ser mulher negra, tratá-la como protagonista num recorte discursal, em que a sua fala, a sua luta e a sua denúncia pudessem ser publicizados. Todavia, no decorrer da apresentação desta pesquisa fez-se necessário a defesa do debate étnico-racial, na perspectiva do olhar das mulheres negras a respeito da afluência e direito à saúde no Brasil e a denúncia do racismo, como barreira de acesso em diversas vias.

O enunciado desta introdução refere os rascunhos e escritas, e a *escrevivência* como subjetividade. O conceito foi cunhado pela escritora, romancista, poetisa e contista mulher negra Maria da Conceição Evaristo de Brito, Conceição Evaristo, elaborou as *escrevivências* em suas publicações e romances e recebe destaque por abraçar a linguagem em suas produções. Notadamente, “o ponto nuclear da ideia de *escrevivência* é que

²Conceito cunhado pela escritora, romancista, poetisa e contista mulher negra Maria da Conceição Evaristo de Brito, Conceição Evaristo, o termo “*escrevivências*” na qual ela disserta sobre ser o “escrever viver”, a escrita que nasce da vivência, do cotidiano, das lembranças e da experiência de vida (grifo nosso), mais adiante será explorado e esmiuçado como finalidade e discussão do trabalho .

³Neste trabalho, trabalhamos com o conceito de “mulher negra” de acordo com a definição do IBGE, sendo aquela que se autodeclara preta e parda.

ele traz a força motriz de mulheres negras escravizadas que nos antecederam.” (EVARISTO, 2022).

Não distante disso, as reflexões tomaram-se por completo. Como mulher negra, minha vivência e minhas experiências foram também reconectadas. Fui aluna cotista racial na graduação, no curso de Serviço Social, na Universidade Estadual de Londrina - UEL, na política de acesso e permanência na UEL. Na universidade, aproximei-me da área da pesquisa, como aluna pesquisadora e bolsista do Programa UEL Afroatitude, programa financiado pelo Ministério da Saúde, iniciando em minha vida o fomento de militância, em relação ao Sistema Único de Saúde – SUS. Para além do desenvolvimento do projeto de pesquisa, o programa proporcionou-me formação, com vistas à atualização e capacitação sobre questões de prevenção e promoção em saúde, política pública que pouco acessei, em sala de aula. Entretanto, no último ano de graduação fui convocada em um concurso público, para atuação na área administrativa. Contratada como servidora estadual, auxiliar administrativo da 17ª Regional de Saúde de Londrina, local que me oportunizou uma aproximação maior temática e da discussão sobre o SUS. Mesmo trabalhando no setor administrativo, pude trabalhar no setor de educação permanente em saúde, atividade que me enriqueceu, pois atuava junto a uma chefia graduada em Serviço Social, uma mulher protagonista que me avivou potencialidades. Nesse momento, envolvi-me ainda mais no SUS. E no ano de 2009/2010, com aprovação no concurso para atuar na minha área de formação, fui admitida em Maringá-PR, como Assistente Social do Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF, efetivamente na área técnica e no SUS. E, logo depois, fui convocada para o concurso Estatutário – haja vista que o regime de contratação do NASF era, até então, emprego público – CLT -. O aceite do cargo proporcionou-me experienciar trabalho em diferentes pontos de atenção na saúde municipal - UPA 24 horas, ambulatório de feridas e ostomias, atenção primária e, por um breve período, Gestão Local de território de Saúde, como diretora de uma Unidade Básica de Saúde. Na continuidade de resistência e imersão no SUS, atualmente trabalho na atenção estratégica em saúde mental, Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil – CAPSiJ, de Maringá, que me propõe novas discussões e uma ânsia para aprendizados e experiências, além de continuar trilhando inéditas trajetórias no SUS.

Na área acadêmica, realizando sonhos e enfrentando barreiras, fui aprovada no Programa de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, por meio do sistema de cotas raciais. Diante desse breve exposto sobre minha trajetória profissional, trago parte da minha vivência, algo que vem me provocando tónus de

escrevivência e me desafiando a galgar novos caminhos, sonhos e conquistas. Dessa forma, a proposta presente nesta dissertação traduz questionamentos de uma mulher negra, assistente social, trabalhadora da política de saúde e aluna cotista racial do programa de pós-graduação em uma universidade pública.

Na atuação como assistente social, vinha percebendo-me em constante reflexão sobre o racismo institucional. A partir da participação de um curso de extensão intitulado “Serviço Social e o Enfrentamento do Racismo” e da campanha do Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social, o conjunto CFESS/CRESS, de 2020 que tratou de elucidar e evidenciar a pauta antirracista também como um compromisso da categoria profissional. A partir dessa alínea, o serviço social, como profissão, adere como bandeira a luta pela liberdade e defesa intransigente pelos direitos humanos, nesse sentido, pautada nas ciências sociais, intencionou argumentação teórica e fundamentou a metodologia prática na elaboração da trajetória dessa pesquisa. Nas linhas de interesse científico, o estudo do racismo como um fator impactante nos processos de sociabilidade e ainda a presença da mulher negra como protagonista, vivendo e se reconhecendo no meio cruel da ausência de acessos, passaram a ser um desassossego, especificamente, na vivência do racismo institucional. O foco principal de análise desta dissertação, comprometida com a perspectiva antirracista, são as reflexões por meio da escuta de mulheres negras como protagonistas, aqui intituladas: mulheres em movimento, em articulação e resistência. A escolha dessa categoria mulher em movimento ocorreu a partir da reflexão de uma mulher negra, consciente da sua identidade e reconhecendo sua sociabilidade no contexto de racismo estrutural, assume esse papel de mulher em movimento.

Dessa história e trajetória, defendemos que a resistência do povo negro no Brasil é o ato de sobreviver, lutar pela vida desde o nascimento até o fim da sua vida. Corroborando Lélia Gonzalez (2020) e suas contribuições para a luta antirracista e a importância da identidade do povo negro, saudamos a potência teórica da autora que assevera: “No Brasil, o racismo – enquanto construção ideológica é um conjunto de práticas – passou por um processo de perpetuação e reforço após a abolição da escravatura, na medida que beneficiou e beneficia determinados interesses” (GONZALES, 2020 p.34). Lélia Gonzalez é ovacionada neste texto pela sua história e ação junto à produção científica com o tema mulher negra, a figura dela simboliza a opção teórica elaborada nesta dissertação que despertou o olhar de carência para produções científicas com o enfoque em mulheres negras produzindo sobre o passado ancestral do povo negro e suas realidades. Dentre tantas outras constatações, a partir das produções teóricas e narrativas negras, em especial de Lélia Gonzales e outras

autoras negras, elucidar a importância política no reconhecimento da identidade do povo negro, sob a postura de identidade e identificação, tornar-se negro é um ato político, que refere ação de existir na condição humana, socializar e produzir. Nas contribuições da autora, é pertinente para essa pesquisa, o destaque dado à condição feminina, “Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e sexismo a colocam no nível mais alto de opressão”. (GONZALES, 2020, p. 58).

Neste contexto, pesquisar a partir da vivência de mulheres negras, reconhecidas em sua raça, em sua identidade de classe e inseridas no contexto social brasileiro é potencializar a democratização dos espaços, dos discursos e da história. As mulheres negras são entendidas nesta pesquisa como protagonistas sociais, representando grupos, associações e coletivos, referenciadas em seu espaço de fala para entoar relatos sobre as vulnerabilidades da mulher negra no acesso à saúde ou ainda na vivência cotidiana do racismo.

A justificativa desta dissertação se fundamenta em um *locus* caro de denúncia e luta por espaço de evidência: a mulher negra enquanto sujeito, cidadã, a quem deve ser assegurado direitos e lugar de existência. Sobre essa conjuntura, podemos elencar que o racismo é estrutural no Brasil, país colonizado no qual a população negra desde a colonização vivenciou uma das maiores atrocidades perpetradas na história da humanidade que foi e é a escravidão. Para tanto, perpetuado desse estereótipo de desigualdades, inferioridades e opressões – constituídas pela *branquitude*⁴ – é mantida em desigualdades, iniquidades e barreiras de acesso a direitos sociais básicos. Neste panorama, a pesquisa pretende evidenciar narrativas, que podem enegrecer e caracterizar as vivências cotidianas de vulnerabilidades, violência, solidão, adoecimento, mortalidade, opressão e fome, todos esses assentados na desigualdade e no racismo. Para tanto, este texto não elenca a produção textual sob a ótica eurocêntrica, em que pese a fundamentação da coerência da pesquisa e sobre os signos abordados neste texto, as referências principais trazem a eloquência de mulheres negras, sem sua maioria brasileiras.

No que diz respeito aos direitos sociais, a pesquisa visa questionar acerca das condições de afluência da população negra, em especial as mulheres negras. As hipóteses

⁴ A branquitude nas palavras da artista interdisciplinar Grada Kilomba “é construída como ponto de referência a partir do qual todas/os as/os ‘Outras/os’ raciais ‘diferem’. Nesse sentido, não se é ‘diferente’ torna-se ‘diferente’ por meio do processo de discriminação.” (KILOMBA, 2019 P. 75). Com base nas contribuições de Kilomba (2019) trataremos o termo *branquitude* com a significação dessa hierarquia racial, esse entendimento racista de supremacia branca, que no caso brasileiro atua como fundamento da manutenção estrutural do racismo (*grifo nosso*)

presentes nesta pesquisa percorrem se há violações e barreiras de acesso como consequência do caráter desigual da sociedade brasileira, que foi construída sobre fundamentos da escravização das pessoas negras, fato que fomentou a desigualdade racial no Brasil e respaldou o racismo, todavia, tais hipóteses serão aferidas a partir das narrativas das protagonistas desta pesquisa. Somada a essa conjuntura, os desdobramentos históricos, o racismo e a discriminação racial, aprofundam as questões de vulnerabilidade da população negra. Deste âmbito, a pesquisa se relaciona a outras problemáticas do sistema capitalista que podem ser apontadas, situações de exclusão, desigualdades que estão intimamente ligadas à essência do racismo estrutural⁵ cristalizado nas relações sociais no Brasil e que atuam diretamente na condição social e de existência da população negra.

Na análise do contexto social o racismo, como ação violenta e crime, apresenta-se como um problema estrutural. Fundamentou o estabelecimento do capitalismo e suas bases contraditórias, a desigualdade social, a inexistência da equidade, do reconhecimento do outro, do respeito e das intolerâncias, mantêm o caráter desigual, produzindo e disseminando as disparidades e iniquidades. Todavia, para enfrentar o racismo e suas diferentes expressões é necessário reconhecer a sua existência, problematizar caminhos e propostas e de antemão assumir engajamento na luta antirracista com viés e comprometimento transformador.

É necessário reconhecer a existência dessas iniquidades de modo preponderante e o fato de que essas atravessam a existências das mulheres negras, é parte importante para o estabelecimento deste espaço de reflexão acadêmica. Como trabalhadora de saúde, assumo o compromisso de discutir as consequências, iniquidades e desigualdades no acesso às políticas públicas e, principalmente, as consequências dessas iniquidades e desigualdades sobre a saúde da população negra. Portanto fomentar espaços de fala e protagonizar a mulher negra, é um dos compromissos desta pesquisa. Sob esta ótica, há de se destacar que existe sim a necessidade de apostar na atuação e intervenção interdisciplinar, multiprofissional e intersetorial. Na fundamentação e estruturação da pesquisa, as ciências sociais, como espaço da apreensão do olhar pesquisador, contribuiu de forma direta e essencial na elaboração e fundamentação desta pesquisa e proporcionou a apuração dos referenciais teóricos arrimando com a observação e atividade em ação direta de pesquisa.

Esta pesquisa pretende contribuir com as disputas narrativas, o deslocamento de saberes na fundamentação de narrativas decoloniais e se coloca como um dos instrumentos

⁵ Mais adiante discutiremos o racismo e as terminologias aplicadas na discussão: estrutural e institucional (capítulo 2).

no enfrentamento do apagamento das subjetividades e identidades negras. Traduzindo neste campo e espaço de pesquisa, anseios e inquietudes de uma pesquisadora que na sua existência é atravessada por interseccionalidades que incluem diversas impossibilidades e opressões. Entre os quais, situações que transcendem e operam em impedimentos sociais da vivência acadêmica de forma integral e qualificada.

Ser mulher negra, mãe, trabalhadora e estudante soma-se à minha *escrevivência*, conceito que assumimos o compromisso de discutir mais adiante, como ferramenta metodológica de análise e contribuição no espaço de disputas narrativas. No teor de recorrência, a existência negra, a mulher negra como um ser social, com identidade, vivência e história, utiliza-se da *escrevivência*. Como predileção em abraçar esse conceito, advindo da literatura, no vocábulo de Evaristo (2022) toma a perspectiva política de enunciação de poderio, enegrecimento e vem corroborar com o *lôcus* de disputa narrativa. Essa construção teórica versa, portanto, sobre resistência e compromisso, que decorre inclusive de indagações que fomentam pensar e sobre quem habita e/ou ocupa os espaços acadêmicos e de poder. Em ênfase, esta pesquisa discorre sobre o protagonismo feminino e o reconhecimento das pautas étnicas raciais no que tange o acesso, cuidado em saúde.

Importante demarcar que esta pesquisa se enquadra na contramão da condução nacional anterior, a qual, em nossa leitura, significou um retrocesso na área das políticas públicas, levando em conta que o ex-presidente Jair Bolsonaro promoveu mudanças administrativas, políticas, econômicas e culturais, que dizimaram (vidas) portarias e investimentos na saúde, principalmente nível da Atenção Básica em Saúde. Importante salientar, que - para além dos desmontes na saúde, educação, cultura entre outros - na conjuntura do governo Bolsonaro (2018-2022), o país esteve imerso em uma das maiores crises de saúde pública, situação compartilhada em escala mundial nos anos de 2020, 2021 e 2022.

O Brasil vivenciou um título trágico durante o ano de 2021, sendo considerado o epicentro da pandemia da covid-19, infecção causada pelo novo coronavírus, com números alarmantes de mortes, além de condições incapacitantes da *síndrome pós-covid19* que mesmo com descoberta científica da vacina ainda faz vítimas. Há de se destacar que o *genocídio covid-19* deu-se e permaneceu, especialmente, pela postura adotada por esse comando do Governo Federal, que insistiu em campanhas e comportamentos *antivacina e anticiência*, atuando na contramão da defesa do SUS. Esses apontamentos tornam-se necessários para dialogar sobre saúde, políticas públicas e acesso num contexto

temporal 2018-2022 de desconstrução das políticas públicas⁶ e no descredenciamento dos movimentos sociais e espaços de controle social.

Para tanto, nosso estudo adere ao levante crítico à administração federal do ex-presidente Jair Bolsonaro, que se posicionou publicamente e midiaticamente por meio de discursos de ódio, disseminando racismo, homofobia, autoritarismo, patriarcado e machismo, dada sua compostura patriarcal, fascista e racista.

Construção do Problema

As inquietações e anseios de pesquisa permearam-me e indagaram-me durante o processo de aproximação e empreitada da seleção do mestrado. Durante as aulas e momentos de orientação, o problema foi se moldando numa perspectiva de escolha por sujeitas, protagonistas, em um viés mais específico do que aquele, até então, indicado. Partindo deste, a pesquisa experimentou a necessidade de adequação, afunilamento. O que começou como uma centelha de aproximação com a atenção básica em saúde, como a proposição de pesquisa junto às usuárias das Unidades Básicas de saúde de Maringá, mulheres negras. E foi se tornando, aos poucos, em entusiasmo para conhecer e evidenciar mulheres que estão em movimento, em militância.

Ao longo da pesquisa, consideramos que as usuárias do SUS estão na luta, pois, suas existências e vivências em um contexto de extremas violações, racismo e outras violências já são, para nós, luta. Todavia, a ânsia em ouvir as narrativas insurgentes de movimento negro, de posicionamento antirracista, por meio de coletivos e agrupamentos, passou a ter um perpectivade inspiração e enegrecimento político, a partir do que elucida Sueli Carneiro:

⁶ A exemplo do que apontamos no texto como retrocessos e mudanças administrativas, citamos que no final do ano de 2019 é publicada a Portaria 2979 (12/11/2019) extinguindo os Núcleos Ampliados de Saúde da Família (NASF). Este caracterizavam equipes multiprofissionais e interdisciplinares que objetivavam o fortalecimento da atenção básica em saúde. Defendendo a lógica do cuidado no território, como serviço primário, porta de entrada preferencial do SUS, garantindo a descentralização da atenção em saúde, mais próximos das famílias e indivíduos em acordo com o que dispõe o SUS. Em referência a este tema, Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, se posicionou contra a extinção do NASF e publicou uma nota, na qual discorre sobre: “Vivemos uma conjuntura de aceleração das contrarreformas e do desfinanciamento das políticas sociais, com destaque para a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, que congela por 20 anos o orçamento destinado à saúde, em particular do Sistema Único de Saúde (SUS). Somam-se a isso outras medidas que estão na contramão do SUS e impactam diretamente a universalidade, integralidade e participação social em saúde, sendo o exemplo mais recente a instituição do Programa Previne Brasil, por meio da Portaria nº 2.979, de 12/11/2019, que aponta para a possível e preocupante extinção do Núcleo Ampliado de Saúde da Família (Nasf). (Nota do CFESS: Contra a extinção do NASF.)”

Enegrecer o movimento feminista brasileiro significa, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina no país, que não é branca; introduzir a discussão sobre doenças étnicas/raciais ou doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área da saúde; instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios entre mulheres brancas e negras. (CARNEIRO, 2019, p. 327).

Fundamentalmente, o conceito de enegrecimento, no debate trazido por Carneiro (2019) pode subsidiar outros movimentos e espaços, em especial, nesta dissertação, enegrecer é reconhecido como ação de tensionar o viés diversidade partindo da negritude. Deste deslocamento, manifestou-se a propositura de um arcabouço que se mantém comprometido com as discussões da pauta étnico-racial, mas agora associada ao *corpus* de mulheres negras em movimento. E quem são as mulheres desse cenário? Mulheres Cisgênero: aquelas em concordância com a identidade de gênero feminino e com a sua configuração hormonal e genital de nascença e que se identificam como mulheres negras - pretas e/ou pardas - e se situam em *movimento*. Ou seja, participam, atuam e/ou compõem grupos, associações, movimentos ou coletivos comprometidos com a luta antirracista e de valorização da mulher negra, com a luta progressista e movimentos sociais e ações emancipatórias.

Como território de pesquisa, definimos os movimentos (grupos, coletivos, institutos de movimento negro) de dois municípios do Estado do Paraná. O recorte proposto pautou-se, na realização da pesquisa, junto às mulheres ativistas e militantes de movimentos negros, coletivos comprometidos com a luta antirracista nos municípios de Londrina e Maringá, localizados no norte do Paraná. Entretanto, no decorrer do caminho, mais uma vez, a pesquisa precisou de respiro e reflexão, dada a aproximação e diante dos reveses da vida, a pesquisa tomou uma proporção não esperada.

Como elemento do processo de pesquisa, que pulsa viva e em constante transformação, o itinerário de pesquisa saltou do trecho Londrina-Maringá para rotas mais alongadas e difusas. Dado o formato de ferramenta aplicada, o *GoogleForms*, o formulário *viajou* por meio da rede de conexões e se emancipou, oportunizando vozes e polinizando a pesquisa em vários cantos do Brasil. As respostas vinham de outros municípios e até de outros Estados do Brasil. O formulário passou a ser compartilhado entre outros grupos e surpreendentemente agregou a participação de mulheres negras de diferentes regiões do país. O que para nós foi lido inicialmente como um desafio, contudo ainda sim, com satisfação em

repensar a urgência do problema de pesquisa. Para tanto, esse elemento de ampliação do *locus* proporcionou-nos novas reflexões da pesquisa, incluindo a defesa de que entre mulheres negras há compartilhamento, compromisso afetivo e o reconhecimento de protagonizar seu espaço de fala.

Como já descrito, a construção do problema de pesquisa passou por mais de um deslocamento e assumiu o objetivo de tratar o tema da saúde da mulher negra, a partir da fala de mulheres negras do movimento negro, num contexto territorial mais ampliado. Tais mulheres, inseridas em coletivos, institutos, com atuações de resistência, militância, na luta antirracista que nesta pesquisa entoariam suas narrativas. Discursos que pautaram para além de descrições e posturas, são declamados como parte de suas vidas, histórias contadas que se transformaram em objetos de pesquisa e produção de conhecimento. A pesquisa organiza-se de modo a elencar, pesquisar e fomentar o espaço de fala de mulheres negras e suas vivências no SUS.

Deste modo, o problema *cirandeira* em torno de questões como as mulheres negras, militantes de movimentos sociais antirracistas, de modo que elas pudessem avaliar, compartilhar e revelar suas vivências a partir do atendimento em saúde direcionado às mulheres negras, no âmbito do SUS. E como já ressaltamos anteriormente e complementamos aqui, é com esse intento que a pesquisa pretende facultar espaço e voz, reconhecendo as mulheres negras em movimento como protagonistas. Sob argumentos, hipóteses e tratativas, suas contribuições e experiências e ainda suas percepções sobre atravessamento do racismo institucional, são as proposituras do itinerário tensionado na elaboração desta pesquisa.

Nesse sentido, preconizamos o objetivo de ouvir as narrativas e escrevivências de mulheres negras em movimento, acerca da avaliação do atendimento e o acesso à saúde da mulher negra no SUS. É sobre esse olhar, essa existência e vivência que é proposta a feitura desse dissertar. É, também, *escrevivência* esse ato de se colocar e apreender também com a percepção do coletivo.

Notas Metodológicas

Nossa pesquisa discorre da intencionalidade de evidenciar se há barreiras de acesso à saúde para as mulheres negras e se elas reconhecem o racismo institucional como a causa ou uma dessas causas. Explanamos que o conceito de racismo institucional será

discutido no segundo capítulo que aborda o conceito por meio das contribuições de autores, como Silvio Almeida (2020), Grada Kilomba (2020), Cida Bento (2022) e outros autores.

Nesse contexto, as reflexões permeiam questionamentos mais amplos, como as desigualdades étnico-raciais, que atuam como determinantes nas condições de saúde e, de maneira específica, na saúde da mulher negra. Embora tais questões não sejam objeto central deste trabalho, elas permeiam os diálogos e as hipóteses desta pesquisa.

Os métodos e instrumentos de pesquisa utilizados fundaram-se na necessidade em propiciar acesso às vozes que fundamentaram a formatação da pesquisa e elaboração do trabalho final como dissertação de mestrado. Com vistas ao trânsito teórico, o trabalho iniciou-se por meio da pesquisa de referenciais, tais como textos, livros, artigos, dissertações, textos literários entre outros, que tratam das questões étnico-raciais. Na leitura e diálogo com essas literaturas e produções teóricas - fomos constituindo nossa caminhada de *escrevivência*. Dessas leituras, o texto foi se semeando em campo de produção, num contexto em que foram se evidenciando as vulnerabilidades, os impactos, vivências, existências e resistências da mulher negra.

Partindo de pressupostos de defesa à pesquisa e à ciência, concebemos a necessidade de apreensão da metodologia de pesquisa para além da formatação em regramento de como fazer. A metodologia de pesquisa auxilia à reflexão a partir de um olhar do questionamento, um olhar criativo e formulador, que, ao propor indagações científicas, promove análises sobre a sociedade.

Diante do exposto, a pesquisa aloca-se em caráter qualitativo, que ao ser realizada por meio da criação de aproximação com os grupos, foi realizada na aplicação de instrumento de perguntas, que foram compartilhadas por meio da ferramenta *Google forms*⁷. Inicialmente o formulário foi compartilhado em grupos de aplicativo de mensagem (*app whatsapp e grupo de e-mails*) que já se descreviam como coletivos de mulheres negras e/ou grupos vinculados aos Conselhos Municipais de Promoção da Igualdade Racial dos municípios de Londrina e Maringá. Contudo, foi nessa amplitude de compartilhamentos que a pesquisa saltou à *rede*, nadou para mais longe e alcançou outros lugares.

Tendo em vista a riqueza das diferentes regiões e localidades que foram se apresentando, durante a troca de ideias e orientação dessa pesquisa, foi assentida a urgência em se apropriar dessa matéria-prima e expandir seus horizontes. Mulheres negras de várias

⁷ De acordo com a pesquisadora e autora Janine da Silva Mota o “*Google forms* é uma ferramenta gratuita de criação de formulários *on-line* disponível para qualquer usuário que possui uma conta *Google* e ainda pode ser acessado em diversas plataformas, inclusive por meio do celular.”(MOTA, 2019 p.371)

regiões e diferentes estados, responderam livre e espontaneamente a pesquisa. Na incumbência em ampliar e visibilizar a investigação proposta, foi tomada, junto com a orientação, a decisão de amplificar o *corpus* e nacionalizar o território. E, partindo desse ajuste e remendo no fazer artesanal dessa pesquisa, as narrativas apresentadas foram tomando corpo de texto, ao mesmo tempo que proporcionavam uma proximidade afetiva com essas mulheres.

Um segundo passo da pesquisa foi a realização do encontro virtual para o momento de entrevista e coleta das falas das protagonistas. Foi neste ensejo que foram utilizados os instrumentos de entrevista, contudo, salientamos que todo o processo de elaboração e da aproximação com as protagonistas se deu em caráter de observação participante. Essas estratégias oportunizaram o *aproximar, ouvir e compartilhar*⁸, que objetivou colher a percepção de mulheres negras, militantes do movimento negro, a avaliação do atendimento em Saúde, direcionado às mulheres negras, no âmbito do SUS.

Com isso, fundamentamos o debate dissertativo sobre a mulher negra, saúde e racismo e dentre esses conceitos elencamos a partir das narrativas dessas mulheres a elaboração de eixos de diálogo e análise que respaldam a discussão proposta por essa pesquisa. Os métodos e ferramentas de análise foram descritos como análise de narrativas e a utilização do referencial de *escrevivência* como recurso de método de interpelação teórica, ou seja, a pergunta trazia o signo *escrevivência* para indagar as questões da entrevista. Ainda, foi utilizada abordagem da *interseccionalidade*⁹, que nas palavras de Crenshaw apud Akotirene (2020) “permite-nos enxergar a colisão das estruturas com a interação simultânea das avenidas identitárias”(AKOTIRENE, 2020 p. 19), para referir as trajetórias das mulheres e discutir sobre as narrativas reunidas no processo de escuta e acolhimento da pesquisa.

O recorte proposto, como já citado, continha a delimitação dos municípios de Londrina e Maringá. Ambos de grande porte¹⁰, localizados no norte paranaense, os quais se assemelham pela sua fundação e ocupação territorial, e seguem-se em segundo (Londrina) e

⁸ Parafrazeando o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira “Olhar, ouvir e escrever” *In*: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. Revista de Antropologia. São Paulo, USP, v,39 n. 1, p. 13-37, 1996.

⁹ Conceito que será apresentado de forma mais aprofundada no primeiro capítulo, ressalta-se que o conceito de Interseccionalidade pauta de forma essencial a elaboração desse texto, desta forma, optamos por discuti-lo com mais profundidade a seguir.

¹⁰ Descrição pautada a partir da classificação do porte populacional das cidades documento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Disponível: Disponível em < https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/Suas10Anos_2015.pdf > acesso em 20/09/2023.

terceiro (Maringá) cidades mais populosas do Estado do Paraná. Entretanto, em razão da difusão ampliada, passou a reunir as narrativas de mulheres negras que voluntariamente responderam a pesquisa de lugares de todas as regiões do Brasil.

Doravante essa adaptação, a elaboração teórica do texto também precisou de recomposição. O recorte relativo ao movimento negro, em que pese, mulheres ocupando espaços de disputa, não se resumiria mais os dois municípios – Londrina e Maringá- e seu breve histórico, mais sim, a exuberância do movimento negro sob a ótica nacional. A defesa em tratar desse resgate teórico do movimento negro se justifica pelo teor de resistência e reconhecimento, ainda pelo trajeto da pesquisa. Todavia, consignar o movimento negro, neste trabalho, é caracterizar que a ação, a fala e representação se fundamentam como ferramentas de resistência e reafirmação de existência do povo negro. É a partir desta evocação de vozes que o processo de elaboração do *corpus* de pesquisa foi se delineando.

Iniciando fase exploratória, realizamos uma revisão bibliográfica a partir de autores que tratam da temática étnico-racial, focalizando as concepções de interseccionalidade e *escrevivência*, significações pilares à nossa fundamentação teórica, que referencia autoras e autores, os quais fortalecem o diálogo sobre a temática, ao mesmo tempo em que promovem o debate e disputas acadêmicas¹¹. Ambos os conceitos serão abordados adiante e seguirão em debate essencial para a elaboração das análises da pesquisa, contudo, discutem principalmente a condição de existência e resistência das populações negras, com ênfase na mulher negra, de fato consolidando a “articulação entre raça, classe e gênero tanto na teoria feminista quanto na produção afrocêntrica.” (AKOTIRENE, 2020 p. 55).

Dialogando, ainda, em preceitos teóricos, nossa dissertação abarca uma discussão sobre mulheres negras e saúde. Mais precisamente, a interface entre mulheres negras, SUS e a legislação voltada à saúde como política pública. A saber, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN¹² – Portaria nº 992 de 13 de Maio de 2009 – (BRASIL, 2019), que discute sobre o reconhecimento do racismo e problematiza o compromisso do SUS no combate às desigualdades e na promoção da saúde da população negra de forma integral.

¹¹ “o conceito de interseccionalidade está em disputa acadêmica” (AKOTIRENE, 2020 p. 51)

¹² Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN – criada por meio da Portaria do Ministério da saúde, nº 992 publicada em 13/05/2009. “...a define os princípios, a marca, os objetivos, as diretrizes, as estratégias e as responsabilidades de gestão, voltados para a melhoria das condições de saúde desse segmento da população.” (BRASIL, 2009 - PNSIPN)

Nessa direção, buscamos publicizar a produção decolonial relacionado ao feminismo negro e evidenciar as produções e discursos subalternizados como recursos insurgentes de produção acadêmica. No contexto decolonial, que de acordo com o vocabulário crítico do professor Doutor em Antropologia, Kabengele Munanga, refere-se ao “processo histórico essencialmente político, verificado, sobretudo, depois da Segunda Guerra Mundial, que consistia na conquista gradativa da independência por parte das colônias europeias” (MUNANGA, 2020 p; 78), salientamos como essa ação se relaciona aos “eventos de resistência política e epistêmica, que nomeamos, ao lado de muitos outros, como decolonialidade, giro decolonial ou projeto decolonial” (COSTA et al, 2020 p. 9).

Diante o exposto, objetivou-se ouvir e acolher as narrativas de mulheres negras na produção de conhecimento, com o compromisso da valoração e acolhimento, oportunizando espaço de fala e continuidade de luta, traduzida aqui – no espaço acadêmico. Numa perspectiva sócio-histórica¹³, nossa pesquisa focaliza a socialização de conceitos e produções negras de modo a respaldar a elaboração de resistência e reexistência de mulheres negras, sendo a resistência o processo de resistir e a reexistência a ação de outorgar sua existência a partir desse deslocamento, do movimento de tornar-se negro e o discurso de movimento das mulheres negras na denúncia do racismo. Desse modo, o conceito de *interseccionalidade* (AKOTIRENE, 2020) vem balizar as estruturas narrativas de mulheres negras, que se propõem, em movimento, ocupar espaços e a *escrevivência* (EVARISTO, 2011), que reconhece o cotidiano e a história contada dessas protagonistas, conjuntura que pode contribuir com o enegrecer da discussão acadêmica.

Responder ao problema proposto é, além de um engajamento político, um desafio pessoal em retornar ao espaço acadêmico, com vistas a contribuir com a autonomia feminina da mulher negra. Fomentar, promover o espaço de fala de pares, de irmãs e mulheres. De modo, a tocar essa temática sob a ótica dessas protagonistas, o enfrentamento da coisificação e inferiorização da mulher negra (GONZALEZ, 2020). Esse texto, portanto, salvaguarda o estudo e a pesquisa de ação social, no caso aqui, de um grupo de pessoas sendo,

¹³ Aqui descrevemos como sócio-histórica os objetivos e a análise da pesquisa com a totalidade, este último como não é o enfoque da dissertação não foi preferencialmente discutida. todavia, estabelecemos contextualizar o cenário histórico social da população negra no Brasil, como descreve a autora Márcia Eurico: “No caso brasileiro, a complexidade das relações sociais tem como elemento fundante a questão étnico-racial, presente desde a gênese da ocupação colonial, que se complexifica ao longo dos séculos e, notadamente, no processo acelerado de acumulação capitalista, assume novos contornos para atender os interesses do capital. A transição da escravidão para o capitalismo ganha legitimidade e desencadeia uma ampla mobilização contra a escravidão negra, consumada pela mudança no ordenamento jurídico brasileiro, mas que na prática agudiza as relações sociais racialmente fundadas (...)” (EURICO, 2020 p. 21)

portanto, as mulheres negras militantes de movimentos sociais antirracistas. O trabalho percorreu sobre a identificação das mulheres negras protagonistas de movimentos sociais.

A aproximação inicial havia sido pensada em formato *online* – *respeitando os decretos de saúde de prevenção da COVID-19*, todavia, com o avanço da vacinação do Brasil e declaração do Ministério da Saúde como fim da emergência de saúde pública no primeiro semestre do ano de 2022, foi necessário repensar, mais ainda sim utilizar o formato *online* haja vista a proporção que os formulários que foram tomando no cenário nacional. A todo momento da pesquisa, foi pensado e repensado os instrumentos que pudessem conjugar os objetivos e possibilitar o acolhimento das falas e vivências, durante todo o processo de aplicação dos instrumentos e entrevista, estava acima de tudo, o compromisso ético e o respeito com as protagonistas, sujeitas da pesquisa.

A ação e aproximação com as informantes/protagonistas aconteceu em duas fases. Em um primeiro momento, com o formulário – *Google forms* e, num segundo momento, com o contato individual, por meio do envio do e-mail e o retorno de cada uma delas. Evidenciamos que durante o período de coleta dos formulários, foi estabelecido um período de trinta dias para o recebimento das respostas. De forma espantosa, foram recebidas 51 respostas durante o período de 12 de fevereiro a 12 de Março/2023. Relatamos que foi um momento de muita expectativa, pelo retorno voluntário e, especialmente,, a surpresa da ocorrência nacional de trajetória da pesquisa. Com essa readaptação, desde a atualização e redefinição do *corpus de pesquisa* até a expansão do “território” de análise, a pesquisa foi tensionando e exigindo ajustamento.

O trabalho recorreu à feitura artesanal, sendo desenvolvido ao longo de um percurso de leituras, que proporcionou a aproximação e autoafirmação com o compromisso de sua elaboração. Nas contribuições da orientação desta pesquisa, é reconhecidamente uma ação que se “faz fazendo”, ou seja, a pesquisa vai tomando forma no seu constante manejo e condução.

Estrutura da Dissertação

Nossa pesquisa baseia-se em uma proposta de investigação que busca promover a reflexão sobre o cuidado em saúde, elencando as garantias de acesso, integralidade e equidade às mulheres negras. Para tanto, partimos das narrativas dessas protagonistas, as quais concebemos como lugares de existência e resistência. O texto versa

sobre as disputas narrativas sobre a produção de conhecimento da mulher negra acidentada pelos atravessamentos interseccionais. Elencou a proposta de discussão da produção de eixo de análise, a partir dos conceitos de interseccionalidade (AKOTIRENE, 2020) e *escrevivência* (EVARISTO, 2011) - que são tratados no primeiro capítulo - e que atuaram para além de suas contribuições teóricas, pois foram utilizados como ferramenta metodológica de produção de conhecimento na análise narrativa. As pretensões descritas nesta dissertação tentam o *enegrecimento epistêmico (grifo nosso)*, de modo a dialogar com as análises empíricas da pesquisa.

O estudo apresentado está organizado na preleção de capítulos, entre os quais, que situam conceitos e certames sobre a mulher negra, o feminismo negro, o racismo e a perspectiva decolonial. As contribuições sobre o conceito de interseccionalidade e a enumeração da *escrevivência* como produção de resistência nos quais nos aprofundaremos com as discussões das autoras Carla Akotirene (2020), Grada Kilomba (2019), Sueli Carneiro (2020) e Conceição Evaristo (2016) que por meio da sua produção literária cunhou esse termo *escrevivência*.

O racismo institucional (ALMEIDA, 2020) será abordado junto às ponderações a respeito da saúde sob a perspectiva da mulher negra. Nessa conjuntura, utilizamos a fundamentação teórica formulada pelo jurista e atual Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania Silvio Almeida (2020) e por Grada Kilomba (2019), além de Djamila Ribeiro (2018) e bell hooks (2019).

No capítulo inicial, *SUSpiros de mulheres negras: africanidades diaspóricas de mulheres negras no Brasil*, discorremos sobre as temáticas da mulher “universal” e o feminismo negro. Em *Mulheres Negras X Decolonialidade: narrativas em disputa*, discutimos os conceitos de *decolonialidade*, destacando a importância da disputa narrativa. Já no subtítulo *Mulher negra: escrevivência + interseccionalidade*, pensamos o lugar da mulher negra nas políticas públicas, da coisificação ao “reconhecimento” de cidadania, onde apresentamos a discussão sobre a humanidade da mulher negra, citada no arcabouço de discussão sobre o subtítulo de “coisificação” ao “reconhecimento” de cidadania. Num jogo de signos, o capítulo versa sobre as continuidades e descontinuidades, a mulher negra no Brasil e a perpetuação do olhar colonial sobre sua vida, sobre seus corpos e, por fim, *Mulher negra, continuidades e descontinuidades no Brasil: a perspectiva da saúde*. Nessa última subseção, debatemos, de forma inicial, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN.

No segundo capítulo, abordamos sobre o racismo no Brasil e seus desdobramentos, como o racismo institucional que, de acordo com Silva et. al.(2009), “atua nos níveis das instituições sociais, dizendo respeito às formas como estas funcionam (...) contribuindo para a naturalização e reprodução da hierarquia racial” (SILVA ET. AL, 2009 p. 157) e o racismo na saúde, que opera na manutenção das iniquidades raciais em saúde, com o enunciado “*SUSpeitas e implicações: o racismo no Brasil*”. Temática que também compõe o título dessa dissertação, portanto, aparece no sumário e na estrutura do texto como estratégia de denúncia. A opção por tratá-lo em segundo plano foi a defesa em enaltecer a mulher negra, na difusão de que a mulher negra vem antes do racismo e mesmo que ele – o racismo – execute suas tecnologias de apagamento, aqui neste texto é a mulher negra que protagoniza, que fala, age e denuncia. Essa veia de opressão é o que temos o dever de conhecer, falar para enfrentar. No seguimento, é apresentada a discussão sobre o movimento negro, tendo em vista sua pauta de enfrentamento do racismo. Essa seção trata de apresentar um breve histórico do movimento negro e de que forma é realizada a leitura da mulher negra atuante, sendo aqui a protagonista e lida com o racismo, reafirmando-se como essa mulher negra em movimento,

O terceiro e último capítulo inscreve o tópico central da pesquisa “*SUSpiros de mulheres negras: interseccionalidades e escrevivências*”, versando sobre as mulheres em movimento, ação de resistência e enfrentamento, suas vivências sobre o racismo institucional na saúde, suas percepções, reflexões e narrativas. A apresentação e descrição da análise elucidam as narrativa e *escrevivências* acolhidas e evidenciam o discurso, a luta, as dores, os anseios e compartilhamentos das mulheres negras, ativistas participantes e protagonistas da pesquisa e sua avaliação sobre a atenção à saúde da mulher negra no SUS. Neste, consta os eixos de análise com vistas à discussão da narrativa de reflexão, discussão sobre as *escrevivências* e elaboração do debate com vistas a responder aos objetivos elencados. A interseccionalidade deverá ser utilizada como ferramenta de análise sobre os imbricamentos identitários e existência, entre eles a discussão sobre o atravessamento do racismo institucional como barreira de acesso à atenção à saúde de mulheres negras. É neste capítulo, que a apresentação das narrativas é sublimada na qual o percurso citará as subseções “ O enegrecer feminino e suas escrevivências: ação de resistência”, “Mulheres Negras: refletindo sobre o racismo institucional na Saúde” e “Mulheres Negras: Racismo, Saúde e violências, imbricações interseccionais”.

As *Considerações Finais* retomam o percurso de desenvolvimento da pesquisa, recuperando a discussão sobre os objetivos, apresentando as limitações na execução da pesquisa e os aspectos que trazem à tona a discussão da perspectiva da mulher negra em

seu espaço de fala. Defendendo uma proposta de pesquisa que possa evidenciar e refletir sobre a situação de acesso da mulher negra à política de saúde - SUS, a partir da avaliação de mulheres negras, ativistas do movimento negro de modo a verificar se e como esse acesso é atravessado pelo racismo institucional. Toda essa introdução pode traduzir-se em um *prólogo*, haja vista que foi a partir de minha *escrevivência* e esse viver/escrever/narrar/compartilhar que esse trabalho foi sendo elaborado.

Agora já em bordado e sutura, o alinhavado dessas narrativas são, portanto, a produção teórica do retorno da pesquisa, um seguimento de passos que vieram de longe, que atravessaram mares e oceanos, nos quais nos referenciamos, produzimos memórias, histórias e, para além, produção de conhecimento.

1- SUSsurros DE MULHERES NEGRAS: AFRICANIDADES DIASPÓRICAS DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL

“Meu recado às mulheres: contem suas histórias. Descubram o poder de milhões de vozes que foram caladas por séculos”.

Ryane Leão – Tudo Nela Brilha e Queima

Aquele leve ruído, quase imperceptível. Não é murmúrio, é silenciamento. Dos corpos em números, martirizadas, violadas, violentadas. Das outras tantas esquecidas, omitidas. Aquilo que dói e sangra. Entre prosas e traços poéticos, narrativas insurgentes e *escrevivências* de mulheres negras, a proposta presente neste capítulo versará sobre o debate da presença das mulheres no Brasil.

As dinâmicas do racismo na formação social brasileira como uma urgência em discutir as matrizes de opressão. Nesse contexto, o apagamento da história e o extermínio físico da população negra: a diáspora - como o deslocamento e sequestro dos corpos negros em África - que culminou num genocídio sem precedentes e a resistência e resiliência do povo negro brasileiro que - diferentemente do que a história colonial reverberou ao longo do tempo - não se aceitou tacitamente a condição de escravização, promovendo processos de resistências até depois da “libertação” e a saúde como o anseio de busca, cuidado e acolhimento. SUSsurros na procura pelo cuidado universal, integral, equânime em saúde no SUS não como sussurros, mas gritos, que na tentativa de silenciamento, podem ser ouvidos como sussurros.

O SUS, Sistema Único de Saúde (BRASIL, 1990), como é denominado o sistema de organização da política de atendimento à saúde, desde a sua implantação, tem proporcionado à vida na cidade a abrangência de cuidados, “...a dinâmica urbana se tornou passível de ser examinada. O fluxo e a circulação dos seus moradores tornaram-se foco de averiguação para estudos minuciosos de rotinas que pudessem interferir nos quadros sanitários em todo o país” (SODRÉ, 2014 p. 71).

A importância em se analisar o SUS exige que problematizemos a desigualdade estrutural nos atendimentos na área da saúde. Como nos ensina a médica e ativista Jurema Werneck sobre a área de pesquisa Saúde da Mulher Negra.

A revisão da literatura especializada publicada no Brasil expõe a baixa presença que a saúde da mulher negra tem nos periódicos nacionais dedicados às Ciências da Saúde. De fato, uma breve revisão entre os periódicos disponíveis na biblioteca virtual SciELO permite verificar essa escassez: a busca simples com descritores

“saúde mulher negra” oferece 24 artigos nacionais publicados a partir de 2008. Ao restringir a busca para artigos da área de saúde pública, a disponibilidade reduz-se a apenas seis textos completos publicados. Não é possível auferir aqui, com exatidão, a extensão dessa lacuna ou distinguir sua origem. Ou seja, não há como saber as razões do baixo índice de publicações sobre o tema: se por desinteresse, falta de estímulos ou existência de restrições explícitas nas instituições de pesquisa; se devido a barreiras interpostas pelos conselhos editoriais dos diferentes periódicos; ou, ainda, se devido a combinações entre os variados elementos. Tais ausências ou insuficiências podem indicar a não consolidação da saúde da população negra e da saúde da mulher negra como campos temáticos e de pesquisa, relacionada ao baixo grau de penetração nas instituições de pesquisa dos debates sobre o racismo, seus impactos na saúde e suas formas de enfrentamento. (WERNECK, 2016, p. 536).

Observando esse cenário de resistência e denúncia na atenção e cuidado em saúde, direcionado a saúde da mulher negra, fundamentalmente, discutiremos a ação e o movimento de mulheres negras e os conceitos de *feminismo negro* e *interseccionalidade*, problematizados pelas autoras Lélia Gonzalez (2020), Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro (2019), Djamilia Ribeiro (2018), Carla Akotirene (2018). Autoras que, em suas contribuições, realizam disputas narrativas e, por meio de suas vivências e produções, serão referenciadas no debate sobre a consolidação ou não do acesso à saúde às mulheres negras. Já na constituição dos subtítulos, provocamos a discussão a respeito da decolonialidade, como ação insurgente de existência e resistência negra. E, por fim, as políticas públicas e a mulher negra. Haja vista, que a problematização dessa pesquisa está inserida no contexto de política pública de saúde. Na discussão teórica, referenciamos as pesquisadoras Jurema Werneck (2016), Jussara de Assis (2018), Márcia Eurico (2020), Gabriela Pereira Barreira (2022) entre outras.

Iniciaremos com a discussão sobre a mulher e o feminismo, numa formatação de eloquência do feminismo como movimento, de mulheres em movimento. Contudo, alavancamos com o feminismo negro que baliza a estrutura das mulheres que protagonizam essa pesquisa, as mulheres negras em movimento. Partiremos para uma discussão sobre o lugar de existência de mulheres negras e a “coisificação de seus corpos como traço colonial, filiando-nos a um aporte teórico respaldado e a pertinência em desmistificar o apagamento da produção teórica de mulheres negras. Tratamos das disputas narrativas e as contribuições da *escrevivência* e da teoria interseccional em um panorama de valorização das narrativas de mulheres negras.

Os referenciais teóricos, dessa forma, pretendem retratar o lugar das protagonistas: as mulheres negras. É sobre elas e a partir delas que escolhemos acolher seus relatos sobre a vivência do racismo na saúde, seu atravessamento interseccional que impacta os processos de adoecimentos, sofrimentos e, substancialmente, suas trajetórias. Ressaltamos

que a produção desta pesquisa é sobre saúde, mas discutimos a saúde daquelas que não são reconhecidas, muito menos ouvidas em suas singularidades. Os SUSsurros de toda uma história ancestral invalidada e coisificada, o fulgor de luta para o reconhecimento e o confronto contra as opressões.

Nesta perspectiva, recorremos a um arcabouço teórico que aspira fundamentar essa mulher negra, no cenário histórico-social, para expressar as hipóteses em relação ao silenciamento, apagamento e ao racismo institucional que oprimem as mulheres negras na atenção à saúde.

1.1- Mulher “universal” e o feminismo negro

O feminismo trata da manifestação de luta pela igualdade de gênero e diz respeito à libertação de homens e mulheres do estereótipo patriarcal, mesmo já iniciado como uma disputa de narrativas, o feminismo nasce imbuído de um discurso hegemônico da branquitude, na qual parte de uma universalização do que é SER mulher. Referência na discussão sobre feminismo afrolatinoamericano, a filósofa e ativista, mulher negra em movimento Lélia Gonzalez descreve:

É inegável que o feminismo como teoria e prática, desempenhou um papel fundamental em nossas lutas e conquistas, na medida em que, ao apresentar novas questões, não apenas estimulou a formação de grupos e redes, mas também desenvolveu a busca por uma nova maneira de ser mulher. Ao centralizar suas análises em torno do conceito de capitalismo patriarcal (ou patriarcado capitalista), ele revelou as bases materiais e simbólicas da opressão de mulheres, o que constitui uma contribuição de importância crucial para a direção de nossas lutas como movimento”. (GONZALEZ, 2020, p.140).

As bases do feminismo negro pautam da necessidade de se estabelecer o lugar de fala dessa mulher, que ao contrário da mulher branca, protagoniza sua existência/re-sistência em outro lugar ou, muitas vezes, no não lugar. A filósofa e ativista Djamila Ribeiro discorre sobre a invisibilização da mulher negra nos tópicos do feminismo universal, “(...) Em obras sobre o feminismo no Brasil é muito comum não encontrarmos nada falando sobre o feminismo negro (RIBEIRO, 2018 p. 53). Ela traduz desta forma, o *grito* em contrapor a universalidade em ser mulher. Enunciar as interseccionalidades, esses diferentes pontos de intersecção do *SER Mulher*; lugar de pluralidade, é evidenciar esse lugar de fala de mulheres negras.

Existe ainda, por parte de muitas feministas brancas, uma resistência muito grande em perceber que, apesar do gênero nos unir, há outras especificidades que nos separam e afastam. Enquanto feministas brancas tratarem a questão racial como birra e disputa, em vez de reconhecer seus privilégios, o movimento não vai avançar, só reproduzir as velhas conhecidas lógicas de opressão. (RIBEIRO, 2018 p. 53)

Na disposição do debate, retomamos Gonzalez (2020), que discute para além e pontua sobre a gênese dessas opressões “tanto o sexismo como o racismo partem de *diferenças biológicas* para se estabelecerem como ideologias de dominação” (Gonzales, 2020 p.141). E ela continua “como podemos explicar esse ‘esquecimento’ por parte do feminismo? A resposta em nossa opinião, está no que alguns cientistas sociais caracterizam como racismo por omissão e cujas raízes, dizemos, estão em uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista.”(Gonzales, 2020, p.141). A autora notabiliza, as contradições do feminismo, que, na luta contra opressões, tratou no esquecimento as mulheres negras e indígenas que convivem com a exclusão de gênero, pois são mulheres somadas à exclusão de raça, por não serem mulheres brancas.

Nos estratos de raça, classe e gênero, a mulher negra ocupa na sociedade brasileira um lugar de não lugar, ou ainda, a base das opressões sociais. Ao usarmos o termo “estratos” da vida social, há a intencionalidade de iniciar a discussão da desigualdade. Em que pese a influência da cor e raça, entre outras características dos fenótipos da negritude, que são acirradas pelo racismo e intolerância que excluem, violentam e matam as pessoas negras. Ademais, como fundamentos de análise desse viés desigual e opressor, evidenciam os indicadores de violência contra a mulher que as mulheres negras são as principais vítimas de feminicídio no Brasil.

Lembremos que a produção de saúde prevê o enfrentamento da violência, assumindo, dessa maneira, a violência como um problema de saúde. O levantamento do Atlas da *Violência* 2019 expõe que, dos 4.936 casos de assassinatos de mulheres em 2017, em 66% dos casos, as vítimas eram negras¹⁴.

...o texto da lei de 13 de maio de 1888 (conhecida como Lei Áurea) simplesmente declarou a escravidão extinta, revogando todas as disposições contrárias e ...nada mais. Para nós, homens e mulheres negros, nossa luta pela libertação começou muito antes desse ato de formalidade legal e continua até hoje. Nosso compromisso, portanto, é no sentido que, ao refletir soabre a situação do segmento negro como parte constitutiva da sociedade brasileira (ocupando todos os espaços possíveis para

¹⁴ Dossiê Mulheres Negras; A situação dos Direitos Humanos das Mulheres Negras no Brasil: Violências e Violações. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/situacao-dos-direitos-humanos-das-mulheres-negras-no-brasil-violencias-e-viola-coes> acesso em 05/09/2019.

que isso ocorra), ela possa olhar para si e reconhecer, em suas contradições internas, as profundas desigualdades raciais que a caracterizam. Nesse sentido, as outras sociedades que também compõem essa região, esse continente chamado América Latina, dificilmente diferem da sociedade brasileira. (GONZALEZ, 2020, p.139).

Esse *lócus social* pauta a discussão sobre o *lugar de fala*, conceito elaborado por Djamila Ribeiro, que afirma: “todos falamos a partir de um lugar social” (RIBEIRO, 2019, p. 31). Esse lugar social é atravessado pela *interseccionalidade* e pela *identidade*. Ressaltamos que, nesta dissertação, entendemos a *identidade negra*, considerando os escritos da médica Neuza Sousa Santos:

Ser negro é (...) tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse dessa consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro. (SANTOS, 2021 p.115).

É desse reconhecimento de “tornar-se negro” - para nós, “tornar-se negra” - que a conduz a mulher, também, a reivindicar seu lugar de fala. As mulheres negras que contribuíram com nossa pesquisa, reconhecendo-se e autoafirmando-se, numa tomada de consciência para dois atravessamentos interseccionais, o “ser mulher” e o “ser negra”, ilustram esse ato político - ação e movimento, que nomeamos, luta e militância - inserido no feminismo negro.

O debate sobre o feminismo negro não é apenas sobre identidade, mas um convite a rever e a repensar como algumas identidades são aviltadas. Quando se discute identidades, também está se dizendo que o poder deslegitima algumas em detrimento de outras. É necessária a derrubada do entendimento de que as mulheres negras estão dividindo o pensamento e o movimento feministas, é preciso e urgente que se ressignifique o conceito de humanidade, já que pessoas negras em geral, e mulheres negras especificamente, não são tratadas como humanas. (MALCHER E RIAL, 2019 p.1)

E como a discussão de saúde e acesso à saúde no SUS constrói-se por meio de encruzilhada quando trazemos as colaborações do feminismo negro, as formulações de Beatriz Nascimento, historiadora, poetisa e militante antirracista, que defende a *história feita por mãos negras*, aborda a temática da mulher negra e, como Lélia Gonzales, trata dos descritores raça, classe e gênero. Nessa conjuntura, sua definição de *feminino racializado* é grande referência na discussão que propomos sobre o feminismo negro.

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê desse modo, ocupando os espaços e os papéis que

lhes foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. (NASCIMENTO, 2021 p. 58).

Nesse fragmento, a autora discute sobre a relação da mulher negra no mercado de trabalho, trazendo à tona a perpetuação do *status* de hierarquização e estruturação da organização da sociedade brasileira. A pensadora, ainda, explica:

O critério racial constitui um desses mecanismos de seleção, fazendo com que as pessoas negras sejam relegadas aos lugares mais baixos da hierarquia, através da discriminação. O efeito continuado da discriminação praticada pelo branco tem também como consequência a internalização, pelo grupo negro, dos lugares inferiores que lhes são atribuídos. Assim, os negros ocupam aqueles lugares na hierarquia social, desobrigando-se de penetrar os espaços que são designados para o grupo de cor mais clara, dialeticamente perpetuando o processo de domínio social e privilégio racial. (NASCIMENTO, 2021 p. 57).

Inserida nesse cenário hierarquizado e opressor, “A mulher negra tem possibilidades menores do que qualquer um dos outros grupos. Aqui é preciso estabelecer uma comparação entre a mulher negra e a mulher branca” (NASCIMENTO, 2021, p. 59). A latência do binômio mulher branca-mulher negra exige singularização do debate, pois, mesmo compartilhando o gênero, o lugar do *ser mulher é distante*, tendo em conta que as implicações raciais operem no distanciamento e nas condições de reconhecimento desse feminino no perspectiva eurocêntrica. Não estamos defendendo quaisquer que sejam disputas ou acirramentos, contudo é importante elucidar o lugar que ainda é habitado pela mulher negra.

Durante e após a escravidão no Brasil, à mulher negra, reservou-se o lugar de mão de obra, na maioria das vezes, não qualificada. Somente nas últimas décadas do século XX, o trabalho passou a ter significado dignificante, mas, pelo estigma da escravatura, é constante que ainda se reproduza na mulher negra esse “destino histórico”. É ela que desempenha, em sua maioria, os serviços domésticos, os serviços em empresas públicas e privadas recompensados por baixíssimas remunerações. São de fato empregos em que as relações de trabalho evocam as mesmas relações da escravocracia. (NASCIMENTO, 2021, p. 233)

Lembremos que Beatriz Nascimento escreveu esse texto há mais de trinta anos¹⁵ e ele permanece atual e relevante, bem como os escritos de Lélia Gonzalez. Duas mulheres negras que atuavam à frente de seus tempos e que faleceram no século passado, deixando um notório legado acadêmico, ao qual recorreremos em nossa investigação. Sobre isso, não abordamos a contento, a necessidade de evidenciar e reverenciar a ancestralidade e o enegrecer epistêmico dessas duas autoras que são tão necessárias à discussão presente, mas é pungente a referência e diálogo com os escritos das autoras, mulheres negras em movimento.

¹⁵ A publicação data do ano de 1990, e conforme descrição em Nascimento (2021) “circula contemporaneamente na web e em coletâneas, especialmente em circuitos feministas, sobretudo entre negros e jovens” (p.231).

Em diálogo consonante, Lélia Gonzalez (2020) e Beatriz Nascimento (2021) direcionam a necessidade de análise da sociedade hierarquizada, herança da colonização europeia e da escravização dos corpos negros. Todo esse cenário reflete, especificamente, na identidade da mulher negra e em seu *status* de pessoa, a quem deve ser garantido acesso e direitos. Em que pese a luta de gênero por igualdade em direitos, abarcada por mulheres brancas, inicialmente, não reconhece as singularidades e iniquidades que afligem as mulheres negras.

O feminismo latino-americano perde muito sua força abstraindo um fato da maior importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região. Lidar por exemplo, com a divisão sexual do trabalho sem articulá-la com a correspondente ao nível racial é cair em uma espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizante e branco. Falar de opressão à mulher latino-americana é falar de uma generalidade que esconde, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito alto por não serem brancas. (GONZALEZ, 2020 p. 142).

A autora apresenta uma série de entroncamentos teóricos que atuam na opressão e diferenciação das mulheres, em que refere “brancas e não brancas”. Para tanto, pensar num movimento feminista universalizante não responderia às especificidades do ser mulher. É partindo desse ideário e desse sussurro (grito) de mulheres negras, que o feminismo negro vai ocupando espaço maiores.

O feminismo negro começou a ganhar força a partir da segunda onda do feminismo, entre 1960 e 1980, por conta da fundação da *National Black Feminist*, nos Estados Unidos, em 1973 e porque feministas negras passam a escrever sobre o tema, criando uma literatura feminista negra. Porém, gosto de dizer que, bem antes disso, mulheres negras já desafiavam o sujeito mulher determinado pelo feminismo. (RIBEIRO, 2018 p. 51)

No excerto anterior, Djamila Ribeiro aponta importantes aspectos históricos sobre o assinalar do feminismo negro, que compreende a problematização e produção sobre o tema. No desafiar o sujeito mulher, Ribeiro (2018) sinaliza uma importante passagem, o discurso de Sojourner Truth, que, em 1851, rompeu o silenciamento e ecoou seus sussurros ao refutar “E não sou uma mulher?”¹⁶. Dentre tantas outras ações de resistência, esse discurso

¹⁶ O livro “Quem tem medo do feminismo Negro” Djamila Ribeiro (2018), retrata um fragmento do discurso de Sojourner Truth, que segundo Ribeiro (2018) realizou a fala durante a Convenção dos Direitos das Mulheres no Estado Norteamericano de Ohio - EUA Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregá-las quando atravessam um lamaçal, e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou eu uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros, e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou eu uma mulher? Consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem — quando tinha o que comer — e aguentei as chicotadas! Não sou eu uma mulher? Pari cinco filhos, e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando

explicita o abismo social entre mulheres brancas e negras. Não obstante, a filósofa afirma que “No Brasil, o feminismo negro começou a ganhar força nos anos de 1980.” (RIBEIRO, 2018, p. 52).

É necessário entender de uma vez por todas que existem várias mulheres contidas nesse ser mulher e romper com a tentação da universalidade, que só exclui. Há grandes estudiosas e pensadoras brasileiras e estrangeiras já publicadas por aqui, como Sueli Carneiro, Jurema Werneck, Núbia Moreira, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Luiza Bairros Cristiano Rodrigues, Audre Lorde, Patricia Hill Collins e bell hooks, que produziram e produzem grandes obras e reflexões. Nunca é tarde para começar a lê-las. (RIBEIRO, 2018, p. 53)

Ser feminista implica, portanto, na apropriação dessas reflexões, assumindo uma postura incômoda e enfrentando o que está posto. Exige o contrariar da estrutura patriarcal, sistema de opressões baseado em uma concepção erroneamente estabelecida como natural. Ser feminista negra é enfrentar o *status* de feminismo universal, “Sim, esses discursos trazidos por essas autoras são contra hegemônicos no sentido de que visam desestabilizar a norma, mas igualmente são discursos potentes e bem construídos a partir de outros referenciais e geografias [...]” (RIBEIRO, 2017, p. 90).

1.2 Mulheres negras X decolonialidade: narrativas em disputa

“Amar quem somos começa com a compreensão das forças que produziram quaisquer hostilidades que sentimos em relação à negritude e a ser mulher, mas também significa aprender novas formas de pensar sobre nós mesmas”

(bell hooks)

Nesta seção, discutimos os conceitos de decolonialidade, sendo as disputas narrativas numa perspectiva retórica de mulheres negras. Sob esse viés, tratamos o diálogo como dimensão epistemológica do feminismo negro, sendo resistência e ferramenta de perpetuação de saberes. Além disso, partimos do princípio de que as mulheres negras estão ecoando suas vozes e por meio da fala, oralidade, produção teórica e reconhece a formatação de movimento coletivo. Numa dialógica de debate, este capítulo pretende tratar a discussão sobre o apagamento da história e cultura negras na averbação colonial. O antropólogo e professor Dr. Kabengelé Munanga, há tempos, discute a questão da negritude e sobre os retratos do colonialismo discorre:

manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou eu uma mulher? (RIBEIRO, 2018 p.51-52)

A sociedade *colonial* teme a ruptura da ordem e do equilíbrio estabelecidos em seu favor. Para que isso não ocorra, encastela-se, intocável, explorando e pilhando a maioria negra, utilizando-se de mecanismos repressivos diretos (força bruta) e indiretos (preconceitos raciais e outros estereótipos) (MUNANGA, 2020, p.23).

Esse equilíbrio para a branquitude é polo de tensão ao povo negro entre outros povos oprimidos e/ou silenciados. É neste incômodo, que sempre existiu, que a resistência se propõe a ocupar e enegrecer o campo da produção do conhecimento.

O colonialismo é estratégico. Como astúcia de silenciamento e apagamento, utiliza-se de diferentes artimanhas e descréditos. Nesse sentido, a escritora e psicóloga Grada Kilomba faz referência a um objeto símbolo de violência contra a mulher negra: a *máscara do silenciamento*. Essa formulação teórica aborda, exatamente, o ato de emudecer um dos principais instrumentos de da oralidade, a boca.

Há uma máscara da qual eu ouvi falar muitas vezes durante a minha infância. A máscara que *Anastácia* era obrigada a usar. Os vários relatos e descrições minuciosas pareciam me advertir que aqueles não eram meramente fatos do passado, mas memórias vivas enterradas em nossa psique, prontas para serem contadas. Hoje quero recontá-las. Quero falar sobre a *máscara do silenciamento*. Tal máscara foi uma peça muito concreta, um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de trezentos anos. (...) a máscara representa o colonialismo como um todo. Ela simboliza políticas sádicas de conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento das/os chamadas/os “*Outras/os*”: Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar? (KILOMBA, 2019, p. 33).

Kilomba (2019) trata de enunciar as memórias do colonialismo, descrevendo-o como um trauma colonial que penetra e rememora o cotidiano presente. Essa ferida é constante e não pode ser esquecida, haja vista que é do reconhecimento deste que a mitificação é impugnada.

Cida Bento, escritora, psicóloga social e ativista negra, ao retratar a violência do colonialismo, exemplifica “a história do Ocidente com a expansão das civilizações greco-romanas, os descobrimentos ibéricos, a formação dos grandes impérios coloniais e, hoje, a mundialização explícita o modo imaginário como posições de inferioridade para o aprisionamento do outro foram construídas” (BENTO, 2022, p. 27). Essa hierarquização, conforme a autora, sugere que o uso da força, por meio da invasão dos territórios e a escravização, imputaram a soberania branca eurocêntrica: “Em todos os lugares em que houve povoamento por pessoas provenientes da Europa, no decorrer da expansão colonial, os alicerces ideológicos e muitas das consequências da branquitude, (...) foram

fundamentalmente iguais." (BENTO, 2022, p. 28). A autora destaca, também, a colonização como mecanismo ideológico de universalização dos padrões culturais brancos, o que ela denomina como *branquitude*:

Foi no bojo do processo de colonização que se constituiu a branquitude. Os europeus, brancos, foram criando uma identidade comum que usou os africanos, negros, como principal contraste. A natureza desigual dessa relação permitiu que os brancos estipulassem e disseminassem o significado de si próprios e do outro através de projeções, exclusões, negações e atos de repressão. Entre 1500 e 1900, a colonização europeia movimentou 18 milhões de africanos escravizados pelo mundo. Antes do começo desse colonialismo, a África e a Ásia eram regiões relativamente ricas e produtivas, enquanto a Europa tornou-se uma região relativamente rica, e a África e a Ásia tornaram-se locais com problemas crônicos de pobreza. Essa reversão não é efeito apenas da extração dos recursos dessas regiões, mas também da destruição de estruturas econômicas e sociais tradicionais. (BENTO, 2022, p.28-29)

Foi no debate da história e do reconhecimento das narrativas negras que a proposta de decolonialismo se constituiu, ou seja, manifestar-se de modo a contrapor essa história universalizante. Nesta dissertação, resguardamos como disputas narrativas os contrapontos a esse *padrão colonial* de saberes, cultura e produção do conhecimento, almejando ao diálogo sobre os conceitos de decolonialidade na produção dos autores Joaze Bernadino-Costa, Nelson Maldonado Torres e Ramón Grosfoguel, no livro intitulado *Decolonialidade e Pensamento Afrodiáspórico*, eles constroem uma conjunção de textos de diferentes autores que contribuem para a discussão do conceito decolonialidade.

Os pesquisadores evidenciam a preocupação central sobre a descolonização e decolonialidade, “optamos por um sentido amplo que abarca a longa tradição de resistência das populações negras e indígenas” (COSTA et al, 2020 p. 9). A partir dessa elaboração conceitual, apropriamo-nos dessas contribuições de forma a denunciar e “elucidar historicamente a colonialidade do poder, do ser e do saber” (COSTA et al, 2020 p. 10).

A despeito desse cenário, que ainda precisa ser avaliado cuidadosamente, uma das necessidades que emergem em todo o processo é a urgência da descolonização dos currículos, esforço que vem sendo empreendido pelos diversos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros das universidades brasileiras. Essa obviedade é uma necessidade para os diversos estudantes negros, que são, muitas das vezes, os primeiros de suas famílias a chegarem à universidade, que não querem reproduzir o cânone moderno/colonial, mas sim buscar de maneira ativa a produção do conhecimento a partir de suas experiências e vivências. Mas essa é também uma necessidade para aqueles situados no pólo hegemônico da sociedade brasileira, que precisam passar por um processo de desimperialização, entendido como um modo de superar a arrogância que os fizeram ignorar outras formas de saber, de existência e de organização da vida político-social (COSTA ET AL, 2020 p.18).

Os autores descrevem a defesa da decolonialidade como projeto político acadêmico inscrito em mais de quinhentos anos de lutas dos povos originários, populações africanas e afrodiáspóricas. No direcionamento às opressões do povo negro, a elaboração histórica colonial, invisibilizou e apagou da égide acadêmica, político e social a resistência, e luta política, atendo-se unicamente a condição e caracterização de escravizado. No qual o sequestro e diáspora africana apagaram os resquícios de humanidade constituinte da população negra. A decolonialidade, neste trabalho, será explorada como o enfrentamento da invisibilidade histórica, epistemológica e acadêmica de temas relacionados a história e memória de negros e negras.

É partindo desses, entre outros debates, que defendemos a importância do alocamento da raça como dimensão estruturante e ponto interseccional do sistema mundo moderno/colonial. Um princípio constitutivo daquele que pode viver, ver e saber. Desta forma a colonialidade para além de outras conceituações validadas, discorrerá aqui como “discursos e narrativas que invisibiliza o lócus de enunciação do negro” (COSTA et al, 2020 p. 10). Não obstante, dialeticamente, trataremos de afunilar essa discussão na historicidade das mulheres negras e suas narrativas.

A colonialidade x decolonialidade é também uma questão de acesso. Em referência ao que nos informa Nilma Lino Gomes, “... a colonialidade se materializa no pensamento e na postura arrogante e conservadora” (2020, p. 231), a autora incita que a colonialidade não demonstra interesse de ruptura com o *status quo*, considerando que mantém os privilégios e o poder da branquitude e da ciência eurocêntrica. E ela continua, provocando com perguntas urgentes “...teremos sempre que nos reportar aos mesmos autores e aos mesmos clássicos para interpretar e compreender nossa realidade?” (p. 232). Parafraseando a autora “descolonizar é fomentar a democracia e fazer luta antirracista” para tanto “A compreensão de que existe uma perspectiva negra decolonial brasileira significa reconhecer negras e negros como sujeitos e seus movimentos por emancipação como produtores de conhecimentos válidos que não somente podem tensionar o cânone, mas também o indagam e trazem outras perspectivas e interpretações”(GOMES, 2020, p. 235).

Munanga (2020) dialoga, vertendo na mesma sintonia de Gomes (2020), e notifica o padrão nefasto de sufocamento que se dá a partir do colonialismo.

Convencidos de sua superioridade, os europeus tinham a priori desprezo pelo mundo negro, apesar das riquezas que dele tiravam. A ignorância em relação à história antiga dos negros, as diferenças culturais, os preconceitos étnicos entre

duas sociedades que se confrontam pela primeira vez, tudo isso mais as necessidades econômicas de exploração predispuseram o espírito europeu a desfigurar completamente a personalidade moral do negro e suas aptidões intelectuais. Negro torna-se, então sinônimo de ser primitivo, inferior, dotado de uma mentalidade pré-lógica. E, como o ser humano toma sempre o cuidado de justificar sua conduta, a condição social do negro no mundo moderno criará uma literatura descritiva dos seus pretendidos caracteres menores. (MUNANGA, 2020 p. 21-22)

Do colonialismo e sua constituição, a estruturação do sistema de opressão racista se mantém como importante dispositivo de desumanização do negro. Um dos projetos mais bem-sucedidos no Brasil é a perpetuação do racismo, dada a sua constituição estrutural, nele são questionadas identidade, destituição de humanidade, autorrejeição, concebendo a partir de seu arsenal, político, cultural e social, prejuízos inimagináveis as construções de subjetividades e persuadindo de sobremaneira a sociabilidade brasileira. Não é por acaso que o sociólogo Aníbal Quijano (2005) já acautelava a discussão acerca de raça fundamentam a teorização do debate decolonial.

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados (QUIJANO, 2005, 118).

O excerto de Quijano exemplifica como essa ideia se propagou - e ainda se perpetua - na naturalização de superioridade. A discussão do autor situa-se em uma análise da colonização das Américas, no entanto, descreve a colonização do poder elencado, principalmente, da superioridade europeia sobre todo o globo. Não obstante, podemos evidenciar manutenções de imperialismos, e que dada os cânones da ciência, a valoração das epistemes europeias.

O sociólogo jamaicano Stuart Hall faz menção à continuidade das descontinuidades como característica da sociedade da modernidade tardia. Essa descontinuidade ou “rompimento” com o tradicional acontece de modo descentrado, deslocado (HALL, 2006, p.16). Assim, as forças de rompimento ou manutenção são desiguais, mas podem infundir em continuidades ou novas identidades sobre como pensar esses sujeitos. Por outro lado, tal “deslocamento” abre-se em paradoxo à “ocupação” por

outros sujeitos na reivindicação de espaços de articulação discursiva, o qual tomamos por referência, considerando a pauta de mulheres negras a partir de suas narrativas, “reconhecer a existência de uma perspectiva negra decolonial brasileira significa romper com o eurocentrismo no campo do conhecimento e admitir que ele passa a interpretar a raça no contexto das relações de poder”. (GOMES, 2020, p. 241-242).

É importante unir, à discussão das questões étnico-raciais, o engajamento político e a ação de movimento. Desvelar o racismo é descolonizar currículos. Instituir ações afirmativas é viabilizar o enegrecer de espaços e oportunizar novas dialógicas narrativas imbuídas de interseccionalidades. É, dessa maneira, ser efetivamente sujeito e sujeita de uma história a ser elaborada e reconhecida. “Na medida em que se afirmam sujeito de história, conhecimento e culturas, as negras e os negros afirmam e reafirmam formas alternativas de ser humanos e sujeitos de direitos não reconhecidos pelas concepções hegemônicas de humanidade e cidadania” (GOMES, 2020, p. 241).

Elaborar e produzir “novos” conhecimentos a partir de suas histórias e vivências é contemplar as contribuições de Gomes, “tais narrativas são construídas por negras e negros, entendidos como produtores de conhecimento e de teoria, e que ao fazerem isso, movimentam a ciência e a política” (GOMES, 2020 p. 244). O propósito de ruptura e de engajamento histórico é continuidade de Dandara, Luiza Mahin, Anastácia, é descolonizar os saberes já tão disseminados e ovacionados e propor não um “novo” mas sim restituir o silenciado. Tais diálogos nos remetem a pensar: de que maneira poderemos constituir esse paradoxo decolonial imbricado nas ações e refrações em saúde? Decolonizar as ações e olhares em saúde, neste texto é senão provocar os anseios e subjetivações. Produzir saberes e disputar conceitos na promoção de saúde a partir de construções e vozes negras.

Estamos no momento de estudar mais esse pensamento e essa perspectiva produzidos, no Brasil, pelo movimento Negro e pelos Negros em movimento e na luta contra o racismo, pela justiça social, cognitiva e pela democracia. É chegada a hora de introduzir e considerar o conjunto dessa produção dentro do campo dos estudos decoloniais da América Latina. (...) São sujeitos e conhecimentos que buscam, interpretam, indagam, produzem e fazem disputa por outras narrativas. Narrativas negras. Narrativas diaspóricas. Narrativas que compõem a diversidade epistêmica no campo do conhecimento científico eivadas de aprendizados construídos na história e nas práticas e experiências culturais, políticas e sociais, que fazem parte dos processos de pluralidade interna e externa da ciência. (GOMES, 2020, p. 244).

Como já pautado neste texto, o feminismo negro não é aditivo de outros feminismos, mas de formulação própria, a partir da experiência e construção de identidades,

sendo a experiência vivida critério de significação. Sobre a temática, postula Collins (2020, p.149): “Enquanto membros de um grupo subordinado as mulheres negras não podem se dar ao luxo de serem tolas, uma vez que a sua objetificação como “outras” as nega a proteção conferida pela pele branca, pela masculinidade e pela riqueza”.

No reconhecimento de singularidades e o enfrentamento da caracterização universal do *SER MULHER*, o movimento de inserir outras vozes e outros pensamentos busca democratizar, coletivizar e ocupar espaços de fala que traduzem trajetórias amalgamadas de mulheres negras que se assemelham nos obstáculos e lutas. Muitas delas compartilham as origens análogas do “não ser”, “não existir” e têm itinerários que deságuam em futuros, que, apesar de diferentes, entrecruzam-se.

Apesar de haver contestação de legitimidade, não há neutralidade na ciência e na produção de conhecimento. Joan W. Scott - escritora feminista branca, em seus atravessamentos interseccionais de gênero e atuação acadêmica - insiste na importância em se desconfiar das certezas prontas e obviedades. Neste espaço de dúvidas, ocorre a insurgência, o provocar de questionamentos e a promoção de entraves de narrativas negras em contraponto à colonialidade do poder já há tanto exercida. Se há legitimidade, é um questionamento que a autora propõe deixar transitável. Dessas interrogativas, ela prefere o *paradoxo*, concepção que utilizamos como polo paradoxal do intento ao lugar de narrativa, de fala, de existência.

Provocado esse espaço de fala, surge a possibilidade de que as mulheres ocupem seus lócus de distinção e protagonismo. Nesse viés, a importância das ações afirmativas no reconhecimento das desigualdades é, por sua vez, desigual, logo deve ser reconhecido e problematizado. Tal paradoxo discutido por Scott (2005) engendra o descrito como *equilíbrio constante de tensão*. É, portanto, a partir de espaços de tensionamento em que as mulheres negras, de forma peculiar, atuam em suas validações e reconhecimentos individuais a partir da constituição do coletivo.

Retomando Collins (2020), a contextualização da mulher negra deve partir propriamente de suas vivências e construções coletivas, sendo autoral e subjetiva a estratégia de enfrentamento da ótica colonizadora. Configurando-se, conseqüentemente, como luta contra o apagamento, invisibilidade e subalternidade. Sobre a questão, bell hooks (2020), assevera:

...aprender sobre essas mulheres que ousaram afirmar suas subjetividades radicais é parte da autorrealização da mulher negra. Atingir o poder, a identidade, a subjetividade radical não pode acontecer no isolamento. Mulheres negras precisam estudar as obras, críticas e autobiográficas, daquelas mulheres que desenvolveram seu potencial e escolheram ser sujeitas radicais. (HOOKS, 2020 p. 235).

A filósofa Sueli Carneiro, pesquisadora do tema étnico racial e defensora da pauta de mulheres negras, também apresenta a seguinte perspectiva:

...constata-se que a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor, em cinco anos, em relação à das mulheres brancas; em um menor índice de casamentos; e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração. (CARNEIRO, 2011, p. 128).

Desse modo, entendemos que a ação, além de ser epistêmica, acadêmica, tem que ser política. Não há ingenuidades de grandes transformações estruturais, mas há o tensionamento e enegrecimento político, para também pela ação política democrática ter mais mulheres negras ocupando os espaços de decisão política.

Assim posto, um Brasil para todos que aspira profundas transformações estruturais tem de romper, em seu planejamento estratégico, com os eufemismos ou silêncios que historicamente vêm mascarando as desigualdades raciais e conseqüentemente postergando o seu enfrentamento. A absoluta maioria dos excluídos tem cor e sexo, e a política social tem de expressar essas dimensões. (CARNEIRO, 2018, p. 161).

Quando o aporte do reconhecimento da cidadania é ainda de *status* inferior ao homem sustenta a *asfixia social*, conforme teorizada por Carneiro (2011), e a base de estruturação das opressões na sociedade brasileira. Um contexto de dor e enfrentamento, que ocupa, em efervescência, a ânsia constante por deslocamento.

A distância entre homens e mulheres negras expressa, diferentemente, o resultado do machismo e do sexismo presentes nos mecanismos de seleção social para posições na hierarquia, onde sexo e raça atuam cumulativamente para configurar as desvantagens da mulher negra mesmo em relação ao homem negro, e que as ideologias de ascensão social e de embranquecimento tendem a incrementar. (CARNEIRO, 2020, p. 57).

É questão de raça, gênero e a teoria interseccional sustenta e objetiva a mulher negra em movimento. Esse desfecho é o paradoxo, denúncia, é ação e tensionamento epistemológico. Decolonizar é romper e confrontar, tensionar uma hegemonia epistêmica e buscar a consolidação de uma história e cultura há tempos depredada e desbotada. É colorir de outras cores as estruturas dominantes e de dominação e deixar fluir inquietações do que foi invisibilizado é promover percepções de existência, pertencimento e valoração. Essa

construção se dá, a partir do movimento de apreender, de enegrecer e também produzir narrativas, que aqui fomentamos o espaço e o protagonismo da mulher negra.

1.3 Mulher Negra: *escrevivência* + interseccionalidade

Os signos “mulher negra”, “existir”, “sobreviver” e “viver” não são trocadilhos ou narrativas superficiais. A identidade, aqui dialogada como gênero e raça, direciona, ainda, outros pontos somatórios de descrição e/ou significação. Partindo desse olhar sobre gênero, raça e classe que o conceito de interseccionalidade será explanado, tendo a mulher negra o lugar de protagonista. No direcionamento do olhar mais afinado, vimos no compromisso em contribuir com a enunciação da mulher negra como sujeito coletivo de resistência e disputa epistemológica. A resistência e luta das mulheres negras, enfrentando o atravessamento das inúmeras opressões, fortalecem-se enquanto sujeitos coletivos na denúncia sobre vivências e *escrevivências*, este último, termo engendrado por Conceição Evaristo¹⁷.

Escrevivências consiste o recurso metodológico de escrita, que se vale da experiência de quem escreve para oportunizar narrativas que representam a experiência coletiva de mulheres. Saudando a potência literal de Conceição Evaristo (2011) – que discute a ausência de autoras e produções literárias negras na representatividade social – tomamos para investigação recortes do que a estudiosa define como *escrevivências*. Em suas próprias palavras:

Então, as histórias não são inventadas? Mesmo as reais, quando são contadas. Desafio alguém a relatar fielmente algo que aconteceu. Entre o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta. O real vivido fica comprometido. E, quando se escreve, o comprometimento (ou o não comprometimento) entre o vivido e o escrito aprofunda mais o fosso. Entretanto, afirmo que, ao registrar estas histórias, continuo no premeditado ato de traçar uma *escrevivência*” (EVARISTO, 2011, p. 5).

A literata não só enaltece a importância do registro como evidencia o quão singular é o relato, quando as histórias são contadas. Para a autora, a *escrevivência* ultrapassa a singeleza da junção das palavras *escrever* + *viver*, constituindo-se como vigor coletivo, sendo fruto da força de mulheres negras que o *conceito* se fundamenta: "A *escrevivência* não é a escrita de si, porque esta se esgota no próprio sujeito. Ela carrega a vivência da

¹⁷Maria da Conceição Evaristo de Brito, Conceição Evaristo, é romancista, poeta e contista afro-brasileira e recebeu destaque por abraçar a linguagem em suas produções.

coletividade(...) O ponto nuclear da ideia de *escrevivência* é que ele traz a força motriz de mulheres negras escravizadas que nos antecederam." (EVARISTO, 2022). Desta forma, não se traduz aqui as *escrevivências* como falar apenas de si, mas a lógica metodológica de que as *escrevivências* ecoam vozes há muito subalternizadas, imbuídas de ancestralidade, dor e potências.

Para além, citamos de fato a escrita como ferramenta de existência, resistência e luta. Solange Gil de Azevedo, mulher negra em movimento, remete-nos à discussão:

O fato de as mulheres negras serem subjugadas aos porões da subalternidade, ao silenciamento, e ocuparem historicamente a base da pirâmide social, o ato da escrita torna-se um ato de insubordinação ao sistema opressor. Consequentemente, fazer do silêncio imposto pelas opressões cotidianas, narrativas de denúncia de práticas racistas, sexistas e classistas, tal como torna-se um ato político, visto que ser insurgente é contar a sua história, nossa história, a de um povo, a história não contada do nosso povo, diferente daquelas contada na maioria das vezes de forma caricaturada, satirizada ou romantizada. Por essas questões é que Conceição descreve sobre a importância de que mulheres como ela, a sua mãe e Carolina de Jesus, assegurem e se reconheçam enquanto escritoras. (AZEVEDO, 2021 p. 85).

O processo de enegrecimento da produção de história e conhecimento é um dos pilares que defendemos nesta pesquisa como disputas narrativas. Tendo em vista o apagamento histórico e silenciamento das vozes negras, termos referências de mulheres negras, produzindo e escrevendo é de fato um tensionamento à lógica colonial. Elaborando e disputando conceitos, o enegrecer do conhecimento passa por enfatizar essas vozes e escritas.

Conforme declaração da própria Conceição Evaristo, uma das gêneses da palavra *escrevivência* está relacionada ao dia que cunhou a palavra pela primeira vez em uma mesa composta por escritoras negras, entre elas: Mãe Beata, Lia Vieira, Miriam Alves e Esmeralda Ribeiro no seminário Mulheres e Literatura: uma poética de nossa afro-brasilidade realizado em 1995 no Rio de Janeiro. Evaristo, ao concluir a sua apresentação no evento, encerrou a sua fala com a seguinte frase: “nossa *escrevivência* não é para ninar os da casa grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos”(AZEVEDO, 2021 p. 86).

Fomentando uma discussão densa desse *enegrecer epistêmico*, este subtítulo trata de agregar a discussão o conceito de *interseccionalidade* como importante ferramenta na elucidação do discurso, narrativa e diálogo da mulher negra. Ebulições importantes que demonstram a desumanização da mulher negra na história e a recorrente luta por ser e tornar-se sujeito. Para as mulheres negras é pulsionador fomentar a reapropriação de histórias e subjetividades em continuidade a ancestralidade de luta, militância e enegrecimento

acadêmico. Movimento de continuidade das que vieram antes com o propósito de denunciar as opressões infligidas às mulheres negras.

A mulher negra tem muitas formas de estar no mundo (todos têm). Mas um contexto desfavorável, um cenário de discriminações, as estatísticas que demonstram pobreza, baixa escolaridade, subempregos, violações de direitos humanos, traduzir histórias de dor. Quem não vê? Parcelas da sociedade estão dizendo para você que este é o cenário. as leituras que se fazem dele traz possibilidades em extremos: pode se ver tanto a mulher destituída, vivendo o limite do ser-que-não-pode-ser, inferiorizada, apequenada, violenta. Pode-se ver também aquela que nada, buscando formas de surfar na correnteza. A que inventa jeitos de sobrevivência, para si, para a família, para a comunidade. Pode-se ver a que é derrotada, expurgada. Mas, se prestar um pouco mais de atenção, vai ver outra (WERNECK, Jurema in EVARISTO, 2016, p.13).

Aqui, no prefácio escrito por Jurema Werneck, para o livro de contos *Olhos D'água* da autora Conceição Evaristo, podemos identificar a narrativa sobre o não lugar de mulher negra “ser-quem-não-pode-ser” (WERNECK, Jurema in EVARISTO, 2016, p.13), atravessada por diferentes e acirradas iniquidades. Os enredamentos desses atravessamentos e seus diversos significados, traduzem as condições e injustiças aditivadas na mesma condição horizontal. Culminam nas singularidades do *SER MULHER*, que de maneira subjetiva se elabora nas identidades, que atua de forma semelhante no status de gênero, mas é decerto particularmente desigual em história e trajetória. Para tanto, é relevante destacar que nesta dissertação afeiçoamos evidenciar e protagonizar vozes de mulheres negras.

Dialogando sobre essas formas de atravessamentos e sobreposições, saudamos algumas mulheres que, durante o percurso de vida pessoal, acadêmica e de militância, somaram seus estudos em atenção a esse tema.

Sabemos que as intelectuais Angela Davis, bell hooks, Audre Lorde, Patrícia Hill Collins e vozes femininas de Tina Turner nos Estados Unidos e Elza Soares no Brasil já tinham gritado a violência a mulher negra neste período, mas até as abordagens progressistas e antirracistas escolheram não beber da fonte feminista negra. “Se não se nomeia uma realidade, sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que é invisível”. O epistemicídio da teoria feminista produziu os altos índices de violência contra a mulher negra. Houve falta de metodologias adequadas às realidades das mulheres negras e a preocupação central com a categoria de gênero, adiando a marcação racializada do fenômeno (...) (AKOTIRENE, 2020, p. 70-71)

A discussão sobre *interseccionalidade* nesta dissertação, estará pautada principalmente nas contribuições do feminismo negro, sendo cunhado de forma inicial por uma mulher negra. Dialogando inicialmente sobre as formas de atravessamentos e

sobreposições, saudamos algumas mulheres que durante o percurso de vida pessoal e acadêmica, objetivaram seus estudos em atenção a esse tema. A apreciação da teoria interseccional como articulação metodológica de propositura de feministas negras, reassume as bagagens ancestrais extraviadas, atenta, portanto, a incursão sobre a invisibilização das existências e potências femininas negras. Interseccional, traduz, pontos de cruzamento, encontro, sobreposição.

A teoria da *interseccionalidade*, que se configura como instrumento analítico relevante para pensarmos sobre diversas esferas sociais, é esmiuçada em refletir, especialmente, como as intersecções de raça, gênero e de classe e os entrecruzamentos dessas identidades. Cunhada e publicada na produção científica de Kimberlé Crenshaw – pesquisadora feminista e afro-estadunidense – e dialogada no Brasil pela assistente social, trabalhadora do SUS e pesquisadora Carla Akotirene, que - em suas publicações, evoca a argumentação e, em contestação ao padrão heteronormativo branco - elucida a presença e as narrativas da mulher num panorama desigual.

Na atual conjuntura, a interseccionalidade está longe de dar conta em espessura e coletividade, por sua popularidade ser fincada de pós-modernismo e pós-estruturalismo fundamentalmente. No seu entendimento a interseccionalidade nasceu radicalmente engajada na “liberdade, equidade, justiça social e democracia participativa”, sofrendo mudança militante intelectual, em razão da problemática política de tradução – imperfeita nos contextos materiais, sociais e intelectuais ditados pelo neoliberalismo. A interseccionalidade propunha enfrentar casos de violência contra as mulheres de cor, lidar com a interconexão das estruturas em direção às mulheres, verificar a identidade produzida pelo racismo, exploração de classe, patriarcado e homofobia, atravessada pela experiência coletiva da mulher negra, não presa às geografias do saber estadunidenses. Importante dizer que mulheres negras precisavam de uma resposta metodológica que abarcasse múltiplos sistemas de opressão numa proposta teórica engajada. A concepção política de Crenshaw, segundo Collins, se baseou nas ideias do Coletivo Combahee River para cumprir este quesito, procurando estabelecer “relações entre identidade individual e identidade coletiva”, manter o foco nas estruturas sociais e teorizar as experiências focadas nas mulheres de cor junto às conexões estruturais, políticas e representativas. Chega a ser inapropriado apagar vozes, segundo Patricia Hill Collins. (AKOTIRENE, 2020, p. 99)

Akotirene (2020) publica, na coleção *Feminismos Plurais*, “Interseccionalidade”, obra que provoca a argumentação e, em contestação, elucida a presença e as narrativas da mulher num panorama desigual “visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado.” (AKOTIRENE, 2020, p. 19). Nesse sentido, a noção de

interseccionalidade não é irrevogável ou imutável. Arelada a posturas ideológicas, ela habita espaços de disputa e é utilizada em diferentes conjunturas sobre emblemas singulares. “Dialogando com a crítica, a interseccionalidade descarta análises aritméticas ou competitivas sobre quem sofreu primeiro.” (AKOTIRENE, 2020, p 97), ante o exposto, a investigadora traça uma trajetória da conceituação do termo desde a abordagem feita por Kimberlé Crenshaw: “A interseccionalidade permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem com a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinanças de gênero, de classe e raça e às opressões da matriz colonial moderna da qual saem.”(AKOTIRENE, 2020 p. 37-38).

Prosseguindo com o debate, a arquiteta, mulher negra e atuante nos espaços de produção do conhecimento, Joice Berth, descreve a transcendência da compreensão da interseccionalidade para o que ela defende como empoderamento, tratado neste texto, a partir das discussões e publicação da autora Joice Berth (2020), que trata do conceito e traduz o *neologismo* “*empower* é dar poder ou habilidade a algo ou a alguém” (BERTH, 2020 p.28). Ela discute sobre a origem da palavra e a forma de utilização, elucidando a *Teoria do Empoderamento*, todavia, alerta: “Quando falamos em empoderamento, sobretudo nos dias de hoje, concluímos que estamos diante de um conceito complexo, muito distorcido e incompreendido, o que se deve em grande parte ao debate acrílicos sobre o tema” (BERTH, 2020 p.30). Notadamente, a autora define:

“partimos daqueles e daquelas que consideram o empoderamento uma aliança entre o conscientizar-se criticamente e o transformar na prática algo contestador e revolucionário em sua essência. Partimos de quem entende que os oprimidos devem empoderar-se entre si. O que muitos e muitas podem fazer para contribuir para isso é semear o terreno para tornar o empoderamento fértil, tendo consciência, desde já, que, ao fazê-lo, entramos no terreno do inimaginável: o empoderamento tem a contestação e o novo em seu âmago, revelando, quando presente, uma realidade sequer antes imaginada. É, sem dúvida, uma verdadeira ponte para o futuro” (BERTH, 2020 p.153).

Nas *pretitudes* conceituais, a interseccionalidade é concebida pelas mulheres negras como teoria e luta política, notificando as iniquidades refratadas ao povo negro e em especial a mulher negra no Brasil.

(...) os estudos e as experiências do feminismo negro, bem como as lutas empreendidas nesse campo de resistência, têm ressignificado os caminhos que se acreditou, até então, serem oportunos para o empoderamento de grupos minoritários. O entendimento do pensamento de Kimberlé Crenshaw, Audre Lorde, Sueli Carneiro, entre outras, remete ao fato de que não é possível hierarquizar as

opressões, considerando algumas mais urgentes que as outras, e sim olhar a partir de uma perspectiva interseccional, identificando como elas se inter-relacionam e em que elas se somam, potencializando seus efeitos sobre um grupo de indivíduos. Nesse aspecto, é preciso levar em conta que se trata de um ponto a se pensar sobre a real conscientização que indivíduos apresentam sobre o sistema como um todo, ainda que não seja conveniente esquecer que há uma tendência de que oprimidos reproduzam comportamentos opressores internalizados. As revolucionárias reflexões de Crenshaw sobre interseccionalidade, como especificidade das dinâmicas das opressões, devem ser compreendidas. (BERTH, 2020, p. 102-103)

Para tanto, “[...] é da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade” (AKOTIRENE, 2020, p. 24). Devido ao recurso, ferramenta de disputas narrativas, a autora aqui citada, recorre ao discurso feminista da personalidade Sojourner Truth, mulher negra norte-americana, para balizar a articulação intelectual dos pontos interseccionais de raça, classe e gênero. Essa evocação, sugere a apropriação desse viés de análise, um conceito político que forneça parâmetros de análise dessas opressões que interligadas, atravessadas e sobrepostas - sem hierarquização - são vivenciadas simultaneamente de forma indiscriminada e amalgamada no *SER* mulher negra.

Para a mulher negra inexistente o tempo de parar de trabalhar, vide o racismo estrutural, que as mantém fora do mercado formal, atravessando diversas idades no não emprego, expropriadas; e de geração, infantil, porque deve fazer o que ambos – marido e patroa – querem, como se faltasse vontade própria e, o que é pior, capacidade crítica. Independentemente da idade, o racismo infantiliza as mulheres negras. Velhice é como a raça é vivida; e classe-raça cruza gerações, envelhecendo mulheres negras antes do tempo. De tal modo, atravessamos séculos articulando raça, classe, gênero e nação. Em dias atuais, aguardamos a impressão da face feminista negra de Harriet Tubman, generala, abolicionista sufragista, nas cédulas de vinte dólares nos Estados Unidos, circulando o valor interseccional. É a lembrança das rotas ancestrais partidas do Rio Combahee à ferrovia subterrânea para libertar escravizados. Há mais de 150 anos, mulheres negras invocam a interseccionalidade e a solidariedade política entre os Outros. Simultâneo a isto, atestam que o machismo presente na comunidade negra deve receber a crítica dada ao racismo feminista, estando o Coletivo Combahee River, organização negra lésbica nascida em 1974, em Boston, Massachusetts, em 1977, a defender o pensamento interseccional, através das irmãs Barbara Smith e Beverly Smith, respectivamente, editora dos livros escritos por mulheres de cor, lésbicas e teóricas feministas. (AKOTIRENE, 2020 p. 26-27).

A autora dialoga sobre essa perspectiva que incorre de uma trajetória não linear, não objetiva e não neutra. A interseccionalidade rompe com a propositura de um olhar sobre a mulher, ou ainda sobre um feminismo universal e problematiza as singularidades do ser mulher atravessada por esses pontos interseccionais. Akotirene disserta sobre a necessidade de descolonizar as teorias e reverbera os textos da intelectual brasileira Lélia Gonzalez, adicionado às contribuições de autoras afronorte-americanas como Patricia Hill

Collins, Angela Davis e bell hooks.

Uma vez que a água para as mulheres negras é fundamento epistemológico, não sendo à toa, por identidade ancestral, sermos todas chamadas de ialodês – título consagrado a Oxum, senhora das águas e mensageira política das reivindicações das mulheres, na Nigéria – vale considerar, que distante do feminismo branco com “místicas femininas” em alusão representativa da prisão feminina no espaço privado – Oxum representa aquela que tem autoridade no espaço público-privado para reivindicar em nome da comunidade, como marcam os pontos de vistas de Jurema Werneck e Sueli Carneiro. Em presença do paradigma afrocêntrico, valhome das intelectuais africanas Oy èronké Oy èwúmi, Bibi Bakare, Sylvia Tamale, Chimamanda Ngozi Adichie, sem rejeitar a descolonização epistêmica, afrocentrada, das pensadoras bell hooks, Angela Davis, Patricia Hill Collins, Jasbir Puar, Audre Lorde, Alice Walker, conceituadas amefricanas por Lélia Gonzalez, pensadora brasileira que reposicionou a região colonizada, Améfrica Ladina, criticando o monoculturalismo epistêmico dos Estados Unidos. A amefricanidade proposta por Lélia Gonzalez, na década de 1980 e, em seguida, a abordagem decolonial, consolidada nos anos 2000 de modo cabal, através de Maria Lugones, pensadora argentina, criticam a postura missionária da civilização ocidental – metodologicamente interseccionam as estruturas de raça, gênero, sexualidade, nação e classe, estabelecendo coro latino-americano contra o colonialismo, imperialismo e monopólio epistêmico ocidental. (AKOTIRENE, 2020 p. 32-33).

Mulher negra, socióloga norte americana Patrícia Hill Collins retrata em seus escritos acadêmicos a importância do conceito interseccionalidade, ademais propõe um olhar mais apurado em relação à produção do conhecimento e disputa epistemológica. Discute a importância da validação do conhecimento acadêmico, entre eles o reconhecimento que expressa interesses específicos nos processos de certificação da produção.

Eu abordo o pensamento feminista negro como situado em um contexto de dominação e não como um sistema de ideias divorciado da realidade política econômica. No mais, eu apresento o pensamento feminista negro como conhecimento subordinado por meio do qual as afro-americanas há muito lutam para encontrar lugares alternativos e epistemologias que possam validar suas próprias auto definições (COLLINS, 2020 p.164).

Os processos de validação pautados no colonialismo, refletem os interesses de homens brancos da elite acadêmica, econômica e cultural, haja vista que essas esferas são controladas por esse grupo. Diante a não representação, ou não apropriação de outros sujeitos nesses espaços de validação da apreciação de ideias divergentes do vislumbre hegemônico - enfrentamento das interpretações dos homens brancos sobre o mundo – não há a contestação dessas sedimentações. É, portanto, na contextualização de narrativas em disputa, a distinção e apreciação da teoria interseccional que atua como articulação metodológica de propositura de feministas negras. Atualmente chamada interseccionalidade, reassume as bagagens ancestrais

extraviadas, atenta, portanto, a incursão sobre a invisibilização das existências e potências femininas negras. Interseccional, traduz, pontos de cruzamento, encontro, sobreposição.

A interseccionalidade é, nesse viés metodológico e político, reconhecer as estruturas implícitas nas dinâmicas de subordinação e sobreposição de inferioridades, apagamentos e silenciamentos. A interrogação acerca da interseccionalidade, salienta a disputa narrativa sobre a totalidade e o racismo, neste contexto se soma a argumentação do racismo como elemento estrutural. Desnaturalizando a impunidade, o genocídio do povo preto, a partir do momento que endossa as articulações e vias do movimento negro como sujeito coletivo, no qual cada vida preta representa todo um povo, retomando aqui máxima importante do *ubuntu*¹⁸

Publicitar sobre a *interseccionalidade* exige o ato de refutar a concepção de mulher universal, bem como já discutido no feminismo negro. É por meio dessa ruptura, conceito de universalidade feminina, que são abertas novas portas para transformações, entre elas: a descontinuidade das opressões, a manifestação e exteriorização das iniquidades e, também, o enegrecimento das identidades e subjetividades. Vale ressaltar que a sensibilização sobre o conceito de *interseccionalidade* como forma de expressão, não se categoriza como soma de identidades, mas como um conjunto de sobreposições, atravessamentos. Que ilustram formas de racismo, opressões e classe social a violência da misoginia e machismo que afetam, em níveis diferentes, os sujeitos de uma sociedade, especialmente mulheres.

Recorremos à produção e *escrevivência* de Carolina Maria de Jesus, escritora e doutora honoris causa, que, enegrecendo a produção literária, elucidou o retrato dos seus marcadores interseccionais:

...A vida é igual um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra. E nós quando estamos no fim da vida é que sabemos como a nossa vida decorreu. **A minha, até aqui, tem sido preta. Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro.** (JESUS, 2020 p.167, grifo nosso)

A somatória é mais que matemática, não sendo resultado de um mero

¹⁸ A palavra *Ubuntu* possui diversos significados, mas dois deles são os mais citados nos mecanismos de pesquisa, são eles: "*Humanidade para os outros*" ou "*Sou o que sou pelo que nós somos*". É uma palavra paroxítona, que se pronuncia *uBUNtu* (de forma figurada seria algo assim: *ubúntu*). *Ubuntu* é uma antiga palavra *africana* e tem origem na língua *Zulu* (pertencente ao grupo linguístico *bantu*) e significa que "*uma pessoa é uma pessoa através (por meio) de outras pessoas*". *Ubuntu* é uma palavra que apresenta significados humanísticos como a *solidariedade*, a *cooperação*, o *respeito*, o *acolhimento*, a *generosidade*, entre muitas outras ações que realizamos em sintonia com a nossa alma (com o nosso ser interno), buscando o nosso bem-estar e o de todos à nossa volta. Disponível em: <http://www.mundoubuntu.com.br/sobre/curiosidades-do-ubuntu/63-origem-da-palavra-ubuntu> acesso em 24/10/2021

cálculo. É a consequência oblíqua e transversal da vida de mulheres negras, que revela o funcionamento de modos de articulação que estabelecem o racismo como um sistema de opressão multifacetado que distingue a partir de desigualdades o ser e o não ser. A elaboração da epistemologia feminina negra atua como produção decolonial, há o impulsionamento das histórias peculiares, a elaboração de saberes coletivos, as condições históricas de existência, pertencimento e identidade. A sedimentação desse conhecimento, se potencializa na consolidação de diálogos e narrativas contínuas de processos de empoderamento, ao manifestar experiências vividas. As intelectuais insurgentes que, resilientes, denunciam os processos dominantes de validação, abrem caminho para a elaboração e reconhecimentos de novas narrativas.

1.3.1 Mulher negra e as políticas públicas: da coisificação ao “reconhecimento” de cidadania

A elaboração deste subtítulo traçará um percurso inicial acerca do âmbito da mulher negra e das políticas públicas em que pese a institucionalização das demandas e reivindicações da população negra em que pese direitos sociais e o que instigamos como “reconhecimento” de cidadania. Para tanto, elucidar as aspirações dos movimentos sociais, em ênfase o movimento negro em desvelar o racismo e suas tecnologias de opressão e apagamento do povo negro. Num arcabouço institucional, os movimentos e reivindicações por ações políticas que culminaram na promulgação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN e no Estatuto da Igualdade Racial.

A vinculação entre racismo e vulnerabilidades em saúde chegou à agenda da gestão pública com mais força após a realização da Marcha Nacional Zumbi dos Palmares em 1995. Essa marcha, que levou a Brasília milhares de ativistas de todas as regiões do país, provocou a criação do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI), reunindo ativistas, pesquisadores e representantes do governo para a formulação de propostas de ação governamental. (WERNECK, 2016 p. 537)

Refazendo brevemente este histórico, e motivada pelo compromisso político deste trabalho, descreveremos sobre o percurso nos movimentos sociais, com ênfase no movimento negro, no tensionamento para importante conquista para luta e a promoção de igualdade racial. Conversando sobre as importantes conquistas e êxito dos movimentos de luta pelo acesso às políticas públicas, num espectro de barreiras de acesso e atravessamentos internos e externos da população negra aos direitos sociais.

Há de se destacar que os *progressos sociais* nas políticas de igualdade racial

se iniciaram na Constituição federal de 1988.

...a Constituição de 1988 tratou com destaque os temas da discriminação racial, da diversidade cultural e do reconhecimento dos direitos da população remanescente de quilombos. O texto constitucional reconheceu o racismo como crime inafiançável e imprescritível. (JACCOUD ET AL, 2009 p. 33)

A importância da institucionalização das demandas e lutas sociais amplifica a transformação desta em políticas públicas. Num cenário da participação política, a partir da chamada Constituição Cidadã de 1988, a democratização de acesso a direitos sociais com ênfase na institucionalização da participação popular. “Estudos indicam que a elite dos movimentos negros não conseguiu penetrar na política institucional brasileira até a redemocratização” (MILANEZI, 2019, p.55) esse trânsito das políticas públicas e os movimentos sociais evidencia a protagonismo do movimento negro que atuou de forma direta no tensionamento para alcançar a garantia de direitos.

Observamos que grande parte das políticas públicas iniciadas na primeira década do século XXI já era objeto de reivindicação e luta do Movimento Negro há muito tempo (como veremos adiante o exemplo da Lei nº 10.639, que obriga a inserção da temática racial e das lutas dos negros no currículo escolar) e que, inclusive, algumas delas já vinham sendo implementadas por prefeituras e governos estaduais em décadas anteriores. (SANTOS E SOETERIK, 2015, p.75)

Faz-se importante salientar o lustre do engajamento político e as inquietações quanto ao que estava posto. Fermentada no processo de democratização nas décadas de 1970/1980 no Brasil, as pautas ecoadas pelo Movimento Negro, vão alcançando status de política pública a partir da virada do século, já no XXI, novo milênio. Desse desassossego que as políticas públicas por igualdade racial vão objetivando vias de “acesso”. Contudo, é ainda incipiente de forma universal toda a gama de eixos legais que compõem o texto da lei, de forma que não há aplicabilidade integral, de modo que as iniquidades permanecem e se evidenciam a cada dia mais.

...Somos fortes porque o Estado é omissivo, porque precisamos enfrentar uma realidade violenta. Internalizar a guerreira, na verdade, pode ser mais de uma forma de morrer. Reconhecer fragilidades, dores e saber pedir ajuda são formas de restituir as humanidades negadas. Nem subalternizada nem guerreira natural: humana. Aprendi que reconhecer as subjetividades faz parte de um processo importante de transformação (RIBEIRO, 2018 p. 21).

Como elencado na citação de Ribeiro (2018), para além das políticas de

acesso, o enfrentamento à violência é algo urgente. Notadamente, a violência é traduzida em dados epidemiológicos, sendo portanto, também questão de saúde pública. Enfrentar e denunciar as violências, em específico violências raciais, se faz também na promoção de saúde, mais informação e formação de saberes que possam primeiramente reconhecer nossa igualdade desigual na tentativa de garantir a equidade no acesso à saúde. Legalmente difundida como um direito fundamental e um dever do Estado.

Mulheres negras são consideradas pouco capazes porque existe todo um sistema econômico, político e jurídico que perpetua essa condição de subalternidade, mantendo-as com baixos salários, fora dos espaços de decisão, expostas a todo tipo de violência. Caso a representação das mulheres negras não resultantes de práticas efetivas de discriminação, toda vez que uma mulher negra fosse representada em lugares subalternos e de pouco prestígio social, haveria protestos e, se fossem obras artísticas, seriam categorizadas como peças de fantasia. (ALMEIDA, 2020, p. 67).

Nesse viés de apagamento e subalternidade, remontamos pensar a continuidade do olhar colonial sobre a mulher negra e a resistência insurgente que desmistifica e impele discontinuidades sobre esse silenciamento. A categoria, identidade mulher negra passa a ser, aqui, no texto, bandeira de luta para reconhecimento histórico, a seguir discutiremos sobre esses aspectos, traçando a perspectiva saúde como enfoque da pesquisa. A existência de mulheres negras e sua resistência diante de um cenário desigual.

1.4 Mulher negra, continuidades e discontinuidades no Brasil: a perspectiva Saúde

Quando há a reivindicação do direito de voz, o espaço de fala por mulheres negras, em sua maioria é um espaço para falar do direito à vida. “Deixe-nos viver”, “parem de nos Matar” tem finalizados discursos de ativistas e militantes negras e negros. O genocídio da população negra no Brasil, infelizmente alcança dados alarmantes. A partir das denúncias e desigualdades dos marcadores sociais, a assistente social, professora e pesquisadora Jussara Francisca de Assis, discute os indicadores das mortes maternas e violências obstétricas, e aponta;

O Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM) de 2014 demonstra que as mulheres negras são o público-alvo da mortalidade materna no Brasil. Tal fato foi alvo de audiência pública realizada pela Subcomissão Especial Avaliadora das Políticas de Assistência Social e Saúde das Populações Vulneráveis na Câmara dos Deputados (Brasília) em 2016. Na época foi informado que as intercorrências que provocam óbitos maternos vêm diminuindo entre as mulheres brancas e aumentando entre as negras. A audiência apurou que entre os anos de 2000 e 2012 as mortes por hemorragia caíram entre as brancas de 141 casos por 100 mil partos para 93 casos. Entre as mulheres negras aumentaram de 190 para 202 casos. (ASSIS, 2018 p. 552).

As situações de violências interpessoais, as mortalidades, homicídios e suicídios têm-se apresentado com indicadores piores à população negra quando comparada com a população branca. Sob essa ótica, a violência é implicada como agravo em saúde na qual trazemos neste capítulo como algo intrínseco ao conceito de saúde no SUS. O alcance dos indicadores sugere que o pano de fundo seja ainda mais precário e opressor à população negra, haja vista a existência de dados subnotificados, que podem inferir a não contagem da declaração/afirmação de raça e cor nos questionários de saúde entre outras bases de dados. Outra problemática discursiva do mito da democracia racial¹⁹ que supõe a inexistência do racismo - e certa harmonia racial no Brasil.

Para tanto, a problematização do SUS e da atenção em saúde é algo substancial neste trabalho. O fio propulsor de engajamento teórico e compromisso ético. A saúde da mulher negra, disposta neste capítulo como sussurros, falas e vozes que pedem auxílio, que fazem a denúncia. Sendo portanto quesito saúde, entre tantas outras frentes e ações de política pública a população negra aparece com os piores índices de acesso à saúde, tais referenciais são evidenciados por Werneck (2016) que discute sobre a pesquisa e a produção de dados acerca da saúde da mulher negra, ainda dados que evidenciam a desigualdade do segmento população negra, como se descreve a seguir.

Segundo o Ministério da Saúde 55% dos casos registrados de aids em 2016 ocorreram em pessoas negras e 43,9% em brancas. Os óbitos pela doença também afetam mais negros (58,7%) que brancos (40,9%). No mesmo ano 38,5% das notificações de sífilis adquirida ocorreram entre pessoas brancas e 42,4% em negras. Das mulheres gestantes diagnosticadas com sífilis, 59,8% eram negras e 30,6% brancas. Em relação à raça/cor das mães das crianças com sífilis congênita, as negras foram mais que o dobro (65,1%) das brancas (25,0%). A hanseníase, doença infecciosa causada por bactéria cuja transmissão está relacionada a condições precárias de moradia e higiene, em 2014, teve 31.064 casos notificados, mais de dois terços (21.554) na população negra. Nos registros de tuberculose, no mesmo ano, 57,5% das pessoas que apresentaram a doença eram negras. (#Vidas negras: Políticas para reduzir vulnerabilidades em saúde precisam de dados de melhor qualidade. UNODC - Escritório de ligação parceria do Brasil, 2018. Disponível em:< https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2018/01/vidasnegras_-politicas-para-reduzir-vulnerabilidades-em-sade-precisam-de-dados-de-melhor-qualidade.html>. Acesso 28/06/2022)

Num recorte atual da situação de acesso à saúde da população negra, os dados epidemiológicos sobre a emergência da covid-19 no Brasil, exprime parte desse panorama desigual de acesso e cuidados em saúde, principalmente a saúde de mulheres negras, como vemos a seguir.

¹⁹ Conceito será aprofundado nas próximas seções do texto.

Mulheres negras morrem mais de covid-19 do que todos os outros grupos (mulheres brancas, homens brancos e negros) na base do mercado de trabalho, independentemente da ocupação, aponta pesquisa realizada pela Rede de Pesquisa Solidária e descrita em nota técnica lançada no último dia 20 de setembro. De acordo com o estudo, homens negros morrem mais por covid-19 do que homens brancos independentemente da ocupação, tanto no topo quanto na base do mercado de trabalho, enquanto mulheres brancas morrem menos por covid-19 que homens brancos nas profissões superiores, mas morrem mais nas ocupações da base do mercado de trabalho. (No Brasil, mulheres negras têm maior mortalidade por covid que qualquer grupo na base do mercado de trabalho. desigualdades raciais e de gênero aumentam a mortalidade pela covid-19, mesmo dentro da mesma ocupação. Jornal da USP, 28/09/2021. Disponível em <<https://jornal.usp.br/ciencias/mulheres-negras-tem-maior-mortalidade-por-covid-19-do-que-restante-da-populacao/>> . Acesso 28/06/2022).

Em referência a médica, pesquisadora e escritora, Jurema Werneck, a discussão sobre a saúde da população negra emerge do tensionamento e mobilização do movimento negro. No caminho de construção do SUS, o movimento Negro depura-se a favor e em defesa da saúde, como descreve a seguir:

As reivindicações da população negra e de movimentos sociais – especialmente o Movimento de Mulheres Negras e do Movimento Negro – por mais e melhor acesso ao sistema de saúde participaram da esfera pública ao longo dos vários períodos da história das mobilizações negras, principalmente no período pós-abolição, e se intensificaram na segunda metade do século XX, com forte expressão nos movimentos populares de saúde, chegando a participar dos processos que geraram a Reforma Sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde (WERNECK, 2016 p. 536).

A autora destaca essencialmente que a militância e ação ativa da população negra nas reivindicações em saúde contribuíram na construção dos princípios: universalidade, integralidade, equidade e participação social no SUS, todavia, em que pese a consolidação de ações efetivas, e estratégias de enfrentamento ao racismo, permaneceram insuficientes, reverberando ainda estruturas de afastamento e impedimentos às barreiras de acesso a população negra e em evidência às mulheres negras.

a criação do Programa de Anemia Falciforme (PAF) e a detecção precoce da doença via triagem neonatal a partir do Programa Nacional a ser criado; a reestruturação da atenção à hipertensão arterial e ao diabetes *mellitus*; o fortalecimento e extensão do então Programa de Saúde da Família até as comunidades quilombolas; além de o Ministério da Saúde publicar, em 1998, o documento “A Saúde da População Negra, realizações e perspectivas” e, em 2001, o “Manual de doenças mais importantes, por razões étnicas, na população brasileira afrodescendente”. Este voltava-se para

doenças de origem genética comprovada, como doença falciforme, deficiência de glicose-6-fosfato-desidrogenase, hi-pertensão arterial, diabetes *mellitus* e as síndromes hipertensivas na gravidez, deixando de fora aquelas cuja origem genética não foi estabelecida, como no caso dos miomas uterinos e da síndrome leucopênica, e aquelas sob determinação social evidente, como desnutrição, verminoses, gastroenterites, tuberculose e outras infecções, alcoolismo e outras (...) (WERNECK, 2016 p. 537)

Diante disso, as ações e atenção das Políticas Públicas devem ser organizadas a partir de um diagnóstico. Este que é construído diariamente na alimentação de dados e gestão de indicadores realizada por meio dos Sistemas de informações. Em 2002 a Organização Mundial da Saúde – OMS reconheceu as situações de violência de forma mais pungente. Ou seja, a partir da divulgação do Relatório Mundial sobre violência e saúde, datado do ano de 2002. A violência segundo alguns autores pode ter diferentes conceitos, todavia o significado não foge a violência ser um fato humano e social. Para contribuir e refletir acerca da violência, conforme as pesquisadoras Linda Dahlberg e Etienne Krug a violência,

Toda análise abrangente da violência deve começar pela definição de suas várias formas, de modo a facilitar a sua medição científica. É possível definir a violência de muitas maneiras. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. A definição dada pela OMS associa intencionalidade com a realização do ato, independentemente do resultado produzido. São excluídos da definição os incidentes não intencionais, tais como a maioria dos ferimentos no trânsito e queimaduras em incêndio. A inclusão da palavra "poder", completando a frase "uso de força física", amplia a natureza de um ato violento e expande o conceito usual de violência para incluir os atos que resultam de uma relação de poder, incluindo ameaças e intimidação. O "uso de poder" também leva a incluir a negligência ou atos de omissão, além dos atos violentos mais óbvios de execução propriamente dita. Assim, o conceito de "uso de força física ou poder" deve incluir negligência e todos os tipos de abuso físico, sexual e psicológico, bem como o suicídio e outros atos auto-infligidos. Esta definição cobre uma ampla gama de resultados, incluindo injúria psicológica, privação e desenvolvimento precário. Ela reflete um crescente reconhecimento entre pesquisadores da necessidade de incluir a violência que não produza necessariamente sofrimento ou morte, mas que, apesar disso, impõe um peso substancial em indivíduos, famílias, comunidades e sistemas de saúde em todo o mundo (DAHLBERG E KRUG, 2007, p. 1165).

Importante destacar que as autoras descrevem que a violência pode não produzir diretamente o sofrimento ou a morte, contudo ela “impõe um peso substancial e indivíduos, famílias e comunidades” e é isso o que fica implícito na situação da população negra, especialmente das mulheres negras que são vítimas também entre seus pares, famílias e comunidades. Neste binômio Violência-Saúde, Saúde-Violência, compreender o fenômeno da

violência e defender a saúde são desafios impostos, a discussão de saúde atravessa as questões de violências e violações. Para tanto, dialogar e discutir caracterizam momentos cruciais para o processo de reflexão.

Segundo a Política Nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violência, é descrita “Violência consiste em ações humanas individuais, de grupos, de classes, de nações que ocasionam a morte de seres humanos ou afetam sua integridade e sua saúde física, moral, mental ou espiritual” (BRASIL, 2001). A violência como conceito defendido pela socióloga Maria Cecília Minayo, “A violência consiste em ação humana de indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam sua integridade física, moral, mental ou espiritual” (MINAYO, 1998, p. 514). É um fenômeno social que está intimamente ligado às questões sociais, no entanto, a violência, pela análise filosófica, pode ser defendida como algo inerente ao homem, para garantir a sobrevivência entre outros.

A violência é, então, um conceito extremamente complexo. Sua conceituação agrega saberes multifacetados, que a circunscrevem como fato humano, ou seja, algo que está inserido nas relações sociais. Notadamente, a violência é histórica, apresentando peculiaridades específicas a cada período. Ela é, ainda, encontrada em todas as classes e segmentos sociais, podendo ser classificada, segundo Minayo (2009) em alguns tipos, são eles: estrutural, institucional, interpessoal, auto infligida, cultural, de gênero, racial, contra a pessoa deficiente. Os certames de violência e saúde são contextuais em que pese à saúde da população Negra.

Ao afirmar que “a violência faz mal à saúde”, Minayo (2009) retrata, ainda, a natureza da violência, descrevendo atos nos âmbitos físico, sexual, da negligência, do abandono ou da privação de cuidados como modalidades de expressão da violência. É importante salientar que a conceituação de violência está em construção, por ser complexa e relacionada à sociedade, ela é influenciada, também, pelas mudanças e relações sociais. O Ministério da Saúde reconhece que o assunto é uma questão de saúde pública. Conforme dados já publicados no quadro de mortalidades, as ocorrências no trânsito, somadas a outras situações de violência, são classificadas como a terceira causa de morte no Brasil, e ainda, resultantes de incapacidades físicas e neurológicas, principalmente relacionadas à população jovem.

Quando se realiza o recorte racial desses dados, fica ilustrado o perfil das maiores vítimas da violência no Brasil. De acordo com a publicação do Atlas da Violência

2017²⁰ Jovens negros, com baixa escolaridade são as maiores vítimas de mortes violentas no Brasil. O estudo indica que “(...) De cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras. Jovens e negros do sexo masculino continuam sendo assassinados todos os anos como se vivessem em situação de guerra” (ATLAS DA VIOLÊNCIA, p 32). O estudo completa que os negros possuem chances 23,5% maiores de serem assassinados em relação aos brasileiros de outras raças/cores, já descontado o efeito da idade, sexo, escolaridade, estado civil e bairro de residência.

Como elencado anteriormente, as violências cotidianas sofridas pela população negra retratam a solidez do racismo institucional na sociedade brasileira. São verdades que violentam, a universalidade que exclui, a invisibilidade que mata, promulgando que a desigualdade social e as questões raciais mantêm-se em intrínseca relação, às mulheres negras ocupam, de forma negativa, o estrato mais inferior na “pirâmide social”. A médica e Gabriela Pereira Barreira (2022) demonstra como o racismo, o qual incriminamos como uma forma de ação violenta, produz iniquidades em saúde.

Pensar em desigualdades em saúde significa considerar, sistemática e explicitamente, as relações entre os determinantes sociais e a saúde. Os determinantes sociais de saúde representam a ideia de que as condições de vida e trabalho dos *indivíduos* e de grupos populacionais estão conectadas com sua situação de saúde. Em 2005, a Comissão de Determinantes Sociais em Saúde (CDS) da Organização Mundial de Saúde apresentou o conceito de determinantes sociais de saúde como um processo complexo no qual participam fatores estruturais e fatores intermediários da produção de iniquidades em saúde. A partir dele, o racismo e o sexismo foram pensados como fatores estruturais que produzem hierarquização social, levando assim, a vulnerabilidades em saúde (BARREIRA, 2022 p. 38).

A autora informa que a partir dos determinantes de saúde, nos quais ela descreve que seguindo a Comissão Nacional sobre os Determinantes de Sociais da Saúde (CNDSS) “são os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população” (BARREIRA, 2022, p. 38). É possível elucidar “como são constituídas socialmente as desigualdades e hierarquias entre os sujeitos”. (BARREIRA, 2022, p. 38). Para a autora “ a diferença não é sempre um marcador de hierarquia e opressão” (BARREIRA, 2022, p. 39). Diante o exposto, ela sugere para a compreensão, pensar a abordagem da interseccionalidade, que na perspectiva da discussão em saúde e marcadores sociais, possibilita “as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre os eixos de

²⁰ CERQUEIRA, Daniel et. al. Atlas da Violência 2017, IPEA. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf> . Acesso em 15/09/2020.

subordinação” (BARREIRA, 2022, p. 39). O que recortamos aqui, renomeando que os pontos interseccionais de vulnerabilização na saúde, corroboram em acirrar as desigualdades.

E como identificar esse panorama social no SUS. Talvez a primeira e uma das mais importantes ações diretas de enfrentamento ao apagamento/silenciamento do racismo no SUS seja escancarar as realidades de situação de acesso à saúde. Para tanto, a defesa na qualificação dos instrumentos e formatação dos sistemas de informação, atua de modo a garantir a utilização do quesito cor/raça em todos os formulários e cadastros sociais da saúde são de sobremaneira ação de extrema importância na recorrência dos diagnósticos e alimentação para evidenciação do panorama social. Traço importante da institucionalização das ações afirmativas nas políticas públicas, bem como as garantias e exigências do prospecto legal. A importância e o compromisso das notificações inferem na elaboração de políticas públicas que possam atuar no enfrentamento às barreiras de acesso, bem como no investimento orçamentário. O levantamento de indicadores sociais, oferta matéria-prima para análise e pesquisa social.

De encontro aos dados já apresentados, indicadores de morbimortalidades, dados de desigualdades raciais, caracterizamos a ação discriminatória como violência. Desse modo concebemos esse panorama como um genocídio contínuo do povo negro, há de forma evidente um quadro quantitativo que denuncia o perfil das vítimas de morte violenta no Brasil. Por isso, a necessidade do engajamento na luta de enfrentamento à violência, e aqui discorremos da celeridade da luta antirracista, que se faz urgente. E como se fazer antirracista, a educação é um dos caminhos, é na formação do cidadão, dos sujeitos políticos e o fomento na educação de modo equânime e integral. De modo transversal ser antirracista nos espaços familiares e comunitários, de modo a alentar conceitos de igualdades e diferenças, encorajando essencialmente a população negra a ocupar seus espaços de fala e debate.

Ainda no aspecto saúde, na atuação e defesa do SUS, como modelo de atenção à saúde no Brasil, faz-se necessário a discussão das consequências e demandas que a violência transfere à saúde pública e o agravamento da vulnerabilidade da população negra. Não obstante a elaboração de espaços de discussão e debate sobre a temática do racismo, bem como a publicação de produções relacionadas ao tema, estão atreladas construção de linhas de ação e enfrentamento, propositivas presentes na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN e Estatuto da Igualdade Racial, normativas importantes no combate as desigualdades raciais e defesa de equidade racial, em que pese a educação permanente em saúde e os diálogos propostos na perspectiva antirracista como forma de acesso e sensibilização sobre estas problemáticas. Para tanto, faz-se a defesa da atuação e

articulação das políticas públicas para além dos *muros institucionais*.

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN e o Estatuto da Igualdade Racial são legislações, já aprovadas e em constante tensionamento aplicativo e político desde de sua promulgação. A organização dessas políticas são resultados de um extenso caminho do debate político sobre a temática da igualdade racial. Um debate impulsionado por meio das ações e denúncias do movimento Negro, numa perspectiva para além da luta antirracista, o empenho em justa causa por ações de promoção da igualdade racial.

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, aprovada um ano antes do Estatuto da Igualdade racial, pode ser concebida como previsão e compromisso pactuado pelo Estatuto de Promoção da Igualdade Racial. A PNSIPN tem aprovação em 13 de maio de 2009 a portaria nº 992/2009 que institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra que versa sobre o enfrentamento das desigualdades no Sistema Único de Saúde – SUS e assume de forma integral a promoção de saúde à população Negra, reconhecendo as iniquidades raciais e sociais com vistas a qualificação do acesso e atendimento na saúde.

Com empenho e destaque para a atuação das mulheres negras, as reivindicações em saúde da população negra foram iniciadas no Brasil num contexto da participação de mulheres negras e do ativismo do feminismo negro. Como descreve a pesquisadora do CEBRAP, Jaciane Milanezi, a efervescência das reivindicações e denúncias em saúde da população negra ocorre a partir do protagonismo do movimento de mulheres negras. Ativistas e mobilizadoras contribuíram para a construção de uma proposta de equidade racial junto ao SUS (MILANEZI, 2019).

Apesar da ampla mobilização da resistência, foi possível identificar outro repertório, o de engajamento à saúde da população negra, mobilizado por mulheres, negras, graduadas, com trajetórias de vida permeadas por efeitos da recente relação entre movimentos negros e Estado para a implementação de políticas públicas redistributivas e identitárias. Essas mulheres interpretam a política de focalização não apenas a partir de suas identidades como mulheres e negras, mas a partir de suas experiências como beneficiárias de políticas afirmativas no ensino superior, ou pelo seu contato e conhecimento sobre os movimentos de mulheres negras que institucionalizaram a focalização. Essas profissionais falavam sobre, e até denunciavam, não silenciavam as desigualdades raciais. Além das suas trajetórias, essa capacidade discursiva também esteve atrelada ao fato delas explicarem as diferenças em saúde entre brancos e negros por meio da interseccionalidade das desigualdades. Diante desse repertório de engajamento, essas profissionais trincavam o silêncio organizacional sobre raça, tentavam desconstruir a resistência dos outros profissionais e construíam ações particularizadas de focalização, mesmo que não orientadas pela regulamentação da PNSIPN (MILANEZI, 2019, p. 23).

A saúde da população negra é todo um ensejo norteado por instrumentos legais, assim sendo: “a saúde da população negra é orientada por leis, portarias, resoluções, planos operativos, relatórios e estatísticas públicas. Também é gerida por instâncias burocráticas criadas ou indicadas para esse propósito” (MILANEZI, 2019, p. 23).

Em uma linha do tempo, num contexto de conflitos e protestos, entre avanços e estagnações, a partir da atuação dessas protagonistas, há o tensionamento para a necessidade de negociações frente à saúde da população negra. Percebe-se nessa trajetória dos movimentos a constituição de repertórios de interação, não obstante, a atuação direta de protagonistas na cena burocrática dos governos.

O debate sobre o tema da saúde da população negra também ganha espaço no GTI²¹, em que foi enfatizada a necessidade de se considerar, no desenho dessa política, as doenças e os problemas de maior incidência sobre a população negra. Em 1996, foi elaborado o Programa de Anemia Falciforme do Ministério da Saúde (MS) e começa a ser elaborado o Manual de doenças mais importantes, por razões étnicas, na população brasileira afrodescendente, concluído em 2000. A partir de 2003, começou a ser discutida a elaboração de uma Política Nacional de Saúde da População Negra. (JACCOUD ET AL, 2009, p. 39)

O confronto era de que o cenário de morte e adoecimento da população negra, de modo demarcado e desigual, já havia ultrapassado quaisquer que sejam índices aceitáveis de saúde. Faz se importante salientar a pressão de órgãos internacionais²² e até mesmo instituições de direitos humanos²³. De acordo com o descritivo inicial e justificativa da PNSIPN, o texto de publicação datado de 2017, escreve:

A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2013, trouxe dados que mostram que a população negra ainda tem menos acesso à saúde se comparada à população branca.

²¹ Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) de valorização da População Negra.

²² Órgãos e instituições internacionais contribuíram no tensionamento e críticas em relação ao governo brasileiro na morosidade quanto à afirmação das questões raciais. O racismo institucional e as notificações junto a órgãos nacionais e internacionais são parte de um importante recorte histórico do processo de reconhecimento da luta por igualdade racial. OMS, OPAS, OEA entre outras organizações e instituições são citadas pela autora Luciana Jaccoud (publicação do IPEA) e ainda autora Jaciane Milanezi. “isso ocorreu por estes movimentos transitarem entre os campos políticos nacionais e internacionais ao mesmo tempo, o que ela chama de “campo político étnico-racial global”, entendido como “conjuntos de instituições internacionais e redes transnacionais, bem como normas globais e repertórios de ação transnacionais” (pg. 26, tradução nossa). Para a autora, os ativistas foram capazes de mudar políticas nacionais por estarem sempre aliados a este campo, evidência da transnacionalidade da luta política negra.” (MILANEZI, 2019 p. 57).

²³ “A Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), condenou o Estado brasileiro por ter negado a uma vítima de racismo a garanti de proteção judicial, assim como por ter violado o seu direito à igualdade perante à lei.” (JACCOUD ET AL, 2009 p. 33)

Entre os dados que revelam a posição desfavorável dos negros em diversos aspectos da saúde medidos pela PNS e também por outras pesquisas e indicadores do ministério da Saúde. (PNSIPN, 2017, p. 14)

Corroborando com os princípios de universalização, integralidade e equidade, princípios do SUS, a PNSIPN reconhece as barreiras de acesso operacionalizadas pelo Racismo estrutural, que da ação violenta e de forma velada, atua na forma de Racismo Institucional nos atendimentos no âmbito da Saúde no Brasil. Todavia, suas discussões datam de antes do período de aprovação. Destacamos, como enfoque central deste trabalho, sua institucionalização.

Devemos reconhecer que muitas organizações da sociedade civil adotam bandeiras e estratégias de enfrentamento, como o combate a violência contra as crianças e adolescentes, combate a violência doméstica, contra a mulher, idosos entre outros. É importante evidenciar vulnerabilidades contidas nas situações de violências. E partindo da reflexão, como o racismo institucional atua na invisibilidade da violência com o recorte cor/raça, gênero, ciclo de vida em suas nuances interseccionais. É de sobremaneira evidente a singularização das demandas e aspectos em saúde, haja vista que no aparato de universalização há a opressão das demandas minoritárias. A luta por um sistema de saúde de qualidade é demasiadamente importante, para tanto, é necessário reconhecer “o calo que dói mais, no qual a dor é constante”. Negras e negros, entre os mais diversos indicadores, são as maiores vítimas das violências e aqueles que tem o pior acesso às políticas públicas entre elas à saúde.

Portanto, propostas de ações de promoção e prevenção das formas de violências, nos âmbitos público e privado, são essenciais para a constituição de espaços públicos de discussão a partir de conferências articuladas, que provoquem a intersetorialidade e reconheçam a necessidade de rediscutir o acesso da população negra à saúde. É preciso refletir sobre a existência do racismo que atua como barreira de acesso e as diferentes faces das vulnerabilidades raciais, sociais e de saúde. Neste contexto, entendemos a necessidade da defesa da efetivação e da adesão à Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN de forma mais efetiva e, ainda, a promoção de estratégias que possibilitem indubitavelmente o cuidado integral em saúde, comprometidos com o enfrentamento do racismo e suas tecnologias de morte.

2. SUSpeitas E IMPLICAÇÕES: O RACISMO NO BRASIL

*“...Daí a famosa e muito sinteticamente sábia tirada que o Millôr Fernandes fez, a respeito da questão racial no Brasil: ‘No Brasil não existe racismo porque o negro conhece seu lugar’. Estamos vendo que é o lugar dele. Dá para perceber como a coisa é complicada, a coisa é muito complicada, porque a questão da cidadania negra se articula – ao meu ver – também com a questão da identidade. São questões profundamente interligadas”
(Lélia Gonzalez)*

Neste capítulo discutiremos sobre um dos conceitos estruturantes desta pesquisa, trazido no escopo do título dessa dissertação, o racismo, como signo, palavra exposto em inflexão. Todavia, é também de modo estrutural ajuizado na constituição da sociabilidade brasileira, parte fundante da estrutura colonialista, política, social e econômica do Brasil. Sendo, portanto, esse “resquício” de um passado não superado, Silvio Almeida (2020) explica que o racismo contribui na significação e fundamentação do capitalismo, sendo sustentáculo da naturalização das desigualdades, incluindo a inferioridade e exploração. Em um sistema de retroalimentação, capitalismo e racismo, se sustentam sobre uma mesma égide. Nesse contexto, o autor escreve:

O racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea. (ALMEIDA, 2020, p. 20-21).

Outros autores brasileiros, antecessores de Silvio Almeida, teceram contribuições acerca do racismo. Entre eles, ressaltamos Abdias do Nascimento²⁴ já denunciava em seus escritos, peças, produções, toda a desigualdade e opressão vivenciada por negros e negras no Brasil, ele discutia e elucidava sobre o mito da democracia racial, que discorria a existência de aceite harmonioso e tácito convívio e igualdade entre as raças no Brasil. Algo que Nascimento (2020), desnudou ao redigir um ensaio que foi enviado ao colóquio do Segundo Festival Mundial de Artes e Culturas Negras e Africanas – Lagos – Nigéria no ano de 1977, que ele mesmo descreve que foi censurado na participação do evento em Lagos.

²⁴ Abdias do Nascimento, reconhecido como uma importante voz do povo negro brasileiro nas artes, na política e na produção teórica. Ator, poeta, escritor e artista, foi, também, professor universitário e ativista do movimento negro e pelos direitos Humanos no Brasil. Nascido na segunda década do século XX, nasceu vinte e dois anos após a abolição da escravidão, vivenciou e experienciou o “desenvolvimentismo” brasileiro, e, certamente, a exoneração do povo negro.

A partir dos seus estudos e vivências, Nascimento (2020), expõe sobre a falácia da democracia racial no Brasil, retrata como um mito, vendido como uma etiqueta ao exterior, traduzindo o que para ele perpetua a violência, a exploração sexual da mulher africana, uma teoria forçada de branqueamento, em suma a liquidação e genocídio da raça negra. “Durante os tempos da escravidão, esta política de embranquecer a população estruturava-se de forma a limitar de qualquer maneira o crescimento da população negra.” (NASCIMENTO, 2020, p. 85)

Nascimento (2020) discute ainda o que ele intitula como genocídio do negro brasileiro, dissertando sobre a ótica da organização política e social brasileiras nos anos dos séculos XIX e XX - pós abolição e pós proclamação da república, ele destaca as estratégias de genocídio:

O processo de miscigenação, fundamentado na exploração da mulher negra, foi erguido como um fenômeno de puro e simples genocídio. O “problema” seria resolvido pela eliminação da população afrodescendente. Com o crescimento da população mulata, a raça negra iria desaparecendo sob a coação do progressivo clareamento da população do país. Tal proposta foi recebida com elogios calorosos e grandes sinais de alívio otimista pela preocupada classe dominante (NASCIMENTO, 2020 p. 84).

No fragmento acima, o autor dialoga sobre a política de branqueamento no Brasil, em uma leitura de estratégias de eliminação dos povos negros, ressaltando a ausência de debate sobre o quesito raça e cor e a ressignificação dos termos de auto identificação racial. Ao contrário, há a propositura de apagamento, eliminação: o genocídio do povo negro no Brasil. É importante salientar que as ações violentas infligidas contra a população negra, se mantinham, e num cenário de brutalidades, as mulheres negras são *destituídas* de suas humanidades e singularidades, e usadas como projetos de procriação. As violações e subjugação acompanham o cenário histórico da mulher negra molestada pelo racismo e pela violência, desumanizada, sujeita e cativa ao não ser.

A organizadora da coleção de livros *Feminismos Plurais*, a filósofa Djamila Ribeiro argumenta sobre o tema e afirma que o racismo é uma estrutura de dominação documentada na história dos povos, “no Brasil é estrutural e estruturante das relações de sociabilidade e na organização social, política e econômica brasileira. (...) Falar sobre racismo no Brasil, é sobretudo, fazer um debate estrutural” (RIBEIRO, 2019, p. 9), e, ainda, prossegue: “(...) O racismo é portanto (como estrutura) um sistema de opressão que nega

direitos e não um simples ato de vontade de um indivíduo.” (RIBEIRO, 2019 p. 12)

Nasce do ideário de raça, que emerge do contexto colonial, contradição entre universalidade da razão, da conjunção de colonialismo e escravização. Ao encontro das contribuições de Silvio Almeida, Ribeiro (2019) afirma que o racismo é sempre estrutural e assim, a classificação dos seres humanos, mais do que para conhecimento e/ou reflexões filosóficas, modera como tecnologia do colonialismo europeu, a submissão e destruição das populações, povos originários das Américas, África, Ásia e Oceania, ou seja, dos povos não europeus.

Por meio de um discurso de inferiorização racial dos povos não brancos, a partir desse olhar colonial, o racismo violenta e acirra a desigualdade. Almeida (2020) salienta a importância em se discutir a noção de raça e, é nesse espaço de significação, enquanto elemento essencialmente político, emergido numa conjuntura de contradição entre a universalidade e a razão, que seus préstimos são reforçados. A raça opera na classificação dos seres humanos, que diferentemente de um significado fundamentalmente filosófico, engendra tecnologias de destruição e submissão de populações não europeias, populações não brancas. E desse modo, naturalizando as diferenças, hierarquizando os povos e populações validando discursos reiteram que raça e racismo atuam num binômio de legitimação de “segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários (ALMEIDA, 2020, p. 31).

Almeida (2020) descreve o racismo como “forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (ALMEIDA, 2020 p.32). E é nessa constante de explicações e explicitações que ele dialoga sobre o conceito e a sistemática de ação e exemplifica como o racismo surgiu, atua e opera de forma constante na sociedade moderna e pós-moderna.

Em um discurso e produção teórica consonante, Grada Kilomba (2020), disserta sobre a definição do racismo. A autora expõe sobre os elementos de conjunção do racismo, a partir da diferença, estabelecimento de valores hierárquicos e poder. Especialmente, na diferença ela dialoga sobre a supremacia da branquitude, que se coloca como norma;

Só se torna “diferente” porque se “difere” de um grupo que tem o poder de se

definir como norma - a norma *branca*. Todas/os aquelas/es que não são brancas/os são construídas/os então como “diferentes”. A branquitude é construída como ponto de referência a partir do qual todas/os as/os “*Outras/os*” raciais “diferem”. Nesse sentido, não se é “diferente”, torna-se “diferente” por meio do processo da discriminação. (KILOMBA, 2020 p. 75)

Kilomba (2020), argumenta que essas diferenças estão atreladas de forma inseparável com o que ela define como “valores hierárquicos” (...) “que implicam um processo de naturalização” (KILOMBA, 2020, p. 75). Essas definições, partindo da branquitude como norma e colocando de forma hierarquizada a conjectura do processo, estabelece máculas aos que distinguem-se da *norma*. Para a autora, “essa diferença também é articulada através do estigma, da desonra e da inferioridade” (KILOMBA, 2020, p. 75) “a construção da diferença e sua associação com a hierarquia - formam o que também é chamado de *preconceito*” (KILOMBA, 2020, p. 76). O conjunto de formatações da fertilização do racismo, diferença e hierarquização, entretanto, há ainda um terceiro apontamento que, para a autora, realiza a fusão da esfera do racismo, o poder.

Ambos os processos são acompanhados pelo poder: histórico, político, social e econômico. É a combinação do preconceito e do poder que forma o racismo. E, nesse sentido, o *racismo é a supremacia branca*. Outros grupos não podem performar o racismo, pois não possuem esse poder. Os conflitos entre eles ou entre eles e o grupo dominante *branco* têm de ser organizados sob outras definições, tais como preconceito. (KILOMBA, 2020, p. 76)

As proposições de análise da autora conseguem dialogar a trama, literal, de consolidação do racismo exatamente no processo de colonização: branco, hierarquia e poder. O racismo serviu ao seu propósito de estabelecer quem poderia “conquistar” e quem serviria de força braçal e subalternizada. Todavia, essas concepções de racismo são atualizadas, de modo que o poder e hierarquização da branquitude permanece e se mantém estruturalmente *inabalável*.

O racismo é revelado em um nível estrutural, pois pessoas *negras e People of Color* estão excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas. Estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia manifestamente seus *sujeitos brancos*, colocando membros de outros grupos racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes. Isso é chamado de *racismo estrutural* (KILOMBA, 2020, p. 75).

Kilomba (2020) traduz nesse fragmento a égide estrutural do racismo, que de forma enraizada se retroalimenta nas configurações das instituições sociais, ou seja, está cunhado no cerne da sociedade. Produções como a de Kilomba(2020) fomentam e fortalecem

as disputas narrativas sobre o conceito de racismo emitidas por mulheres negras. Ideia essa, que em diálogo com Almeida (2020), destaca “uma ideologia, desde que se considere que toda ideologia só pode se subsistir se estiver ancorada em práticas sociais concretas” (ALMEIDA, 2020, p. 67). Para ambos os autores, essa forma de dominação, o racismo, demonstrou sentido à branquitude de modo que perdura *sua superioridade* inata, para tanto, lugar de *tranquilo privilégio* amparado nas estruturas: sociais, políticas, econômicas e culturais. Sobre esses predicados da branquitude, dispõe Ribeiro (2019)

Essa divisão social existe há séculos, e é exatamente a falta de reflexão sobre o tema que constitui uma das bases para a perpetuação do sistema de discriminação racial. Por ser naturalizado, esse tipo de violência se torna comum. Ainda que uma pessoa branca tenha atributos morais positivos – por exemplo, que seja gentil com pessoas negras –, ela não só se beneficia da estrutura racista como muitas vezes, mesmo sem perceber, compactua com a violência racial (RIBEIRO, 2019 p. 25).

Na caminhada das resistências e denúncias, a filósofa Lélia Gonzalez levanta a voz de denúncia do racismo no Brasil, desse modo, ela explana de forma preponderante e revela:

O racismo no Brasil é profundamente disfarçado. Na divisão racial e sexual do trabalho a mulher negra sofre as duas discriminações. Vejam bem, as duas, e isso é conduzido historicamente, de forma muito sutil, disfarçadamente...assim tem sido...no campo, nos trabalhos muito importantes e fundamentais da economia nacional você encontra a mulher como um todo - e a negra - sendo discriminada na escala social. Na vida urbana lá está a mulher doméstica - e a negra - no segundo ou terceiro escalão dessa vida. A mulher negra trabalha sem garantias, não tem carteira assinada - uma conquista já aceita pela nossa legislação trabalhista -, não tem seus direitos de trabalhadora assegurados. (GONZALEZ, 2020 p. 302)

Aqui a pesquisadora evidencia de que forma esse racismo disfarçado oprime principalmente as mulheres negras. Não obstante, denuncia a negação de cidadania a essas mulheres que mesmo com direitos garantidos em lei, para elas não há a garantias, nesta contenda, Gonzales (2020) continua:

Tais contradições nos remetem ao mito da democracia racial enquanto modo de representação/discurso que encobre a trágica realidade vivida pelo negro no Brasil. Na medida em que somos todos iguais perante a lei, que o negro é “um cidadão igual aos outros” graças à Lei Áurea, nosso país é o grande exemplo da harmonia inter-racial a ser seguido por aqueles em que a discriminação racial é declarada. Com isso, o grupo racial dominante justifica sua indiferença e sua ignorância em relação ao grupo negro. Se o negro não ascendeu socialmente e se não participa com maior efetividade nos processos políticos, sociais, econômicos e culturais, o único culpado é ele próprio. Dadas suas características de “preguiça”, “irresponsabilidade”, “alcoolismo” etc., ele só pode desempenhar, naturalmente, os papéis sociais mais inferiores. O interessante a se ressaltar nessas formas racionalizadas da dominação/opressão racial é que até as correntes ditas

progressistas também refletem, no seu economicismo reducionista, o processo de interpretação etnocêntrica. Ou seja, apenas de suas denúncias em face das injustiças socioeconômicas que caracterizam as sociedades capitalistas, não se apercebem como reprodutoras de uma injustiça racial paralela que tem por objeto exatamente a reprodução/perpetuação daquelas. A pergunta que se coloca é: até que ponto essas correntes, ao reduzirem a questão do negro a uma questão socioeconômica, não estariam evitando de assumir o seu papel de agentes do racismo disfarçado que cimta nossas relações sociais? (GONZALEZ, 2020, p. 189-190)

Partindo das contribuições de Gonzalez (2020), podemos inferir que o racismo se materializa como discriminação racial. Articula-se como segregação racial, ou seja, na divisão socioespacial de raças e territórios, e atua de forma preponderante nas questões de dominação, ideias de opressão e lugar de existência do povo negro. A discriminação racial, decorre, todavia, como nos ensina Almeida (2020), da atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados como requisito fundamental do poder, já o preconceito racial é esse juízo, individual ou coletivo, pautado em estereótipos acerca de indivíduos que pertencem a um determinado grupo racializado (ALMEIDA, 2020).

Dessa forma, “o racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional” (ALMEIDA, 2020 p. 65). Em sequência discutiremos uma das categorias de materialização desse sistema de opressão, o racismo institucional, que procede diretamente na ação da discriminação institucional.

2.1 Racismo institucional

Em consonância com a discussão sobre o racismo, como fundante e estrutural, discutiremos as características do racismo institucional. Debate, evidentemente, necessário para esse recorte dialógico, como peça cabal para a problemática de pesquisa, na qual dialogamos diretamente com esse conceito atrelado à institucionalização da política de saúde. No tocante a discussão conceitual faz-se importante, como já evidencia Almeida (2020) “apresentar contornos fundamentais do debate” (ALMEIDA, 2020, p. 35) e, nesse sentido, ele explicita a necessidade da adoção do rigor científico ao se tratar de conceitos em disputa nos quais,

Deve-se considerar que na sociologia os conceitos de instituição e estrutura são centrais e descrevem diferentes fenômenos sociológicos. Assim, os adjetivos institucional e estrutural não são meramente alegóricos, mas representam dimensões

específicas do racismo, com significativos impactos analíticos e políticos” (ALMEIDA, 2020 p. 35-36).

Dessa forma, é imperioso que o racismo institucional seja discutido como fundante do problema de pesquisa questionado neste texto. Para tanto, recorremos a psicóloga Cida Bento (2022) que propõe a reflexão:

O racismo institucional, às vezes, se refere a práticas aparentemente neutras no presente, mas que refletem ou perpetuam o efeito de discriminação praticada no passado. O conceito de racismo institucional é importante, porque dispensa discussões sobre, por exemplo, se determinada instituição ou seis profissionais explicitam, na atualidade, preconceito contra negros e negras. O que importa são os dados concretos, as estatísticas que revelam desigualdades. E nas estatísticas no mercado de trabalho se constata uma invariável: mulheres negras ocupam a base da pirâmide, com menores salários e cargos mais baixos. A trabalhadora doméstica, nesse cenário, concentra muito da atenção de estudiosas e de organizações do movimento de mulheres negras pela presença majoritária de negras nessa função e pela precariedade de sua condição de trabalho e vida (BENTO, 2022, p. 78).

Aqui, Bento (2022) remonta a desigualdade explícita em que sobrevivem mulheres negras, numa toada imposta pelo racismo institucional, sua análise tem como foco a ocupação profissional, no entanto, trazemos mais um dado de inferiorização e barreira de acesso, que indubitavelmente implica na saúde das mulheres negras.

Em sociedades desfiguradas pela herança do racismo, a preferência de um mesmo perfil de pessoas para os lugares de comando e decisão nas instituições financeiras, de educação, saúde, segurança etc., precariza a condição de vida da população negra, gerando desemprego e subemprego, a sobrerrepresentação da população negra em situação de pobreza, os altos índices de evasão escolar e mal desempenho do alunado negro e os elevados percentuais de vítimas negras da violência policial. (BENTO, 2022, p. 76).

A precariedade nas condições de vida, pobreza e outras iniquidades apresentadas por Bento (2022) dialogam de forma direta aos adoecimentos em saúde, tendo em vista a questão de acesso à educação e condições de vida. Um destaque dado pela autora refere a disputa das mulheres negras em movimento na pesquisa e atenção ao tema da precariedade das condições de trabalho. Bem como Bento (2022), Sueli Carneiro, também estudiosa das questões étnico raciais, afirma:

Há anos dizemos que já temos acúmulo em diversas áreas do conhecimento sobre as consequências sociais do racismo e da discriminação social. Em particular, a antropologia e a sociologia vêm contribuindo significativamente para a desmistificação, no plano das ideias, do mito da democracia racial e para a explicitação das desigualdades raciais existentes, notadamente entre negros e

brancos no Brasil. Mais recentemente, economistas vêm qualificando mais a magnitude dessas desigualdades a ponto de, neste momento, podermos afirmar que vivemos em um país apartado racialmente, dadas as disparidades nos Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs) encontradas para brancos e negros. Temos hoje, portanto, razoável radiografia socioeconômica das desigualdades raciais produzidas pelo racismo e pela discriminação. No entanto, esses diagnósticos se ressentem da ausência de estudos sobre um dos aspectos mais perversos do racismo e da discriminação racial: os danos psíquicos e, sobretudo, o golpe na autoestima que os mecanismos discriminatórios produzem nas vítimas do racismo (CARNEIRO, 2011, p. 79).

Essa produção de discriminação que é construída pelo racismo, é portanto, a materialização do racismo em discriminação e opressão cotidiana,, trata-se da desigualdade racial e na ação desigual que é tratada por Kilomba (2020), quando contribui com a discussão e tece a definição do racismo institucional;

Como o termo "instituição" implica, o racismo institucional enfatiza que o racismo não é apenas um fenômeno ideológico, mas também institucionalizado. O termo se refere a um padrão de tratamento desigual nas operações cotidianas tais como em sistemas e agendas educativas, mercados de trabalho, justiça criminal, etc. O racismo institucional opera de tal forma que coloca os *sujeitos brancos* em clara vantagem em relação a outros grupos racializados (KILOMBA, 2020, p. 77-78).

Para tanto, o Racismo institucional atua como ideologia opressiva e estrutural, discrimina e opera na estereotipação, coisificação, formalizando barreiras de acesso às estruturas, equipamentos e aparelhos institucionais e às políticas públicas. Desempenha práticas e/ou comportamentos discriminatórios, desiguais e inferiores e coloca pessoas, grupos raciais ou étnicos, em situações de desvantagem no acesso aos recursos do Estado entre outras instituições não públicas (ASSIS, 2018).

É no racismo institucional que há o indiciamento de parâmetros discriminatórios, que pautados na raça, sustentam a hegemonia do poder de controle das instituições. É no racismo institucional que a cultura, os padrões de estética atuam em forma de poder de determinado grupo. Dada a omissão ou ainda perenidade do racismo sobre os poderes institucionais, o racismo se vincula de modo ainda mais particular ao projeto político e econômico de manutenção das estruturas de opressão disseminadas em todos os âmbitos institucionais da sociedade. Sendo este um atributo do racismo estrutural ele marca a ação direta de suas tecnologias por meio das segregações, barreiras de acesso e inviabilidades aos povos negros.

Na definição atribuída pelo Programa de combate ao racismo institucional

(PCRI)²⁵ explica o racismo institucional como o:

fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas devido sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes da ignorância, da falta de atenção, do preconceito ou de estereótipos racistas. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações (Publicação Identificação e Abordagem do Racismo Institucional – CRI – Articulação para o Combate ao Racismo Institucional, p. 17).

Por sua vez, Almeida (2020), afirma que o racismo institucional como “menos evidente e mais sutil”, pois ele atua como um dos “modos pelo qual o Estado e as demais instituições estendem o seu poder sobre toda a sociedade”, sendo como ele avista uma versão peculiar do colonialismo (ALMEIDA, 2020, p. 45). Sobretudo, aponta que tal concepção “significou um importante avanço teórico no que concerne ao estudo das relações raciais” (ALMEIDA, 2020, p.37). Sob essa perspectiva, é que confere o racismo não como ação individual, de comportamento, discriminação, ação pessoal direta ou indireta, mas como “resultado e funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça” (ALMEIDA, 2020 p.37-38).

A escritora, professora e assistente social Márcia Campos Eurico (2020) nos informa sobre a constância e têmpera do racismo:

Enquanto um importante mecanismo de manutenção da ordem capitalista, que incide na infância e juventude, se materializa em racismo institucional nos processos de acolhimento de crianças e adolescentes, enquanto uma das estratégias de institucionalização da população negra e o quanto essa prática racista guarda profunda relação com as formas legitimadas de controle dos corpos, no período de escravidão no Brasil (EURICO, 2020, p. 29).

Desta forma, o racismo institucional empreende perpetuando a condição de

²⁵O Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI) foi criado em 2001 e nasceu da parceria estabelecida entre o Ministério da Saúde, o Ministério Público Federal, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e o Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional, sob a supervisão da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Este programa, visou contribuir para a criação e desenvolvimento de políticas de redução da pobreza, enfrentamento das desigualdades, enfrentamento do racismo institucional a partir da formulação e à implementação de políticas públicas racialmente equitativas. (Publicação Identificação e Abordagem do Racismo Institucional – CRI – Articulação para o Combate ao Racismo Institucional – Coordenação Instituto AMMA Pique e Negritude - disponível em: < www.combateaoracismoinstitucional.com >. Acesso em 24/04/2023.

mulheres e homens negros que não recebem o mesmo acesso e tratamento. Resquício da escravidão, no qual, mulheres e homens negros foram escravizados, violentados, mortos e após a promulgação da Lei Áurea, foram abandonados pelo Estado e marginalizados a própria sorte. É da formatação dessa discussão, que seguiremos dialogando com o racismo institucional na saúde, sendo este o tratamento desigual, que implementa as barreiras de acesso e incide especialmente na atenção à saúde de mulheres negras e traça o perfil de iniquidades de saúde a essa população.

2.2 Racismo e Saúde

Esta subseção discorrerá sobre o debate Racismo X Saúde, tendo como pano de fundo a coisificação do povo negro: a inferiorização como legado da escravidão, como elenca Barreira (2022) “No caso do Brasil, ainda que outras populações possam sofrer racismo, são pessoas negras e indígenas os grupos mais expostos às formas de racismo mais violentas” (BARREIRA, 2022, p. 26). Pontuações já discutidas nas seções anteriores e traduzidas aqui como a efetiva laboração do racismo institucional na saúde. Tais ideologias “engessadas, crônicas e naturalizadas” a população negra numa realidade subalternizada. (ASSIS, 2018, p. 549). A discussão sobre a patologização das vulnerabilidades sociais, não é genética o adoecimento, mas resultado de um contexto social de opressões e inacessibilidades. Os dados epidemiológicos, a vulnerabilidade da mulher negra e o lugar que habita. Barreira (2022), remonta essa discussão e nos traduz:

O Brasil, enquanto país de origem colonial construído a partir da escravização, vive desde a década de 1930 até a atualidade, o mito da democracia racial e, ainda hoje, colhe seus frutos. Historicamente, temos diversos grupos marginalizados, cujos membros são excluídos do pleno exercício de sua cidadania. A democracia racial brasileira, defendida ferrenhamente por muitos até nos dias de hoje, parte do princípio que as relações de raça no Brasil, são harmoniosas e que o critério racial nunca foi relevante para determinar as chances de qualquer pessoa no nosso país - esse pensamento é chamado de mito da meritocracia. Contudo esse constrangimento brasileiro em se admitir racista não significa que a discriminação racial não existia, apenas torna mais difícil combater o racismo, pois coíbe discussões abertas sobre o tema (BARREIRA, 2022, p.47).

O fragmento acima pode parecer redundante, mas é de fato, uma teorização do ano de 2022 e dialoga exatamente da notoriedade em se reconhecer o racismo como traço enviesado do pleno exercício da cidadania. Tratando do aspecto saúde, a indagação é, como

de fato, a população *excluída pelo racismo* pode acessar e consumir seu direito de prevenção, cuidado e assistência em saúde. Quando Barreira (2022), cita *marginalizados*, problematizamos essa margem à política de saúde no SUS.

(...) as decisões de políticas e gestão de saúde têm sido deliberadas como se os dados não fossem indicativos de uma ampla disparidade e do tratamento desigual que a sociedade e o Sistema Único de Saúde (SUS) geram e perpetuam, com enormes prejuízos para negras e indígenas, principalmente (BARREIRA, 2022, p. 24).

Como já mencionado no decorrer do texto, as vias de opressão e o lugar das mulheres negras, atravessadas em suas interseccionalidades, são de forma proeminentes práxis do racismo institucional, que aqui recortamos para tratar do perfil saúde. O que chamamos de os 3P's, Pretas, Pobres e Periféricas, confluem na elaboração de um perfil estigmatizado, que de forma contundente é em muitos aspectos, preterido, excluído das ações de política de assistência e cuidado em saúde.

Mulher, preta, pobre, periférica - e aqui podemos acrescentar ainda outras categorias, como lésbica (sexualidade), velha (geração) ou com alguma deficiência ou necessidade específica (capacitismo). É a intersecção desses marcadores de diferenças, que atuam diretamente sobre essa mulher, que vai intervir no seu lugar no mundo. (BARREIRA, 2022, p. 53)

Adicionado ao ponto interseccional do ideário de construção de seus corpos, o corpo feminino negro – baseado a partir do legado negativo da escravização acrescido do mito da democracia racial, é fato que acirra os impactos à saúde da mulher negra. O mito da democracia racial, como já apresentado nas seções anteriores intitulado por Abdias do Nascimento (2016), e referenciados pelos autores Silvio Almeida (2019), Lélia Gonzalez (2020), Gabriela Barreira (2022) oculta algo que está para além daquilo que se mostra, ou seja, parte de uma leitura contraditória como se não houvesse qualquer acirramento e/ou desigualdade entre raças. O que difere do que mostram o perfil de saúde tratado por Barreira (2022):

O relatório Saúde Brasil 2019: uma análise da situação de saúde com enfoque nas doenças imunopreveníveis e na imunização apresenta informações e análise discriminadas segundo raça, cor e etnia. Esse relatório aponta que a população negra apresenta maiores taxas de mortes por violências, maiores dificuldades de acesso e insatisfação com atendimento às gestantes e maior mortalidade materna, maiores prevalências de relatos de discriminação no atendimento em serviços de saúde entre indivíduos de baixa renda não brancos. Em versão anterior do relatório Saúde Brasil, verificou-se que 62% das mães de nascidas brancas

referiram ter passado por sete ou mais consultas de pré-natal. Para as mães de nascidas indígenas, o percentual foi de 27%, para as mães nascidas pardas, 31,1%, e para as mães pretas 37,5 %. A análise dos dados também permitiu constatar que: as mulheres negras grávidas morrem mais de causas maternas – a exemplo da hipertensão própria da gravidez – que as brancas; as crianças negras morrem mais por doenças infecciosas e desnutrição; e nas faixas etárias mais jovens, as negras morrem mais que as brancas (BARREIRA, 2022, p. 55).

As evidências são, em muitos casos, até maiores do que apresentam os números, dada a subnotificação e ainda a inexistência da alimentação do quesito raça/cor em formulários de saúde, que são totalmente passíveis de contaminação de racismo institucional, consequentemente apagamento do recorte raça/cor. Para tanto, é esse racismo que atravessa não só os indicadores de saúde, mas atravessa a vida de pessoas negras, mata e adocece, principalmente mulheres negras, pelos quatro cantos do Brasil,

Essa construção dá margem ao chamado viés racial implícito, que pode se manifestar em todas as áreas da vida social, sobretudo nas instituições. Portanto, infere-se que a atenção à saúde da população brasileira, especialmente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), não está imune a tal fenômeno, já que tem refletidas em seu cotidiano as determinações político-raciais de nossa sociedade. O viés racial implícito pode ser entendido através de práticas sugestivas de discriminação e preconceito, resultante de estereótipos relativos à pessoa negra. Este seria o pavimento pelo qual o racismo institucional caminha, possibilitando desigualdades no acesso aos serviços institucionais (ASSIS, 2018, p. 549).

O racismo institucional na saúde, é dialogicamente uma combinação a partir da construção social acerca da inferiorização e coisificação tratada por Assis (2018). Sobretudo, mesmo com o *apagamento* desse segmento populacional, a população negra segue sendo maioria não só em população, contudo, maioria do contingente de atendimento no SUS.

Além de representar a maior parte da população brasileira, segundo os últimos censos do IBGE, a população negra representa também a maior parcela das pessoas atendidas no Sistema Único de Saúde: 76% dos atendimentos e 81% das internações no SUS são usuárias e usuários negros. Dados mais recentes da pesquisa do Ipea revelam que, em 2008, a população negra representou 67% dos atendimentos ofertados no SUS (BARREIRA, 2022, p. 55)

Mesmo que haja esse complexo aparato de informações, a área de pesquisa e os instrumentos de enfrentamento do racismo institucional na saúde, podem ser elencados como ínfimos dada a complexidade estrutural da situação. Nesse intento, Werneck (2016) remete-nos à seguinte reflexão:

(...) grande parte das formulações conceituais de diretrizes e estratégias e da atuação em saúde da população negra teve origem fora do sistema de saúde, a partir da atuação dos sujeitos negros organizados, de suas análises, conhecimentos e valores. Nesse processo de formulação, as mulheres negras tiveram especial destaque, não apenas por sua experiência histórica e cultural nas ações de cuidado, mas também por serem as mulheres negras a parte expressiva de trabalhadoras de saúde das diferentes profissões. As instituições de pesquisa, os órgãos de fomento e as instâncias de gestão do Sistema Único de Saúde permaneceram ausentes na maior parte desse processo e ainda necessitam de atuação mais consistente e capaz de responder adequadamente às demandas largamente expressas. Cabe reconhecer que, como campo de pesquisa, formulação e ação, a saúde da população negra se justifica: pela participação expressiva da população negra no conjunto da população brasileira; por sua presença majoritária entre usuários do Sistema Único de Saúde; por apresentarem os piores indicadores sociais e de saúde, verificáveis a partir da desagregação de dados segundo raça/cor; pela necessidade de consolidação do compromisso do sistema com a universalidade, integralidade e equidade, apesar deste último ter sido longamente negligenciado, especialmente do ponto de vista da justiça social; pela existência de obrigação amparada em instrumentos legais (WERNECK, 2016, p. 539).

Vale destacar que Werneck (2016), em continuidade Barreira (2022) notifica a urgência da produção de pesquisas que possam de fato impactar em proposituras atenuantes do processo de adoecimento por racismo na saúde:

A escassa produção acadêmica sobre a saúde da mulher negra representa um reflexo do racismo institucional na saúde e serve de base para entendermos como o tema tem sido tratado no meio acadêmico, desde as barreiras impostas pelas instituições, quando se pensa em abordar o tema, até a aceitação dessas pesquisas para publicações. A maior parte das diretrizes e estratégias de atuação em saúde da população negra teve origem fora do sistema de saúde, como fruto da luta dos movimentos negros, principalmente do movimento feminista negro. As instituições de pesquisa, os órgãos de fomento e as instâncias gerenciais do SUS se fizeram ausentes na maior parte desse processo. Enquanto a academia, branca-heterossexual-elitista, não reconhecer seus privilégios e se envolver ativamente em uma prática de saúde antirracista, a saúde da mulher negra continuará negligenciada (BARREIRA, 2022, p. 54).

Essas narrativas denunciam para além do viés acadêmico, a urgência da ressignificação do que é ser mulher negra e como essa identidade é atravessada por inúmeras violências, inclusive o seu apagamento como sujeitas de pesquisa. Vale considerar, portanto, que as questões sociais estão para as questões étnico raciais como uma imbricação de iniquidades, e no caso das protagonistas apresentadas neste texto, são traduzidas e enunciadas num amalgamado de interseccionalidades. Do corpo das mulheres negras, destituídos de humanidade e cuidado, é possível observar que no controle sobre esses corpos, negros e femininos, ocorre de um ciclo interseccional de opressões, que não cessa e reproduz mais adoecimento e morte.

2.3 ENFRENTAR O RACISMO COMO BANDEIRA DE LUTA: O MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL

*“...a luta unia os pretos e fazia com que se importassem mais uns com os outros, pois muitas vezes a força estava na quantidade de gente reunida em busca de liberdade”
(Ana Maria Gonçalves - Defeito de Cor)*

Nas últimas décadas - pelo empenho do movimento negro, com a visibilização de pautas, reivindicações e lutas - as ações afirmativas, vêm contribuindo sobremaneira para o acesso da comunidade negra ao espaço da universidade. Defendemos que, para além da expansão de garantias e estratégias antirracistas, as ações afirmativas são importantes, pois também viabilizam o enegrecimento dos espaços de pesquisa, sendo esta dissertação, parte desse levante de luta e resistência de mulheres negras.

O desenvolvimento e a expansão dos movimentos sociais na segunda metade dos anos 1970 propiciaram a mobilização e a participação de amplos setores da população brasileira, no sentido da reivindicação de seus direitos e de uma intervenção política mais direta. No caso da população negra, vamos encontrá-la sobretudo no movimento negro e no movimento de associações de moradores nas favelas e bairro periféricos (ressaltando-se aí o papel e a importância do movimento de favelas). O movimento negro desempenhou um papel de extrema relevância na luta antirracista em nosso país, sensibilizando inclusive os setores não negros e buscando mobilizar as diferentes áreas da comunidade afro-brasileira para a discussão do racismo e suas práticas. (GONZALEZ, 2020, p. 101)

Partindo desse pressuposto, pesquisadoras e pesquisadores insurgentes e comprometidos em ressaltar e ressoar as potencialidades da população negra vêm contribuindo com produções sobre a temática de raça e etnia. No seguimento desses passos de resistência e ancestralidade, nomes potentes disputam a cenas, as narrativas e os espaços de publicações. Na arena de epistemologias, nomes como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, Carla Akotirene, Neusa Sousa Santos, Joice Berth, Cida Bento, Nilma Lino Gomes, Jussara Assis, Márcia Eurico, Marivânia Araujo, vêm entre tantas outras mulheres negras evidenciar não só a luta antirracista, mas o olhar apurado sob a ótica do feminismo negro.

Deste contexto, há a necessidade de reconhecer o racismo, para combater o que tem nome, o dito deve ser enfrentado, nas palavras de Djamila Ribeiro, que ecoa sujeitas

e sujeitos, negras e negros que vieram antes. Nas palavras de Angela Davis “(...) *Não basta não ser racista, devemos ser antirracistas!*” e emoldurando a célebre frase já amplamente publicizada pelo ativista norte-americano, homem negro o reverendo Martin Luther King “*O que me preocupa não é o grito dos maus, mas o silêncio dos bons*”. Dessas evocações, é factível a importância de discutir sobre a destituição do ser humano e sua humanidade. Ademais, há de se denunciar e didaticamente ecoar que há racismo no Brasil e para tanto, exigir justa causa a criminalização do racismo que já é assegurada pela *Lei do Racismo*, a qual concretiza a previsão constitucional do Inciso XLII do artigo 5º (CF 1988), o mesmo que é descrito como crime inafiançável e imprescritível, Lei de nº 7.716, que define os crimes de racismo, assinada em 5 de janeiro de 1989. Avanços e conquistas amplamente elaboradas pela organização do movimento negro no Brasil.

Entre os debates de conceitos, disputas narrativas, discussões sobre o racismo, mulher negra e interseccionalidade, aqui a pesquisa estabelece sua aproximação metodológica com seu *corpus*. Dado o recorte de pesquisa, para a constituição da aproximação com a análise da mulher negra, ativista, em movimento, notabilizamos um espaço de explanação sobre o movimento negro como espaço de resistência e denúncia. Mesmo este não sendo objetivo central desta pesquisa, a explanação faz-se consonante com a narrativa das sujeitas pesquisadas. Desta forma, o breve fragmento a seguir constituirá um aporte sobre o movimento negro no Brasil, em que pese a atuação das mulheres negras em movimento.

O Movimento Negro conquistou um lugar de existência afirmativa no Brasil. Ao trazer o debate sobre o racismo para a cena pública e indagar as políticas públicas e seu compromisso com a superação das desigualdades raciais, esse movimento social ressignifica e politiza a raça, dando-lhe uma trato emancipatório e não inferiorizante. No caso do Brasil (...). Ao ressignificar a raça, esse movimento social indaga sobre a própria história do Brasil e da população negra em nosso país, constrói novos enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como o racismo brasileiro opera não somente na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana de suas próprias vítimas. Além disso, dá outra visibilidade à questão étnico-racial, interpretando-a como trunfo, e não como empecilho para a construção de uma sociedade mais democrática, onde todos, reconhecidos na sua diferença, sejam tratados igualmente como sujeitos de direitos. (GOMES, 2022, p. 21-22)

Para tanto, cabe revisão dos aspectos legais acerca da organização do movimento Negro, bem como os direcionamentos políticos que “permitiram” acessar as garantias legais das demandas sociais do movimento negro e seus repertórios de interação que ocuparam os panoramas de disputas e institucionalização das suas reivindicações. Os

movimentos sociais, e no caso aqui apresentado o movimento negro no Brasil, é a conjunção de identidades e de constituição de pertencimento, pois, são formados por pessoas e grupos que a partir de sociabilidades, lutam e defendem causas sociais e políticas que possam garantir não só visibilidade mas a promoção de igualdade e justiça social.

No Brasil colônia, os quilombos são uma importante expressão da resistência do povo negro, para tanto, partimos do pressuposto que a gênese do movimento Negro no Brasil se fundamenta na resistência à escravidão, na ação coletiva, no aquilombamento, pretos e pretas, que buscavam sua liberdade. No panorama atual o movimento negro, pautado na luta pela promoção de igualdade, assume características pluralistas que na luta pelo enfrentamento e combate ao racismo com vistas à defesa de respeito e tolerância religiosa, acolhe as pautas do feminismo em destaque o feminismo negro, apoia a luta e defesa e reconhecimento da diversidade sexual entre outros movimentos e lutas.

(...) o tema identidade assume grande importância no processo de reorganização do movimento negro. A denúncia do racismo vinha associada à demanda por respeito à cultura dos descendentes de africanos e da afirmação de sua identidade específica. A negação, pela sociedade brasileira, do valor da herança cultural e histórica negra repercute na reivindicação de uma cidadania baseada na “preservação e valorização das tradições culturais de origem africana, na reinterpretação da história e na denúncia de todos os fatores de desenraizamento e de alienação que atingem a população negra”. (JACCOUD ET AL, 2009, p. 25).

No tensionamento e difusão das pautas de igualdade, o movimento negro vem cristalizando suas demandas há tempos denunciadas e reivindicadas. Neste intento, o cenário político nacional, dentro do panorama da participação social elenca a atuação dos movimentos como importantes influenciadores e promotores das políticas públicas. A invisibilização das demandas e mazelas do povo preto em especial das mulheres negras é algo que o movimento negro e principalmente coletivos de mulheres negras ratifica.

(...) o engajamento das mulheres negras nas lutas gerais dos movimentos populares e nas empreendidas pelos Movimentos Negros e Movimentos de Mulheres nos planos nacional e internacional, buscando assegurar neles a agenda específica das mulheres negras. Tal processo vem resultando, desde meados da década de 1980, na criação de diversas organizações de mulheres negras que hoje se espalham em nível nacional; de fóruns específicos de discussões programáticas e instâncias nacionais organizativas das mulheres negras no país a partir dos quais os temas fundamentais da agenda feminista são perscrutados pelas mulheres negras à luz do efeito do racismo e da discriminação racial (CARNEIRO, 2003, p. 120).

Nas palavras de Carneiro (2003) mostra-se a necessidade de identidade, de assumir-se se reconhecer negro, como ato político, para além, divulgar e corroborar com a realidade da população negra. É vultuoso saber quem são e aonde estão as negras e negros no Brasil, a política pública se faz por meio de números, quantificação e indicadores, é desse pressuposto a importância do quesito raça/cor em quaisquer que sejam os formulários e bases de levantamento populacional das políticas públicas. Defendemos que a ação identitária e autodeclaração, estrutura-se de forma efetiva em ação política e ato consciente de movimento. É esse se reconhecer parte e todo, ao mesmo tempo, ou seja, ser o *eu* negro e se constituir o aglutinado do *eu* coletivo negro. Aqui tratamos identidade negra a partir dos escritos da médica Neusa Santos Souza:

Ser negro é (...) tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse dessa consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro (SOUZA, 2021 p.115).

A autora do célebre livro *Tornar-se Negro (2021)*, nos permite aprofundar na sua justificativa em dar visibilidade ao negro, a partir de um acolhimento e humanização daqueles que já foram mercantilizados, violentados e que em um panorama geral brasileiro continuam sendo excluídos.

A justificativa histórica deste trabalho se fundamenta na constatação inequívoca da precariedade, no Brasil, de estudos sobre a vida emocional dos negros e da absoluta ausência de um discurso, nesse nível, elaborado pelo negro acerca de si mesmo(SOUZA, 2021, p.45).

Souza (2021) apresenta uma perspectiva analítica da saúde mental desse sujeito e sujeita negra. Médica psiquiatra, ela se refere às perturbações que a ação do racismo, que é estrutural, e delinea seus aportes teóricos e seu material de pesquisa. Ela disserta como as marcas que a violência do racismo flagelam a construção social dos negros e, esse ponto talvez seja um traço identitário importante para alavancar reflexões das dificuldades de romper com a lógica da inferioridade e como as tecnologias do racismo agem sorrateiramente infligindo na identidade do negro(a).

Sobre vários esteriótipos e estigmas, a identidade do negro no Brasil confronta um sistema perverso que se traduz como o já enunciado mito da democracia racial.

Todas essas passagens remontam os obstáculos presentes na vida de negros e negras, e refletem na identidade subjetiva e política. Esse complexo tabuleiro identitário que elabora uma perspectiva do foi e de certa forma permanece no espectro da negritude no Brasil. Tais indagações moldam a construção dessa identidade, que é dialógica e construída.

Nessa toada, Souza (2021) afirma que todas essas marcas e flagelos da escravização, e ainda a perpetuação das iniquidades por meio das tecnologias do racismo, “não organizam, por si só uma identidade negra” (SOUZA, 2021, p. 115). Autoconhecimento, saber, protagonizar, entender o seu *eu* no contexto social, saber sua história, descobrir seus traços ancestrais e acima de tudo tomar essa história para si concerne na fundamentação da sua existência. A autora descreve essa tomada de consciência: “Ser negro é (...), tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece” (SOUZA, 2021, p.115).

Na tomada de consciência, trazemos para além do fator subjetivo, ação coletiva de identidade, “a possibilidade de construir uma identidade negra – tarefa eminentemente política” (SOUZA, 2021, p.115). Aqui nos apropriamos dessa ação política, descrita pela autora, para englobar o viés de movimento, ação identitária por meio do grupo, do coletivo, do movimento social, movimento negro.

O movimento negro no Brasil, é a conjunção de identidades e de constituição de pertencimento, pois são formados por pessoas e grupos que a partir de sociabilidades, lutam e defendem causas sociais e políticas que possam garantir não só visibilidade mas a promoção de igualdade e justiça social. O movimento Negro no Brasil se fundamenta na resistência à escravidão. É partindo dessa junção, identidade e movimento negro, que seguimos a fundamentação deste trabalho e incluímos as contribuições da pedagoga e militante negra Dra. Nilma Lino Gomes que em seu discurso, ação política e referência, atua e dialoga sobre a importância do movimento negro na luta pela superação do racismo e no processo de educação e emancipação social do Brasil. Em sua obra “O Movimento Negro educador. Saberes Construídos nas Lutas por emancipação” discute o movimento negro como espaço de construção de saberes. Contudo, para esse trabalho, evocaremos as contribuições da autora, em que pese a identidade e o movimento negro.

O Movimento Negro, principalmente no contexto das ações afirmativas, recoloca o debate sobre a raça no Brasil. Mesmo com críticas, há um aumento da

institucionalização do uso das categorias de cor do IBGE (preto, pardo branco, amarelo e indígena) nos formulários e nos censos educacionais, trazendo a autodeclaração racial para o universo e para o cotidiano dos brasileiros. O debate sobre quem é negro e quem é branco invade a vida dos brasileiros e das brasileiras de forma diferente, extrapolando os espaços da militância e da discussão política. Assistimos, nas redes sociais, uma profusão de páginas pessoais, de figuras públicas e de grupos juvenis, publicadas por pessoas negras que escrevem sobre a experiência de ser negro, denunciam o racismo, transmitem informações, dão dicas de beleza e cuidados com a pele e o cabelo crespo. Discussões como apropriação cultural, colorismo, racismo, ações afirmativas são realizadas na vida *on-line* e *off-line* de maneira crítica, política e posicionada pelos sujeitos negros. Uma nova visibilidade da questão racial e da identidade negra, de forma afirmativa, faz-se presente na literatura, nas artes, no campo do conhecimento. Os diferentes grupos do Movimento Negro passaram a ganhar mais espaço na cena pública e política, afirmando a identidade negra e sua complexidade (GOMES, 2017, p. 69-70).

No compromisso de expandir as discussões sobre identidade negra, Gomes (2017), descreve a ação do movimento negro como aporte afirmativo da identidade negra:

A identidade negra passa a ser tematizada de um outro lugar. Aos poucos, o Brasil vai compreendendo que ser negro e negra e afirmar-se enquanto tal é um posicionamento político e identitário que desconforta as elites e os poderes instituídos. E que o uso da força e da violência – um das estratégias antigas do racismo – tem sido uma tentativa de fazê-los calar. O movimento negro tem conseguido expandir a politização da raça e da identidade negra para lugares nos quais elas antes não eram consideradas ou eram invisibilizadas (GOMES, 2017, p. 70-71).

A coletividade, o grupo, o movimento social passa a se autonomizar dessa identidade. Gomes (2017) descreveu que afirmar-se como negro/negra é um *posicionamento político e identitário*, e no movimento negro essa identidade se expande em ação política neste texto enfatizamos esse processo como ato de resistência.

Tendo todo o pano de fundo o processo de identidade a partir de uma construção coletiva afirmativa, o movimento negro contribui para o processo de valorização do tornar-se negro (A) e contribui sobremaneira para o processo de elaboração de uma identidade negra a partir do construtivo de resistência. Uma luta constante de superação do racismo e do tensionamento para o processo de enegrecer as contribuições históricas da trajetória de composição e constituição do Brasil. Ressaltamos portanto, que esse é traduzido em um complexo processo, e envolve para além de discussões teóricas uma ação política direta de resistência e luta do povo negro, do movimento negro para a absorção da pluralidade, da dinâmica e da dialógica que é senão a identidade negra, o torna-se negro(A),

no contexto brasileiro.

Muitos “não nascem negros”, pois a declaração preta acontece quando a imersão de origem e identificações. Ser negro é portanto, nas palavras de Gomes (2017) e nas discussões de Gonzales (2020), tornar-se negro, um ato político. A exemplo a postura política do documento do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, citação de Sueli Carneiro. A evocação de mulheres negras, dada a *experiencia-ação* das interseccionalidades propõe uma solidariedade política, que fundamentada na elaboração da dororidade, atribui uma negritude no conceito de *sororidade*,²⁶ sendo a cumplicidade entre mulheres negras, pois existe dor que só as mulheres negras reconhecem, por isso a sororidade não alcança toda a experiência vivida pelas mulheres negras em seu existir e resistir histórico. O conceito de *Dororidade*, publicitada e cunhada por Vilma Piedade é mais um indicativo de que as interseccionalidades “acidentam” vidas, em especial as negras. Vilma Piedade (2019) pretende dialogar com a sororidade, todavia, enegrece a disputa narrativa desse lugar de mulher negra:

Quando eu argumentei que Dororidade carrega, no seu significado, a Dor provocada em todas as Mulheres pelo Machismo, destaquei que quando se trata de Nós, Mulheres Pretas, têm um agravo nessa Dor, agravo provocado pelo Racismo. Racismo que vem da criação Branca para manutenção de Poder... E o Machismo é Racista. Aí entra a Raça. E entra Gênero. Entra Classe. Sai a Sororidade e entra a Dororidade (PIEDADE, 2019, p. 46).

É portanto no reconhecimento dessa dor, desse pertencimento que na erupção das sujeitas coletivas, mulheres em movimento, grupo, que a atuação política e de enfrentamento ocorre. Num contexto de luta por acesso, e reconhecimento de cidadania, mulheres negras, gritam por um “*lugar ao sol*”. Lugar de fala, lugar de existência e a exigência da expressão que há a diversidade e que a desigualdade atravessa essas diversidades. Corroborando com Carneiro (2019):

A valorização da diversidade torna-se para nós, então, um pré-requisito para a reconciliação de todos os seres humanos. O princípio capaz de fazer com que cada um de nós, com a sua diferença, possa se sentir confortável e “em casa neste

²⁶ Sororidade, termo que elucida o sentimento de acolhimento entre mulheres feministas ao se reconhecerem sob o mesmo aspecto de opressão: “Sororidade é uma dimensão ética, política e prática do feminismo contemporâneo. É uma experiência subjetiva entre mulheres na busca por relações positivas e saudáveis, na construção de alianças existencial e política com outras mulheres, para contribuir com a eliminação social de todas as formas de opressão e ao apoio mútuo para alcançar o empoderamento vital de cada mulher. A sororidade é a consciência crítica sobre a misoginia e é o esforço tanto pessoal quanto coletivo de destruir a mentalidade e a cultura misógina, enquanto transforma as relações de solidariedade entre as mulheres. (RÍOS, 2009 – Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-sororidade-e-luta/> acesso em 21/08/2022)

mundo”, a missão civilizatória é talvez o ponto mais importante da agenda das próximas gerações. Então meninas, aceitem esse bastão porque ele lhes oferece a oportunidade de, como guerreiras da luz, travarem o bom combate! Pelas causas mais justas da humanidade (CARNEIRO, 2019, p. 116).

Sem embargo e em consonância com as ideias e ideais de recriar potencialidades, Souza (2021), enaltece “umas das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo” (SOUZA, 2021, p.45). Daí a importância do empoderamento e autonomia feminina negra em querer e poder falar por si. Tópico coletivo de reconhecimento, de enegrecimento e ruptura das correntes e opressões de silenciamento, a produção e lugar de fala a partir do feminismo negro.

No enfrentamento desse racismo adicionamos ao texto a presença e atuação pungente do Movimento Negro:

o Movimento Negro, ao longo da nossa história, contradiz as visões coloniais e racistas. Todo esse processo epistemológico e emancipatório resulta da ação de negras e negros como atores políticos orgânicos da diversidade de movimentos negros ou educados e reeducados por eles (GOMES, 2020, p. 241-242).

Contudo, pautamo-nos em dialogar, mais precisamente, sobre o que compreendemos e trazemos para a elucidação desse texto como acepção do que caracteriza o movimento negro no Brasil e sua versatilidade:

Não queremos nos prender a uma vasta discussão conceitual sobre o que é e o que não deve ser considerado como Movimento Negro. Importa-nos compreender a potência desse movimento social e destacar as dimensões mais reveladoras do seu caráter emancipatório, reivindicativo e afirmativo, que o caracterizam como um importante ator político e como um educador de pessoas, coletivos e instituições sociais ao longo da história e percorrendo as mais diversas gerações. Entende-se como Movimento Negro as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam a superação desse perverso fenômeno na sociedade. Particiam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o objetivo explícito de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação da história e cultura negras no Brasil, de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade. Trata-se de um movimento que não reporta de forma romântica à relação entre os negros brasileiros, à ancestralidade africana e ao continente africano na atualidade, mas reconhece os vínculos históricos, políticos e culturais dessa relação, compreendendo-a como integrante da complexa diáspora africana. Portanto, não basta apenas valorizar a presença e a participação dos negros na história, na cultura e louvar a ancestralidade negra e africana para que um coletivo seja considerado como Movimento Negro. É preciso que nas ações desse coletivo *se faça presente e de forma explícita uma postura política de combate ao racismo*. Postura essa eu não nega os possíveis enfrentamentos no

contexto de uma sociedade hierarquizada, patriarcal, capitalista. LGBTfóbica e racista (GOMES, 2022 p. 23-24)

Trazemos os dois destaques da autora: *objetivo explícito e postura política de combate ao racismo*, para traduzir a compostura de significação do movimento negro, e o que problematizamos nessa dissertação chamando as protagonistas como mulheres em movimento. Sendo, portanto, enunciado esse compromisso, mulheres negras que comprometidas com a luta de enfrentamento ao racismo, compõem coletivos, grupos que operam ações de enfrentamento e luta por espaços mais igualitários.

Dentre as contribuições do feminismo negro, ocupa lugar privilegiado a incorporação da temática da saúde e dos direitos reprodutivos na agenda da luta anti-racista e o reconhecimento das diferenças étnicas e raciais nessa temática. Nessa perspectiva, a luta pela inclusão do quesito cor, sobretudo nos sistemas de classificação da população, tem se constituído um desafio permanente e objeto da ação política de aguerridas ativistas (CARNEIRO, 2003, p. 124).

A discussão exposta por Carneiro (2003) alimenta a vertente da luta e transposição. Desta forma, o movimento de mulheres negras produz resistências históricas e respaldam as conjugações que efetivaram qualificadores de assistência em saúde da população negra, como delinea Assis (2018) “É sob a perspectiva da socialização de formas mais equânimes de vida e trabalho que o movimento de mulheres negras vem pautando suas reivindicações políticas a partir da compreensão das hierarquias de gênero, raça e classe” (ASSIS, 2018, p. 559).

Nesta ciranda de atravessamentos, a saúde, como direito e como ação do Estado, situa-se no ônus de desigualdades, sendo o racismo estrutural envolvido na essência de constituição da história e trajetória brasileira, emerge enquanto traço de desigualdade e barreira de acesso. A perspectiva de saúde, num amontoado de apagamentos e angústias, sofrível ao sujeito, no caso aqui nossas protagonistas, mulheres negras, é intangível ao Estado, que não oferta e não cumpre, ao pé da lei, o que se propõe. A seguir, traremos a eloquência das escrituras de mulheres negras em movimentos e suas percepções sobre a saúde e o SUS destinado a elas.

3. SUSpiros de mulheres negras: Interseccionalidades e escrevivências

de que valerão meus escritos
 se outras não falarem
 não se contarem
 não dançarem
 não se manifestarem
 não protestarem
 não se erguerem
 de que valerão meus escritos
 se eu me esquecer de direcioná-los
 para aquelas que engolem silêncios a
 seco
 que escondidas oram ao impossível
 que no ônibus às cinco da manhã
 fecham os olhos e sonham rumos
 que focam em tapar os vergões
 que nunca soltaram do peito os leões
 que estão habituadas a vestir
 inseguranças
 eu que agora tenho a voz audível
 não falarei por ninguém
 convidarei para virem ao meu lado
 para não deixarem se apagar
 ou desencorajar
 de que valerão os meus escritos
 se eu não convocá-las
 se eu ignorar da onde vim
 se eu parar em mim

(Ryane Leão – Jamais Peço Desculpas por me Derramar)

As reflexões sobre a mulher negra, sua existência, resistência e sociabilidade tem atravessado toda a minha vivência. Reconheço-me, me autodeclaro e sobretudo sou reconhecida entre meus pares e outros, como mulher negra. Essa ação identitária não ocorre de forma natural, ela é uma representação coletiva que nos capacita a reconhecer semelhanças e diferenças entre nós e os outros/as. Reconhecer-se como negra e negro é ação política de movimento, no entanto, há percalços e opressões intangíveis em sensibilizar e subjetivar ser negra/negro no Brasil e no mundo. Como ação política de movimento defendemos a auto identificação negra e a ação coletiva, militância como ação direta de resistência.

Neste último capítulo, discorreremos sobre análise e reflexões dos discursos, falas e posicionamentos das mulheres negras, sujeitas desta pesquisa acerca da ação e resistência negra e suas respostas ao racismo institucional. A partir das identidades sociais de grupo, coletivo – interpretar a coletividade, esse corpo que é político. Neste momento, vamos discutir sobre o trançar histórias, o mar de afeto, a imensidão e o acolhimento. Faz-se presente nas narrativas e escrevivências das nossas protagonistas, a temática racial como área

de importância na produção do conhecimento, e a necessidade de superação do ideário de democracia racial. Para tanto, mulheres negras e em movimento, participaram dessa pesquisa na fundamentação de suas vozes e compartilhamento de dores, de superação e de aquilombamento.

Com base no levantamento dos coletivos, grupos, institutos que são do movimento negro, foi se elaborando a aproximação com as mulheres que compõem esses coletivos e a partir desses grupos/movimentos são nomeadas nessa dissertação como mulheres em movimento, e portanto, eleitas como as protagonistas desta dissertação. A introdução deste texto abordou de forma inicial, as notas metodológicas da pesquisa. Aqui relataremos como se organizou e de que forma essas mulheres foram acolhidas para a aproximação e relato de suas *escrevivências*.

A proposta preambular foi da aplicação de um formulário de pesquisa - *Google forms* - que pudesse se aproximar das mulheres negras em movimento. Da utilização do formulário *Google forms*, foram recebidas 51 respostas durante o período de 12 (doze) de fevereiro a 12 (doze) de março de 2023. Essas participações contaram com a identificação dessas protagonistas, local de moradia, atuação no movimento negro e ainda espaço para que elas pudessem pontuar suas percepções sobre a existência do racismo na saúde e de forma respeitosa, caso se sentissem a vontade, tratar de situações de vivência desse atravessamento do racismo em suas vidas. Dado os resultados preliminares, percebemos uma intensa participação, todavia, talvez pelo formulário, certa impessoalidade nas respostas.

A estratégia seguinte foi pensada com o objetivo de estreitar o contato com essas mulheres. Realizamos, então, contato via e-mail, pelo qual encaminhamos um novo convite. De forma voluntária, as participantes foram convidadas a emitir a resposta dentro de um intervalo de 10 (dez) dias e, novamente, elas responderam. Das 51 (cinquenta e uma) mulheres que responderam inicialmente, 12 (doze) retornaram prontamente o contato. Configurando um novo cenário em nosso universo de pesquisa, essas 12 (doze) mulheres foram convidadas para um encontro virtual individual. E para aquelas que tivessem interesse, foi realizado convite para compor um grupo de mulheres negras na plataforma/aplicativo de conversas *whatsapp*.

No momento do envio do contato por e-mail, com o convite para o encontro individual, perguntamos sobre o dia e horário de disponibilidade num espaço de 8 dias – 22

de abril a 30 de abril de 2023. Ao longo da organização desta etapa da pesquisa, estabelecemos que o encontro *online* teria o máximo de 1 hora, respeitando as histórias e os atravessamentos interseccionais das protagonistas. No compromisso com a garantia do sigilo e a proteção da identidade das participantes, juntamente à orientadora do trabalho, optamos por identificar as informantes com nomes de países africanos, com vistas ao respeito e à validação de suas vozes e narrativas. Facultamos que elas indicassem o nome escolhido, pela ordem de resposta do e-mail. Reiteramos que não houve divergências ou disputas, talvez, dada a diversidade de opções de países do Continente Africano (54 países). Vertemos a sinalização de países africanos também como um compromisso em decolonizar saberes, ressoar vozes e enaltecer nossa ancestralidade.

Dessa etapa, apenas 6 (seis) mulheres retornaram o contato, todavia, o agendamento e a efetividade do encontro ocorreu com 5 (cinco) das 6 mulheres. Os encontros virtuais individuais aconteceram no intervalo dos meses de abril e maio de 2023. Nesse período a aproximação, a potência e o aquilombamento dessas mulheres, transitaram no virtual e fortaleceram no real, suas contundentes denúncias e suas vozes potentes estabelecem os resultados dessa pesquisa, transformada aqui em dissertação, que como uma corrente de águas, segue um curso de resistência de mulheres negras em movimento, que no coletivo, atravessam seus acidentes interseccionais e formam um curso de rios que objetivam desaguar num mar de ancestralidade.

Em meio aos SUSpiros e relatos das vivências, houve um acolhimento imediato. Dada a potência dos encontros, a imersão com a temática da pesquisa ultrapassou o viés científico e promulgou vias de afeto, trocas e aquilombamento. As mulheres que participaram desse momento individual teceram suas histórias de vida e trajetória, compartilharam suas vivências e escrevivências e contribuíram de sobremaneira para o arremate da produção dessa dissertação.

3.1 O enegrecer feminino e suas escrevivências: ação de resistência

As protagonistas foram convidadas e as conversas foram agendadas, uma a uma, conforme sua disponibilidade. Considerando isso, estabelecemos a data e a hora da entrevista, o que possibilitou o encontro com cinco delas: Nigéria, Zâmbia, Malawi, Togo e

Daomé²⁷. São essas mulheres, as protagonistas desta análise. Conforme nossa organização das atividades de pesquisa, a qual já apresentamos anteriormente, as integrantes foram convidadas após o momento inicial do formulário, instrumento que foi compartilhado. Da escolha dos nomes, elas também contaram suas origens. Suas raízes - e por meio dos seus corpos de resistência - ecoam, também, suas vozes em nosso trabalho, traduzindo-nos seus anseios motivadores em interface com a saúde da mulher negra e o atravessamento do racismo institucional. Para tanto, elas foram questionadas sobre temas, os quais incluíram: a identidade negra, a trajetória pessoal e vivências particulares relacionadas à saúde. Em alguns momentos, trataram de suas experiências, em outros momentos, narraram suas perspectivas de leitura de vida e itinerário de aprendizado. Nas palavras delas, elas por elas.

Nigéria, profissional da saúde, fisioterapeuta, residente no Rio de Janeiro - RJ, doutoranda, contou que também está a pesquisar as questões étnico-raciais em seu projeto. Compartilha seus anseios de uma letramento racial que ela avalia que foi tardio, todavia, assumiu uma potência teórica e discursiva que se desdobra em ação e movimento.

Eu tenho 53 anos, eu sou fisioterapeuta. Sou professora do Instituto Federal do Rio de Janeiro e eu tenho uma trajetória de sempre de muito estudo. De muito estudo, muito estudo e é uma marca, assim, familiar que estudar era a forma de você estar no mundo da maneira mais digna, mais... meu pai repetia muito uma frase que era “Seja escravo dos livros para não ser escravo dos homens” então esse era o mantra da casa. Então sempre eu tive uma trajetória de estudo, e por conta disso e até por vir de uma família de classe média, eu sempre fui a única negra do rolê, né?! Então, escola particular eu era única da sala, enfim, os espaços onde a gente morava, os territórios, onde habitar mesmo, nós éramos às vezes a única família. Então o atravessamento do racismo, ele sempre foi muito presente. Mas eu não venho de uma família com letramento racial, embora o atravessamento do racismo ele tivesse o tempo todo ali, não havia letramento racial, não se falava sobre isso em casa. Então a minha... o meu entendimento enquanto uma pessoa negra no mundo e o caimento de fichas, né e sobretudo, o que eu havia vivido, até então, veio muito tardiamente muito. Eu não sei precisar em que momento, mas eu diria que muito tardiamente, talvez depois dos 30 quase 40 anos. Então, estando com 53, né? Eu atravessei...eu nasci no final dos anos 60, até me dá um certo ranço isso porque foi... outubro de 69, então podia ter sido depois de alguns meses depois pra eu ser década de 1970, mas enfim eu não tive controle sobre isso. É... e aí então assim década de 1970 a minha primeira infância com a ditadura e tudo mais. Depois adolescência na década de 1980 e assim a gente começa, embora o movimento negro ele seja, ele tenha começado quando os primeiros navios negreiros chegaram, né falar sobre isso ou se colocar nesse lugar sempre foi muito difícil, né? Sempre houve um apagamento muito grande. (NIGÉRIA)

²⁷ Aqui a partir da escolha protagonista, Daomé não se refere a um país africano, desta forma ela refere ao Reino de Daomé, território atual do Benin (República do Benin). contudo a partir da página da Fundação Palmares descreve “ Não confundir Daomé ou a atual República do Benin com o Império do Benin. Este último constituiu um Estado pré-colonial da moderna Nigéria”. para mais informações acessar <<https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/reinos-e-imperios-africanos-2013-reino-do-daome>> Acesso em 20/09/2023.

Zâmbia, mulher negra, jovem, foi mãe adolescente. No momento, não está trabalhando formalmente e desenvolve ações na Rede Nacional de Mulheres Negras. É moradora da comunidade Barreira do Rosário de Olinda-PE e graduada em Pedagogia. Além disso, tem formação em tecnologia logística, é ativista local e nacional, acolhe e sensibiliza sobre as questões étnico raciais em seu entorno e denuncia o racismo como bandeira de luta e resistência.

Eu me descobri enquanto mulher negra ainda na minha infância no período de escola, no período da minha infância. Eu sou uma mulher negra de religião de matriz africana e aí eu descobri o racismo na escola. E foi quando eu me deparei e me tornei uma mulher negra que precisava me defender. E agora, né, já adulta eu faço parte de um movimento que é a Rede Nacional de Mulheres Negras no combate a violência. Eu sou ativista, eu atuo, moro em Olinda, na comunidade chamada Barreira do Rosário e sempre que eu posso eu tô empoderando essas mulheres conversando com elas um pouco sobre o racismo, esse racismo estrutural, o que é tão importante. E tentando empoderar elas enquanto mulheres negras. Porque muitas delas nem sequer nem imaginam que são negras, elas se descobrem negras a partir das nossas conversas, nas nossas rodas de diálogos e é assim que eu atuo, atualmente. (ZÂMBIA)

A protagonista revela sua identidade já enunciada juntamente com a violência do racismo. Sua identificação ocorre devido à vivência da diferença e do preconceito. Notadamente, ela descreve que mesmo da necessidade de defesa, ela se resignificou em poderio. Todavia, traços da violência racial sofrida na infância a acompanham e atuam sobremaneira na sua subjetividade, operando como estigmas sociais, que assim como Zâmbia, outras crianças negras no Brasil enfrentam diariamente. Bem como nos trata Eurico (2020), que discute o racismo na infância;

(...) práticas racistas precisam ser tratadas com o necessário rigor. Racismo no Brasil é crime. Considero fundamental reafirmar, a esta altura, que todas as crianças e adolescentes gozam dos direitos fundamentais à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Para a efetivação desses direitos criam-se, de tempos em tempos, novas regras, que ora modificam, ora ampliam o Estatuto da Criança e do Adolescente promulgado na década de 1990 (EURICO, 2020 p. 154).

Mesmo que não seja o objetivo deste trabalho, refletir sobre o racismo na

infância é uma preocupação das mulheres negras em movimento, identificada a partir das narrativas das protagonistas. Haja vista, que cresceram nessa sociedade racista e lutam diariamente na denúncia dessa estrutura que é opressora e excludente.

Malawi, mulher negra, profissional da saúde, enfermeira insurgente, denuncia as iniquidades da saúde e as implicações do racismo. Liderança descendente, neta de mulher negra com a força de saberes ancestrais de cuidado e cura, mestre e doutoranda, ecoa e enegrece os espaços acadêmicos e sonha em disseminar saberes, natural do Rio de Janeiro-RJ, no momento, encontra-se em terras nordestinas de Fortaleza-CE.

Eu sou Malawi, eu tenho 48 anos, eu sou enfermeira...mais(...) Então eu nasci no Rio de Janeiro e sou filha única, de pais que nasceram em Minas Gerais uma estrutura muito pobre, não tive acesso aos meus avós maternos, eu conheci só a minha avó paterna, que era uma mulher que me foi uma referência muito importante porque era uma mulher muito conhecida na cidade do interior de Minas, porque era lavadeira. Mas tinha um cuidado com o outro, que era uma mulher benzedeira na cidade e trabalhava muito com cuidado também de ervas. E aí assim eu fui entendendo aquela mulher como uma mulher que ela tinha protagonismo naquela cidade, e aí sim eu fui entendendo, né? Gostava de estar com ela duas vezes ao ano, no período de férias, e fui construindo esse lugar de Malawi. (...) (MALAWI)

Togo, mulher autodeclarada preta, com formação na área da saúde, atua, hoje, como gestora administrativa, sua segunda formação. Relatou ser filha, mãe e avó. Atua no movimento negro, moradora da zona norte da cidade de São Paulo-SP, é articuladora social e uma voz de potência entre jovens negros da periferia.

Primeiramente me identificando como mulher preta de sorriso largo, eu uso óculos. A minha trajetória eu percebo que durante toda ela vem sempre demonstrando um diferencial na minha colocação, no meu meu lugar mesmo. No meu lugar de fala onde eu recebo desde menina na escola. Na escola mesmo que já tinha, que já existia esse racismo velado né. É um racismo que não é assumido de mesmo a professora evitar o contato com as crianças pretas. Das crianças se sentirem colocadas de lado e a gente sem saber por quê? Porque a gente tem a mesma capacidade de todas as crianças ...e a gente vem guardando, vêm guardando esse sentimento de reserva e isso eu percebi já na quarta série, onde muitas das vezes nós já não éramos chamadas para explicar para saber da nossa opinião. E pra entender que isso fazia parte de...da cor da pele...isso demorou muito e a gente... eu fui crescendo sempre recebendo dos meus familiares uma proteção de como que eu deveria me colocar na sociedade, de como eu deveria me colocar no digo assim é provando que eu deveria ser sempre duas vezes melhor... melhor porque por mais que eu tivesse domínio do assunto, eu tinha que ser a melhor e ser melhor porque eu sou o sou preta. E desta forma eu poderia falar porque eu tenho do assunto. Então, eu sempre tive...eu sempre fui aluna... eu sempre procurei ser a melhor e mesmo sendo a melhor eu nunca fui notificada que eu fui a melhor... eu sempre passei. É, mas eu não tive aquela palavra do educador que eu era melhor. É nessa trajetória, eu tive que ficar fora de várias comemorações... de várias

comemorações, porque a noivinha sempre foi a branca, a noivinha nunca foi a preta. Eu nunca fui aquela que carregou a medalha. E assim eu sempre cultivei os meus valores, os valores que eu recebi dentro de casa, para que tivesse caráter, que eu tivesse encarar a personalidade, que eu fosse uma mulher do bem. E os valores da minha família nunca foram voltados pra que eu como mulher preta fosse dona de casa, né. Eu sou de uma família onde a liderança é de mulheres e de mulheres batalhadoras e de mulheres que batem na mesa e tenham o seu o seu protagonismo (...). Eu sempre tive um olhar que eu tinha que me desbravar, me desbravar no ensino e no trabalho em então tardiamente eu me dei oportunidade de entrar na faculdade. Não é, porque faculdade para mim seria mais um trampolim, um trampolim do conhecimento. Então eu tive oportunidade de fazer faculdade... faculdade de enfermagem onde eu me deparei com a realidade que não era para o meu ambiente. Eu não era bem-vinda, ainda assim, que essa faculdade era paga. Mas eu percebi que atuando como enfermeira eu era um panda no meio que na aula. Porque eram poucas mulheres negras que estavam ocupando esse espaço, e eu novamente, fui uma das melhores... e não fui das melhores da sala... eu fui melhores no período. Eu tive oportunidade de atuar nesse cuidado. E atuando nessa área, eu percebi que eu precisava falar... eu precisava falar porque eu já me incomodava... e nesse ramo eu tinha mais é que obedecer eu tinha que cumprir ordens, então aquilo, por mais que era uma profissão que eu amasse, estava me faltando algo porque eu precisava falar eu precisava ocupar espaços. Então eu tenho sempre fazendo cursos e eu nunca sabia, qual a necessidade de fazer cursos e hoje eu entendo que essa necessidade de fazer cursos. É porque eu entendo qual é o meu lugar na fila do pão e o meu lugar na fila do pão é aonde eu quiser. Desde que eu saiba do que eu estou falando... como eu estou falando então, eu acabo ocupando esse lugar, né e com oportunidade de atuar em coletivos ... em coletivos que falava da valorização da mulher preta... Quem é essa mulher? E toda essa ancestralidade que eu vejo que há os primórdios da Matemática são negros. Os engenheiros são negros e mulheres, nossa! E as mulheres com papel muito forte, né? Isso vem me tocando. Então eu novamente me lancei a um novo curso, novo curso superior e eu fiz logo em seguida administração de empresa. Atuando hoje nesse papel de falar mesmo para os jovens, né? Porque eu sou administradora e estou com a professora então arrasto literalmente uma verdade para que esses jovens saibam aonde eles possam chegar. (TOGO)

Togo denuncia, em sua trajetória, sua vivência escolar e os primeiros contatos com o que ela chamou de "racismo velado". A nossa protagonista conseguiu traduzir em seu relato, como o racismo separa e divide desde a infância, estigmatizando e violentando os corpos negros. Togo, ao pontuar a ação da professora, enuncia o que trazemos na fundamentação desta dissertação, o apagamento e o silenciamento das existências negras, isso desde a infância. Ela hoje, como mulher negra, orgulhosa do seu sorriso largo, veio de uma família protetora, conseguiu e consegue desbancar esse racismo. Entretanto, relatou as marcas que o racismo causou e ainda provoca danos às crianças negras. É imperioso retratar que a escola, como instituição educadora, reflete diretamente em outras instituições sociais e de forma estrutural reproduz na sociabilidade conceitos e construções sociais. Desta forma, o racismo vivenciado e reproduzido na escola contamina os espaços sociais e mesmo com os

aspectos de proteção e cuidado, escancaram as violências raciais e expressam, seja na escola, ou ainda em instituições de saúde, martírios às vidas negras que diferenciam gerando iniquidades.

E, por fim, Daomé, nome de guerreira ancestral, mulher rei (ou rainha), líder de exércitos. Mulher negra, professora e precursora. Lidera e homenageia as mulheres negras que vieram antes, faz morada, acolhe para conhecimento, promove o semear e resiste mesmo atravessada por suas interseccionalidades. Narra, compartilha e tece suas escrevivências por meio da fraternização entre suas pares. Resiste como mulher negra e agrega força, enuncia a importância do coletivo, pois, segundo ela, só não se faz caminho.

Peço desculpa de início que, eu não tô muito bem saúde. E qualquer tropeço aí é por disso e a gente merece também, é isso. E como eu me descobri com mulher negra, eu não consigo imaginar que eu sempre me descobri negra, eu sabia que era negra. Agi também como mulher negra, nunca, mesmo eu...eu fiz o quinto ano, sexto ano, o sétimo em cidade pequena, eu não sentia racismo. Eu não sentia diferença né?! Então, em casa minha mãe sempre, não tratou assim da questão específica da negritude, mas era normal, normal, cabelo sempre assim dava trabalho, passava creme e era isso né. Eu nunca me senti diferente. Quando a gente sai de casa e ganha o mundo, não sei se esse seria o termo, então é que você começa a ver a diferença. Você começa a observar, as diferenças, uma é mais clara e muitas vezes mais facilitado as coisas né. (DAOMÉ)

Como elenca Daomé ao relatar a diferença produzida pelo racismo, na fala dessa protagonista, verificamos a existência dela como mulher negra. Relata que não está bem de saúde, todavia, se apresentou de maneira voluntária e comprometida em participar da entrevista. No fragmento “a gente merece também” fica elucidado o quanto se faz necessário reiterar a humanidade da mulher negra, que adocece e sente dores. Sua história e suas vivências, contadas neste breve recorte, fortalecem e amplificam a objetivação deste texto, que faz lembrar e reforçar que mulheres negras ficam doentes e, de maneira equânime, merecem e devem ser cuidadas. É verificada, ainda, nas palavras de Daomé, a elaboração da consciência da diferença, quando ela cita o cuidado com o cabelo “que sempre dava trabalho” ou ainda exemplificando que das diferenças a cor mais clara da pele, sugere facilidades “Você começa a observar, as diferenças, uma é mais clara e muitas vezes mais facilitado as coisas né”. Aspectos importantes que nos remetem à subjetividade da mulher negra e a perpetuação da discriminação como ferramenta e atuação do racismo. Eurico (2020), nos auxilia ao argumentar:

(...) as pessoas sabem que a igualdade não existe, elas têm consciência de que são diferentes e, quando podem falar sem censura, passam a explicitar suas impressões

acerca do que o racismo representa. Um dos recursos mais recorrentes para verbalizar o que é o racismo é exemplificar as discriminações a partir do fenótipo, da textura do cabelo. Essa questão, aparentemente esvaziadas de sentido, tem muito a nos dizer sobre a essência da reprodução e permanência do racismo estrutural/institucional vinculado ao colonialismo e ao poder da branquitude (EURICO, 2020 p. 142-143).

Presente em suas escrevivências, as protagonistas compartilharam trajetórias de reconhecimento e identificação. Em vários relatos, nota-se que as vivências do racismo ocorriam nas relações “com o mundo” exterior ou em situações de evidenciação, lugares de liderança e destaque, nas quais se sentiram questionadas quanto às suas capacidades. Situações essas, nas quais elas descrevem a operacionalização do racismo, como destaca Malawi:

(...) Em vários momentos...você chega em determinados lugares assim... uma vez eu tava numa...Eu era gestora de um programa de saúde mental da infância num município do Rio de Janeiro, e aí eu tava selecionando pessoas né. Eu tô me lembrando, vou lembrando vai aparecendo outras coisas. Eu tava selecionando, eram psicólogos, para saúde mental. E aí o currículo veio, eu fui ligando para as pessoas, não, vô marcando entrevista com vocês, aí tá...Nessa hora a secretária tinha saído para almoçar, e eu tava sentada assim né. E aí as pessoas chegavam: “Eu vim para a entrevista com a *Malawi*” Como uma mulher negra, eles jamais imaginariam que eu seria a pessoa que entrevistava, tava dado para eles, que eu não era. Daí eu falei: “podem aguardar” não perguntaram quem eu era né. E aí depois de um tempo ele né? A secretária chegou, e falou “oi *Malawi** já cheguei” você vê na cara das pessoas a perplexidade de quem é que eles imaginariam que seria a *Malawi** assim. Acho que eles imaginavam que a secretária era a *Malawi**. E isso acontece o tempo inteiro. Outra vez eu passei num teste seletivo em primeiro lugar e aí fui entregar a documentação, era uma Ong, era até para trabalhar num CAPS. Aí, cheguei lá, né? “Eu vim entregar documentação do processo seletivo” “ah tá é para a vaga de cuidadora, né?” aí eu falei: “Não, de enfermeira”. Você vê a cara da pessoa assim. “Não desculpa...desculpa, desculpa, desculpa, desculpa”. Então são essas coisas a todo tempo que a gente tá suscetível né. Porque no Brasil tem cor né. As profissões de alto escalão, ela tem cor, ela tem classe social. Então são essas essas vivências, né? Que a gente a todo tempo passa, como profissional e como também alguém que tá no SUS. Todo tempo a gente é questionado se de fato a gente tá doente, se de fato a gente tá sofrendo né, se aquilo mesmo tá acontecendo com a gente. Essas são as mazelas desse processo de colonização, que a gente carrega o tempo todo. (MALAWI)

Em outras narrativas, podemos observar que o racismo atravessa a construção de suas subjetividades, questionando suas próprias capacidades, infligindo aspectos negativos em sua auto estima. Mesmo que de forma irreflexiva, atravessamentos do racismo estrutural na constituição de sua sociabilidade. Nigéria reportou sua escrevivência de adolescência, na qual projetando suas ânsias de futuro, se questionou quanto às suas habilidades e faculdades do lugar que ela poderia acessar em carreira profissional. Algo que estaria relacionado às intersecções: raça e gênero, portanto, ser mulher e ser negra.

Eu começo a trabalhar basicamente por conta própria fazendo atendimentos individuais ou em clínicas como fisioterapeuta. E aí teve uma época que...eu sempre com muita vontade de dar aula... sempre, sempre muito desde pequena, eu dizia que ia ser professora, então sempre com muita vontade de dar aula também. E assim o curioso porque existem certas profissões que você pessoa negra, né? Pode se arvorar e dizer eu quero ser. Professora era uma delas que dava, eu quero ser, mas eu tenho uma lembrança assim do momento da adolescência em que eu que eu tenho...eu tenho facilidade para aprender o inglês...as outras línguas não, mas o inglês sim. E teve um momento em que passou por mim a candidatura, uma coisa assim, ao Instituto Rio Branco, que era a formação de diplomatas né, e eu falei assim “gente, isso era uma coisa assim que eu faria muito né”. Então por exemplo, dentro da área da saúde, nunca pensei na medicina, nunca me ocorreu, mas eu me lembro assim, eu olhando aquele anúncio, né? Acho que era jornal, olhando aquele anúncio. E aí foi uma das vezes que eu realmente falei assim não, mas isso não é para uma mulher negra né, foi uma das poucas coisas que assim eu deixei de fazer, que eu lembro que eu deixei de fazer porque não aparecia nada me sinalizava que aquilo era possível. Então a ideia de ser professora sempre foi uma ideia que me acompanhou parecia ser viável. Então eu fui fazendo construindo assim o meu caminho profissional muito pautado na ideia de que em algum momento eu seria docente. E aí eu já com duas acho que duas especializações na época, mas sem o mestrado ainda eu consegui fazer um concurso para uma universidade particular e fui aprovada como docente. E aí começam aquelas...a sim...vão se repetindo ... o racismo vai se reencenando. Eu me lembro que eu passei para essa área específica, né dentro do concurso, eu passei em primeiro lugar. E aí eu entrei na secretaria, tinha um determinado dia lá que você tinha que se apresentar, levar documento, aquela coisa toda burocrática. E aí eu cheguei junto com a moça branca, né? Dei o nome, a moça deu o nome também e eu me lembro que quando ela pegou o papel ela olhou assim para nós duas, né? Távamos marcadas para apresentar os documentos naquele horário. Ela também, uma concursada, ela pegou o papel e conferiu quem era *Nigéria**, né? E falou assim: “primeiro lugar!” assim com um espanto absurdo né? Porque tinha uma mulher preta uma mulher branca na frente dela. Então ela pegou o papel e quando eu disse que a *Nigéria** era eu, aí ela ficou muito, ficou com os olhos muito arregalados. (NIGÉRIA)

Os descritos de Nigéria, fundamentam a composição teórica de Bento (2022) que elucida sobre a “manutenção” dos privilégios a uma mesma classe: ao homem branco. A autora afirma que essa é uma das estratégias do pacto da branquitude que é retumbado pelas estruturas sociais preservadas pelo privilégio branco.

Em sociedades desfiguradas pela herança do racismo, a preferência de um mesmo perfil de pessoas para os lugares de comando e decisão nas instituições financeiras, de educação, saúde, segurança etc., precariza a condição de vida da população negra, gerando desemprego, a sobrerrepresentação da população negra em situação de pobreza, os altos índices de evasão escolar e mal desempenho do alunado negro e os elevados percentuais de vítimas negras da violência policial. Essa herança tem também sua dimensão simbólica, fazendo com que o perfil daqueles que lideram as organizações, que é majoritariamente masculino e branco, esteja sempre bem representado nos meios de comunicação, o que mantém um imaginário que favorece sua permanência em lugares da sociedade considerados mais prestigiados, bem como propicia a naturalização de outros grupos em posições de subordinação e desqualificação (BENTO, 2022, p. 76-77).

A desqualificação, subordinação aparece em outro fragmento da protagonista Nigéria, ao declarar que passou por *aceite do mundo do branco* o que ela considerou como uma *licença*, uma autorização, dada pela posição profissional de seu pai. Sabendo quem ela era, encontrava-se “protegida” de violências raciais mais contundentes.

(...) Eu não vivi o tempo todo o atendimento no serviço público de saúde. Eu tenho... eu tenho as memórias muito atravessada, meu pai era militar. Então eu tenho as memórias muito atravessadas, por esse espaço. E como eu te falei, né? De ser aquela única família, né? Mas é curioso, porque a gente morava numa cidade pequena na Bahia e o meu pai era o único farmacêutico, era um dos poucos farmacêuticos, e era o único negro né?! Então todo mundo sabia quem era, então isso de alguma maneira, atravessava a nossa vida positivamente. Porque pelo menos aquela pretinha ali, sabiam quem era. E quando não sabiam, de alguma maneira, acabavam ficando sabendo. Então antes que um evento de racismo mais contundente aparecesse ficava sabendo. E aí... “Ah! Não, não aquela lá. **Aquela licença né?**” **Porque você é um preto que faz parte do mundo do branco, então tá tudo bem. Uma coisa assim, não sei exatamente como é que é isso.** Mas assim, pra eu, com tudo isso, né? Com tudo isso que eu considero que para mim foi um privilégio na minha vida, poder ter estudado, poder tudo mais. É a gente tem um não lugar que precisa ser desbloqueado, né? Acho que todas nós precisamos disso. E aí eu te digo que eu...você fala, né? Usa o termo da escrevivência, eu precisava, embora eu escreva desde muito cedo, eu nunca publiquei um artigo meu assim. Inclusive quando eu escrevi um capítulo de um livro com uma amiga, eu botei o nome dela e não botei o meu nome. Então, porque eu falei assim não é porque... ela falou assim: “Como que você não botou o seu nome?” uma amiga branca. E eu falei assim: “Não é porque você que é responsável pelo serviço, aí eu não sabia se podia botar dois nomes, eu botei o seu”. Então eu... e aí é assim, para desbloquear isso, eu precisei transformar algumas memórias em escrevivências e colocar isso...e pautar pela literatura do feminismo negro, eu precisei fazer. Então assim, pra dar um *start*, das minhas escritas, do que eu quero escrever, eu precisei escrever sobre mim. Então, assim isso já era uma recomendação terapêutica, há muito tempo, e eu protelei...protelei...protelei, até que eu escrevi (NIGÉRIA) (grifo nosso).

Nigéria não soube descrever exatamente como atuava essa licença, entretanto, ela relata que a noção de letramento racial foi tardia. Reconhece, com isso, esse lugar de apagamento e remonta-nos às intervenções de Gonzalez (2020): “Como processo de ascensão social do negro brasileiro ocorre normalmente em termos individuais, ele passa pela lavagem cerebral do branqueamento. Ou seja, cada vez mais distanciado da comunidade negra, ele vai internalizando e reproduzindo valores ideológicos “brancos” (racismo) (...)” (GONZALEZ, 2020, p. 212). Essa citação não vem para expôr ou culpabilizar nossa protagonista, e sim para demonstrar que esse é um processo constituinte das relações estruturais do racismo no Brasil, que mais uma vez naturaliza as diferenças e oprime as individualidades.

sou uma mulher negra, retinta, mas tenho dito às pessoas e eu tenho me visto como negra retinta né, há pouco tempo. Porque né, desde o nascimento, nasci como uma mulher parda, embora, né de uma família de negros retintos, isso não tá dado né numa estrutura onde o tom da pele determina, né possibilidades e impossibilidades, então nascer pardo, em muitos momentos, me dava um lugar que não é o que me dá hoje como negra retinta.(...) Mas quando estava no Rio, na cidade, **eu fazia questão de dizer que eu era uma menina parda. Alisava o cabelo**, o tempo inteiro tentando ali salvaguardar alguma coisa de uma branquitude né?! Hoje eu falo de uma branquitude, mas que pra mim...faz sentido, né? Sofrendo todas as mazelas de um racismo né..que é que tá sempre ali. (MALAWI) (grifo nosso)

Assim como Nigéria, Malawi partilhou suas escrevivências e narrou esse processo, em que, hoje, reconhece a tamanha violência à qual ficou exposta: a violência de não poder ser, que envolve a busca constante em se aproximar do lugar ascendente da hierarquia racial e social. Destacamos o fragmento em que ela relata do cabelo, e da possível passeabilidade que mudar a textura do cabelo pode promover, trazendo certo *status e* perfazendo, exatamente, a reprodução das tecnologias do racismo estrutural e institucional. Em muitos espaços de discussão sobre mulheres negras, a expressão do cabelo é senão uma dos grandes aportes da luta antirracista. Salientamos que não tomamos qualquer partido quanto aos tratamentos estéticos, abordamos, somente, a proeminência que o cabelo atravessa mulheres negras. Condição esta que se aproxima da construção de auto imagem na qual reverbera a saúde mental de meninas e mulheres negras.

Se o cabelo e, sua variabilidade, na ótica racista, é sinônimo de estigma em relação à população negra, há uma tendência dos profissionais em resolver a questão pela modificação da aparência, “melhorando a textura”, o aspecto, principalmente das meninas ou indicando corte muito curto e/ou careca para os meninos. Essa ação traz embutida uma ideia de assepsia, de higiene, que pode melhorar sua aceitação. (EURICO, 2020, p. 144).

Seguindo essa análise de Eurico (2020), podemos evidenciar os atravessamentos do racismo na tomada de decisão ou/não das nossas protagonistas. Esse processo percorre “o racismo cotidiano aprisiona o *sujeito negro* em uma ordem colonial que o força a existir apenas através da presença alienante do *sujeito branco*”(KILOMBA, 2020 p. 227). Entretanto, destacamos a sensibilização de consciência racial como esse ato político em tornar-se negra, fundamenta-se nesse processo de reconhecimento coletivo, e como ambas - Nigéria e Malawi - enaltecem suas ancestralidades ao se (re)descobrirem negras. Em concordância, com Kilomba (2022):

Todo o processo alcança um estado de descolonização; isto é, internamente, não se existe mais como *a/o “Outra/o”*, mas como o eu. Somos eu, somos *sujeito*, somos quem descreve, somos quem narra, somos autoras/es e autoridade da nossa própria realidade. Assim regresso, ao início deste livro: *torna-mo-nos sujeito* (KILOMBA,

2020, p. 238).

As nossas protagonistas como *escreviventes*, tornam-se o seu eu e sendo, sujeito, existindo e resistindo, produzem potência e reproduzem a ancestralidade de luta e representação. Nas palavras de Zâmbia, ecoam-se a transmissão oral de saberes e acolhimento.

Eu tenho 31 anos, tenho 31 anos, né? Eu sou mais nova do grupo da Rede Nacional de Mulheres Negras. Já venho fazendo algumas palestras, até no portal delas, tem palestras minhas. Porque que eu já sofri preconceito e ainda sofro preconceito, porque infelizmente é algo inevitável. É algo que a gente tá aí, ainda na luta, é uma luta contínua, a gente sabe que é árdua também, mas que a gente espera um dia vencer. (ZÂMBIA)

Em suas mais diversas singularidades, nossas protagonistas compartilharam em seus relatos a paixão pela vida e o desejo de um futuro melhor para seus descendentes. Togo como orgulhosa, mãe e avó, se descreveu agraciada por “Deus e os orixás”. Defendeu ainda a reprodução dos saberes e a história dos povos negros, o que ela chamou de “nossa história” e enalteceu os negros como símbolo de resistência.

Hoje eu sou mãe, mãe de três filhos. Tive...tenho a oportunidade. Nossa! Deus e o orixás me abençoaram, porque eu sou...eu já sou avó...eu tenho seis netos maravilhosos. Então eu quero vida e saúde, para que eu possa dizer dessa história... para que eles saibam desse legado, para que eles continuem perpetuando esse conhecimento, a nossa história. E independente da religião, independente de religião, nós precisamos saber realmente as nossas origens. Isso é uma coisa que eu quero muito minha família tenha sempre esse olhar, esse cuidado e saiba se portar diante dessa sociedade, né? Não tenha porque o ser negro é um símbolo de resistência... e símbolo de resistência para esse negro que é culto, esse negro que sabe da história. Porque a nossa história é uma oralidade, elas não estão no livro. Então ela precisa ser contada e vivenciada por todos nós. (TOGO)

Esses recortes iniciais foram uma pequena parte da apresentação das nossas protagonistas à pesquisa *Saúde da mulher negra: vida, existência e resistências. O atravessamento do racismo institucional na Saúde*”, cujos objetivos e justificativas partiram em apresentar as narrativas de mulheres negras em movimento e suas vivências no SUS e suas percepções sobre o racismo institucional na saúde. A aproximação com essas protagonistas denota a eloquência de suas existências e resistências. No revigoreamento dessas vozes, Audre Lorde didaticamente ilustra “é evidente que se nós mesmas não nos definirmos por conta própria, outros nos definirão - para uso deles em detrimento nosso” (LORDE, 1984, p.54).

3.1.2 Mulheres Negras: refletindo sobre o racismo institucional na Saúde

Partindo do pressuposto dos objetivos desta composição narrativa, o capítulo anterior iniciou a exposição das escrivências das protagonistas, a partir de suas apresentações iniciais. Em suas falas, cada uma delas traçou seus percursos e trajetórias de vida, relatando experiências e interseccionalidades. Em muitas delas, tiveram suas histórias atravessadas pelo racismo.

Ao elaborarem seus relatos, identificamos dor e resignificação, quando foram questionadas sobre a ação do racismo com o seu contorno na perspectiva de saúde. O questionamento foi realizado, elencando que elas pudessem apontar elementos, com os quais poderiam indicar a incidência do racismo institucional na saúde.

Seguem, portanto, seus compartilhamentos e narrativas, expressões da opressão do racismo na saúde.

Mas assim as histórias nos consultórios da vida são muito ruins assim, são muito ruins nesse sentido né. Nesse sentido de um corpo que não merece tanto cuidado, não precisa de tanto cuidado. (NIGÉRIA)

Nigéria escancara, de imediato, o recebimento de tratamento desumanizado no que ela nomeia como “consultórios da vida”. De forma simbólica, distingue sobre o corpo que não merece tanto cuidado. Mas, qual é esse corpo, resta alguma dúvida, sobre quem seja? Assis (2018), explicita exatamente sobre quais vidas estamos falando “é possível inferir que os efeitos da construção do imaginário social criado em torno da população negra no Brasil se reproduz nos serviços de saúde. A associação entre violência, doença, crime, prostituição, “feitura” e o corpo feminino negro parece ser refletida no atendimento à saúde (ASSIS, 2018 p. 557-558).

Mas eu acho que tem vivências que são realmente muito individuais dentro desse sistema, ou histórias que vão contando né?! Eu lembro que numa das aulas para o curso técnico de agente comunitário de saúde, que eu tava falando de Racismo, né? Tinha uma senhora, ela ela disse a filha dela tinha 23 anos, ou seja essa história tinha 23 anos, ela disse que lembra como se tivesse sido naquele momento a hora em que ela estava em trabalho de parto e aí entrou o médico com anestesista, pra fazer, ela ia ter que fazer cesariana. E aí o anestesista vira para o médico, com ela alí consciente ainda total, vira para o médico. Desculpa...desculpa eu vou repetir a expressão que esse profissional usou, virou para o médico falou assim: “Ah, não acredito, buceta preta logo de manhã cedo!” Então assim... a mulher estava ali, sendo... sendo...engatilhada né! A gente fala dos gatilhos, por conta da aula que eu tava lhe dando. Gatilho para mulher se lembrar de um momento deveria ser mais sublime para a vida dela, que a filha dela tava ali nascendo, pra ela lembrar dessa

fala tão violenta...tão violenta e como se ela nem tivesse ali né?! Ele achou que eu já tava dormindo, não, Ele entrou na sala e mandou essa para o médico assim, como se ela nem tivesse ali. Então, essas marcas elas são marcas para mais de 23 anos, para mais de 30, 40, 50 sei-lá. E elas ficam mesmo, dentro do serviço e no serviço particular também, porque o racismo ele é estruturante dessa coisa toda né! (NIGÉRIA)

O depoimento de Nigéria demonstra o funcionamento da Saúde quando trata de corpos femininos negros. A violência do racismo, que aparece de forma autorizada, como bem coloca nossa protagonista. É sobre essa licença para a violência racial obstétrica, que é, sobremaneira, expressão da construção do imaginário social contaminado e estruturado no racismo. No crime sofrido pela mulher negra parturiente, o profissional de saúde de forma muito “tranquila” ofendeu, oprimiu e violentou essa usuária de saúde no seu momento de parto. Nigéria, argumentou, o quanto essas marcas iriam acompanhar essa mulher negra, haja vista que havia “para mais de 23 anos”. Inferimos que dada essa violência obstétrica e crime de racismo, as marcas a acompanharão essa mulher, mãe e negra, talvez por toda a sua vida.

O conceito sobre violência obstétrica é reconhecido como questão de saúde pública pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 2014. Através da declaração intitulada “Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde” é possível identificar que embora existam evidências de desrespeito e maus-tratos às mulheres durante a assistência ao parto, no momento não há consenso de como tais problemas possam ser medidos (OMS, 2014). Contudo, ao considerar o marcador social cor/raça, Ramos (2016) afirma que as negras são as que mais sofrem com a falta de informação sobre o aleitamento, assim como o não acompanhamento durante a gravidez. A autora relata, também, que o tempo de atendimento dispensado às mulheres negras geralmente é menor do que o atendimento a uma mulher branca. “Fatos como esse fazem com que a mulher negra, além de não ser assistida devidamente, também se sinta inibida diante do cuidado com sua saúde” (Ramos, 2016). Diante do exposto, é possível supor a existência do viés racial na atenção às mulheres negras em período gravídico puerperal, sendo necessário reconhecer o valor do recorte étnico racial para a análise dos diferenciados serviços de saúde prestados à população, como as maternidades.(ASSIS, 2018, p. 553).

As trajetórias de mulheres negras, entre lutas e obstáculos, assemelham-se e deságuam em futuros diferentes, mas, que, muitas vezes, se entrecruzam. No movimento de compartilhar essas narrativas, elas legitimam a ânsia de denúncia e constatação da violência racial na saúde. Em muitos casos, compartilham suas encruzilhadas da violência obstétrica.

Aos 19 anos, né? Eu fui mãe e sofri a violência obstétrica, eu engravidei muito cedo ainda um pouco sem experiência. Fiz todo o acompanhamento, mas aí eu tive

um problema de pré eclâmpsia, quando cheguei no hospital para ter o meu filho eles disseram que iam inibir minha gravidez. E começaram a me dar um monte de medicação que eu acho que isso não existe. Inibir uma gravidez?!...eu tava com 7 meses de gestação, eu cheguei no dia 8 de setembro de 2011. Cheguei no dia 7 de setembro no hospital e fiquei até o outro dia tomando uma série de medicações. Minha pressão altíssima, isso me levou a um quadro de infecção também. Eles poderiam ter feito uma cesariana, mas não quiseram fazer, tentaram até o último para eu ter o filho normal e ainda me cortaram até onde não devia né e até hoje eu tenho essas cicatrizes e até então eu não sabia que eu tinha sofrido violência obstétrica, eu só vim saber depois né? Porque ficou as cicatrizes que até hoje ainda me incomodam e muito. E uma segunda violência que eu sofri, eu tenho plano de saúde, foi numa clínica onde eu cheguei para fazer o exame ginecológico e eu tava sentindo um pouquinho de dor, e aí eu disse a médica “olha doutora, tá doendo um pouco”. Aí ela disse para mim “nossa, mas você é uma mulher negra tão forte saudável tá sentindo dor por que?” aí eu falei, questionei a ela “porque eu como uma mulher negra tenho que sentir a dor? A senhora acha que só as brancas que sentem dor? Eu como mulher negra não tenho o direito de sentir dor? Eu sinto na mesma medida que uma mulher branca. O que é isso?”. Eu ainda questionei ela, não voltei mais na clínica, fiz uma reclamação, liguei para o canal para o SAC fiz uma reclamação a respeito dessa profissional. Eu acho que há uma falta de qualificação enorme, voltada para área de saúde, para atenção básica das mulheres negras. Acho que falta muito né? Eu tenho problema de pressão alta, né minha pressão é emocional. Tem horas que ela está baixa e tem horas que ela tá alta. E aí o meu médico me receitou tomar captopril, e eu me recusei, e porque eu me recusei, porque uma mulher negra não pode tomar captopril é prejudicial para nossa saúde. Aí eu fui questioná-lo e ele disse “nossa o médico sou eu, não é você!” aí eu peguei questionei ele “Doutor, eu não tô questionando o senhor eu tô dizendo que para mim que sou uma mulher negra esse tipo de medicamento faz mal e o senhor pode até pesquisar isso é bom até para o senhor porque se o senhor vier a ter outras pacientes negras ela não vai usar esse tipo de medicamento que é prejudicial pra nossa saúde”. São coisas né, falha no nosso sistema de educação e eu espero que melhore né. A gente mulher negra, precisa de uma atenção voltada para gente. Todo um processo, todo um estudo. E ética né, ética profissional porque é o que falta muito nos PSF²⁸, né uma falta de ética enorme né! Aqui eu moro na comunidade Barreira do Rosário, e se você for fazer um teste, por exemplo de HIV, as agentes de saúde abrem pra saber se deu positivo ou negativo, que falta de ética é essa?! Então assim eu fico estarecida com tanta falta de ética. **Eu acho que precisa melhorar muito nosso sistema de saúde.** (ZÂMBIA) (grifo nosso)

O *SUSsurro* de Zâmbia, “eu acho que precisa melhorar muito nosso Sistema de saúde” carrega não só a denúncia das iniquidades em saúde, sobretudo, ele carrega um grito de resistência. A recusa que ela descreve, em relação à avaliação médica, não é por indocilidade, e sim por questionar se aquela era ou não a medicação mais indicada ao seu tratamento. Zâmbia argumenta dos malefícios da medicação prescrita à saúde da mulher negra

²⁸ PSF é sigla que denomina o Programa Saúde da Família que atua por meio da estratégia saúde da família -ESF que descreve equipe de saúde que atende na Unidade Básica de Saúde - UBS. Composições de atendimento do SUS. Em sua maioria as equipes contam com Agentes Comunitários de Saúde - ACS, Enfermeiras(os) que são denominados os chefes de equipe, médicos, odontólogos, técnicos de enfermagem e de saúde bucal.

e, mesmo na tentativa de silenciá-la, ela permanece obstinada a publicizar tal recomendação, “Doutor, eu não tô questionando o senhor eu tô dizendo que para mim que sou uma mulher negra esse tipo de medicamento faz mal e o senhor pode até pesquisar isso é bom até para o senhor porque se o senhor vier a ter outras pacientes negras ela não vai usar esse tipo de medicamento que é prejudicial pra nossa saúde” (ZÂMBIA). Neste excerto, além da imposição de hierarquia pela sociedade nas relações médico-paciente, branco-negro, homem-mulher, há a preocupação, por parte da protagonista, em deixar um conhecimento que vai beneficiar outras mulheres que compartilham a mesma origem. Há a consciência, colocada em prática, do que é a ancestralidade. Mais do que empatia e sororidade, é dororidade e ancestralidade, uma escrevivência partilhada e ecoada.

Nessa teia, ideologias relacionadas à inferioridade e coisificação, legado da escravidão, conformam uma imagem engessada, crônica e naturalizada da população negra numa realidade subalternizada. Essa construção dá margem ao chamado viés racial implícito, que pode se manifestar em todas as áreas da vida social, sobretudo nas instituições. Portanto, infere-se que a atenção à saúde da população brasileira, especialmente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), não está imune a tal fenômeno, já que tem refletidas em seu cotidiano as determinações político-raciais de nossa sociedade. O viés racial implícito pode ser entendido através de práticas sugestivas de discriminação e preconceito, resultante de estereótipos relativos à pessoa negra. Este seria o pavimento pelo qual o racismo institucional caminha, possibilitando desigualdades no acesso aos serviços institucionais. Ressalta-se que o racismo institucional atua de forma sutil, resultando em desigualdades não só na prestação de serviços, mas também na possibilidade de distribuição de benefícios e oportunidades aos variados grupos a partir do caráter racial (ASSIS, 2018, p. 549).

Essa condição de subalternidade é conferida e outorgada pela sociedade racista, a falta de reconhecimento da cidadania e da humanidade da pessoa negra é atrelada ao apagamento. Nesse quesito, Togo compartilha saberes e desmonstra indignação quanto ao apagamento de negras e negros nas contribuições na produção de conhecimento, nos ensinamentos e execução do cuidado e exercício de saúde retratado na história.

Primeiro que o racismo institucional na saúde, já começa dizendo que a protagonista da história foi a enfermeira Ana Nery, vamos olhar melhor aí, que tem uma mulher preta aí, aí atrás de tudo isso né? Já começa daí. Pra minha surpresa, o racismo institucional voltado para área da saúde é que a turma era por volta de 50 alunos, e quando nós fomos para a para metade do curso né, que você vai pra atuação. Então você, quando você monta a sua equipe, quando você vai para estágio, já começa que no estágio só tem uma...uma mulher preta diante de 20 né...e aí as pessoas já falam “ah vem comigo, eu eu gosto da sua cor. Eu gosto da sua cor, eu tenho eu tenho familiares, que tem, tem gente assim como você”. E o que é gente como você? É muito delicado gente como você. É você deparar frente a um cliente, que hoje não é um paciente, né? E esse cliente está necessitando de todo o cuidado e ele faz com que você se sinta o doente porque muitas vezes ele

não quer o tratamento daquela pessoa preta né! É quando você passa por situação onde faz a divisão das tarefas e a divisão mais fácil ou menos valorizada é delegada a você duvidando da sua capacidade. Isso foram momentos muito frequentes vivenciados na área da saúde, né? É o olhar as pessoas vêm quando entra para receber o plantão. É notório isso, onde as pessoas duvidam da sua capacidade... ou...ou as pessoas falam: “Olha, eu quero aquela enfermeira lá porque aquela ela é muito boa, ela faz tudo ela... é muito boa” “Qual?” “Aquele, aquela preta...aquela negra, ela é muito boa”. Então... você é sempre notada ou se você não atende ou se você é muito boa. Não é a enfermeira tal tal tal dando nomes. Não inclui-se todo mundo, você é sempre denotada, sendo muito boa...ou não sendo boa. A mulher preta é muitas vezes eu fui cúmplice que ela pode esperar, ela pode esperar porque ela é forte, ela resiste a dor. E gozado né...eu ...na minha família. Se não for na minha geração, eu acompanhei todas as mulheres no momento delas darem a luz...muitas. E todas quando elas chegavam elas poderiam esperar, porque a mulher preta ela resiste a dor. Por que que ela resiste a dor... ela não resiste a dor? Ela sente dor como uma outra mulher qualquer. E eu atuando na área da saúde eu via isso. Então as pessoas davam atendimento mais rápido, porque senão essa enfermeira aí essa barraqueira aí...ela vai fazer um horror e não era o olhar de ser a barraqueira. Era o olhar do cuidar que ela não tem que esperar ela não precisa sentir dor. Então é isso é um trabalho que tem sido muito, ainda é um trabalho feito, que você chama para a conscientização a sua equipe, que você chama para a conscientização o médico. E o olhar também de que a mulher preta na área da saúde. A mulher preta é sempre resistente, é resistente para a dor, resistente para o sexo né. Ela aguenta mais, ela gosta mais. Então isso tudo são paradigmas que não procede. E que a gente vem trabalhando, conversando isso, que a mulher ela não quer ser mais mulher, ela quer ter a sua valorização dentro do seu espaço. Não é sendo mais forte ou provando...ou provando algo para alguém né...isso não faz sentido. É, mas nós temos é vivenciado muito essa situação e isso é uma coisa que entristece, né porque você tudo tem que falar... tudo você tem que esclarecer é e realmente você acaba sendo uma pessoa que fala tudo...já sei...a encrenca foi você que arrumou, porque você sempre tem que ficar falando...falando para poder colocar as pessoas no seu devido lugar em relação de respeito, de tratamento, de olhar para com o outro né. Quer dizer, o cuidar é muito além do que se imagina. E o cuidar com essa sociedade se faz mega necessário. (TOGO)

Da efervescência da discussão sobre o racismo institucional na saúde, as informantes desta pesquisa teceram seus argumentos tangíveis, haja vista que suas experiências, ora foram acontecimentos pessoais, ora foram fatos vivenciados em seus ambientes de trabalho e de convívio social.

A sociedade brasileira, historicamente, demarca os espaços sociais não só pelas condições socioeconômicas, mas, também, a partir da aparência e da cor da pele dos sujeitos. Os efeitos dessa dinâmica sobre a população negra são perversos onde os resultados são evidenciados, direta ou indiretamente, através da observação de alguns aspectos das relações interpessoais e das relações que as instituições estabelecem com esse grupo; das condições de vida e de desenvolvimento humano, acesso aos bens e equipamentos sociais e de sua morbimortalidade. (ASSIS, 2018, p. 548)

O que Assis (2018) postula é o que de fato as protagonistas compartilharam, as barreiras de acesso não são apenas das deficiências estruturais, financeiras e de assistência

dos serviços de saúde. Aqui suas denúncias vão além e descortinam o racismo institucional na saúde, apontando seu *módus operandi*, suas técnicas de discriminação, suas estratégias de silenciamento e suas táticas de opressão.

É tão silencioso o racismo que se a gente não botar uma lente grande a gente não vê, a gente não sente, ah mais é pessimismo, tá aí aberto, daí todo mundo, não vê quem não quer. Interessante, quem em sã consciência vai preferir o que é ruim do que é bom? Algum motivo tem né. E eu acho que nós enquanto movimento, não podemos soltar a mão, muitas vezes nós estamos soltando (grifo nosso) (DAOMÉ).

Bem como Daomé nos rememora que muitas vezes o racismo na saúde passa despercebido, portanto, ele atravessa, muitas vezes, os processos de identificação, de reconhecimento de lugar social de raça e por processos de autoafirmação. E é neste intento que ele precisa ser pública e cientificamente debatido.

Infelizmente o racismo existe, e você é vítima do racismo, você não consegue um emprego e não é por nada, são por questões de estereótipos muitas vezes tem empresa que não quer uma mulher negra, eu sou pedagoga de formação, tenho especialização em educação étnico raciais e também sou especialista em educação especial inclusiva. E aí foi quando me deparei com a rede, né? E aí me ajudou no empoderamento, né? Isso também me ajudou porque hoje eu sofro com crise de ansiedade são doenças causadas justamente pelo racismo, que a gente acha que não afeta, mais afeta e muito. Hoje eu faço uso até de medicamentos para ansiedade, porque eu me tornei uma pessoa muito ansiosa e às vezes eu fico nervosa em algumas situações, né? E a rede ela tá me ajudando muito em relação a isso, né? A dar voz a outras mulheres e aí eu descobri que não sou só eu que tenho problemas, mas que outras mulheres negras também têm problemas e passam por situações semelhantes a minha. É como se a gente tivesse uma única dor, que a nossa dor fosse única. Porque quando a gente vai dando os depoimentos a gente vai vendo e outros e outras mulheres, tem também cicatrizes como a gente tem. Eu tento expandir o máximo o que eu posso a rede nacional de mulheres negras. Tento também convencer minhas amigas e outras pessoas que eu conheço a seguir na rede, a participar de reuniões e eventos, porque é fundamental a gente se empoderar, é fundamental a gente se cercar dos nossos direitos e deveres também é muito importante. Porque eu acho que antes eu sofri violência, hoje eu acredito que eu não sofro mais porque eu já me sinto preparada para encarar o problema de frente. Então, eu acho que é fundamental a rede, me ajudou e me ajuda muito. (ZÂMBIA)

Zâmbia reconhece a existência do racismo, fala com propriedade sobre isso, e a partir do momento que se movimenta como mulher negra, ressignifica as dores sofridas ao acolher e sensibilizar outras mulheres. Ela reflete sobre seu mar de afeto no qual se entrega à imensidão do acolhimento “é como se a gente tivesse uma única dor”. Seu compartilhamento aqui associa-se à fundamentação do conceito de dororidade, já discutido nos capítulos

anteriores. “Dororidade, pois, contém as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo Racismo. E essa Dor é Preta”(PIEDADE, 2017 p. 16). Nada mais do que palpável, ouvir relatos que se assemelham e que fundamentalmente são pressupostos do que viemos ao longo dessa dissertação alegando: a existência do racismo institucional na saúde.

Pensar as minhas vivências, as minhas lembranças de como usuária dos serviços de saúde, elas são muito voltadas para o serviço privado e são muito ruins, muito ruins assim. Eu não sei dizer se teria sido pior ou melhor no SUS. Porque eu acho que no SUS a gente tem carências também de outras ordens, como a questão da carência material, dos salários, da possibilidade de...de...enfim tem outras questões. Coisas que no serviço privado não acontece. Então você só tem às vezes o desejo daquele material humano, daquele ser humano em atender de maneira humanizada ou não, né...assim grosseiramente. Então eu tenho lembranças muito ruins, como esse que eu citei né, ir ao dermatologista e escutar por exemplo: “Não...tem produto bom para pele, mas eu não vou te passar porque você não tem dinheiro para comprar” não, perguntou?! e afirmou. Aí um dia esse médico tava em congresso, fui na esposa dele dermatologista também, e aí foi ela que afastou a minha roupa com a caneta, porque ela não queria muita proximidade. E aí outro dia eu me peguei pensando assim gente: “Eu tô com isso há tantos anos, eu poderia fazer alguma coisa agora”. Aí primeiro eu fiquei pensando que eu ia fazer uma folha bem grande de adesivos escrito racista e a sorrateiramente na porta do consultório e colar na porta toda. Mas eu fiquei pensando se podia dar alguma encrenca para mim. Aí eu falei assim, não, acho que vou no google né, que tem aquelas avaliações do google, acho que eu vou contar ali: “Vá...se você for branco vai ser muito bem atendido”. (NIGÉRIA)

Das experiências compartilhadas, há a violência do racismo no atendimento da saúde. Nigéria, de modo particular, revela uma de suas incursões do racismo na saúde, mesmo sendo vivenciada em um atendimento privado, não deixa de ser parte do SUS, haja vista que o sistema de saúde titulariza todo o escopo de saúde. Além disso, tal relato ratifica as discussões sobre as formatações estruturantes do racismo, que transita e é ramificado em todo bojo social. Para tanto, não referimos aqui sobre a qualificação do atendimento, e sim da diferenciação negativa, bem como suposições contaminadas a partir do espectro do racismo institucional. Nesse amalgamado de violações, Gonzalez (2020), ao retratar a mulher negra, tece descrições que se assemelham às escrevivências presentes nesta dissertação.

Acorda cedinho todos os dias. Põe a lata na fila da bica, adianta o almoço, prepara o café, acorda as crianças, lava a roupa mais pesada e desce pra ir pro emprego. Antes deixa as crianças na escola. Quando é preciso levar as crianças ao médico, acorda de madrugada. Se a gente chega no posto às sete a fila já está enorme, a gente pega número alto e só é atendida lá pro meio-dia. Então tem que ir bem cedo, né? E olha que aquela gente lá já não trata a gente muito direito não, sabe? Trata que nem cachorro. Só porque a gente é preto e pobre. Noutro dia, levei a minha mais nova lá porque estava tossindo muito, com febre e sem querer comer. A doutora nem pôs a mão nela para examinar. Ficou de longe, perguntando uma porção de coisas e sem tocar na criança. Fiquei com tanta raiva que disse pra ela que minha filha não era leprosa não. Será que a gente tem culpa de ter nascido

assim? (GONZALEZ, 2020, p. 177).

Das precariedades e desafios ao se buscar o atendimento em saúde, há as barreiras físicas, estruturais, mas, para negros e pobres, há as barreiras raciais do não acolhimento. No fragmento anterior Gonzalez (2020) exemplifica o cotidiano de milhões de brasileiros, desses milhões, a maioria negras e negros.

Em seguida, trazemos a narrativa de Nigéria, que denuncia uma discriminação explícita, envolvendo a necessidade da mesma especialidade e mesmo procedimento médicos por pacientes diferentes. Separados pelas interseccionalidades de raça e gênero, ela relata o contraste entre o tratamento dispensado a uma mulher negra e o direcionado a um homem branco.

E aí sim, eu me lembro que da precariedade do posto né? De uma forma de atendimento do tipo, dá uns gritos, falar mais alto, totalmente desnecessário, né? Mas assim uma licença. Eu como eu sou uma supervisora de estágio, eu sempre converso muito com as minhas alunas, eu falo assim: “Presta atenção, que com pessoa preta, tem uma licença para falar de um determinado jeito”. Teve uma vez, aí esse sim foi uma coisa que me marcou, que eu me lembro que eu chamei atenção das alunas. A gente recebeu pelo NASF²⁹ né, a gente recebeu duas pessoas na mesma manhã para atendimento na fisioterapia. E aí, uma era um rapaz branco que teve... que teve... parte do braço lacerado pelo cachorro dele, um pitbull, ele foi separar a briga do cachorro com outro cachorro, e o cachorro quase arrancou o dedo dele e aí ele foi para o Albert Einstein hospital de referência na zona oeste aqui no Rio, e no dia seguinte ele tava operado e ele tava vindo acho que duas semanas, porque foi o tempo da cicatrização, tirar os pontos e ele já tava encaminhado para a Clínica da família, pra poder ir para o sistema pra regular para a fisioterapia. Então ele tinha acabado de tirar os pontos. Na mesma manhã, a gente atendeu uma moça: trabalhadora, preta, obesa com...sei-lá, a mesma faixa etária, uns 30 anos, mesma faixa etária do cara, que ela estava há 9 meses com o braço quebrado. E não tinham feito nada...mentira ...tinham engessado o braço com uma fratura que não era consolidável, então, tinha que ser cirúrgico para alinhar o osso, ela estava há 9 meses no sistema com braço torto porque já tinha consolidado errado. E eu falo assim: “Gente!”. Aí era tão escancarado...porque ela foi no dia que ela caiu, ela caiu trabalhando, caiu da escada, fraturou o osso do braço e ela foi para o Albert Einstein, para o mesmo hospital. A diferença que separava a chegada deles era um pouco mais de 9 meses, sendo que os dois foram no mesmo dia para o mesmo hospital com desfechos absolutamente diferentes. E eu falei assim: “aí eu falei para as alunas, a gente avaliou um homem branco, que operou no dia seguinte e a gente avaliou uma mulher negra que nunca operou, e que tá torta, com o braço torto, porque ninguém achou que devia abrir o braço dela endireitar o osso dela, sendo que uma mulher precisa dos braços para trabalhar, porque ela era faxineira”. Então assim, esses casos, eles às vezes aparecem, quando aparece assim no

²⁹ Assim como o PSF/ESF - Programa Saúde da Família e Estratégia Saúde da Família, o NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família é uma equipe de profissionais de saúde que compõem o apoio técnico de demais disciplinas no SUS, em sua maioria os NASF's são formados por: educadores físicos, psicólogos, nutricionistas, assistentes sociais, farmacêuticos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos entre outros.

contraste, né? Chama mais atenção, porque senão fica caindo tudo na conta do serviço que é ruim: “aí o serviço que é ruim deixou a moça sem operar na na..na”. Não...o serviço não é ruim, porque o serviço operou o cara, costurou lá a mão dele no dia seguinte, o serviço foi eficiente pra ele. Aonde é que está a diferença entre os dois, né? Enfim... assim eu acho que essas diferenças no cotidiano, elas aparecem para as pessoas (NIGÉRIA).

Aqui o relato tem o tônus do terror do racismo, a paciente mulher negra que convive com a dor física de um braço quebrado, que é mais que necessário, seu instrumento de trabalho, diário, é descrita pela protagonista Nigéria, como faxineira. Ele homem branco, no qual necessitava também do atendimento, mas não necessitou da espera, foi atendido a tempo e a contento. Ela, mulher e negra, permanecerá, provavelmente, com sequelas físicas do racismo sofrido na saúde e ele segue suas sessões de fisioterapia em tempo de uma recuperação satisfatória. Esses entre outros percalços relembram que o racismo afeta para além da saúde mental, traz consequências físicas, e aqui ainda não avaliamos ou exemplificamos a letalidade desse agravo em saúde. Em seguida, Malawi promove uma explanação didática, na qual elucida o roteiro da colonização e estruturação do racismo.

Eu entendo hoje né, por conta da colonização, a estrutura ela é racista e o racismo está em todos os lugares. O que eu vejo é que muitas vezes o racismo institucional, ele é tamponado e silenciado, ele tá mascarado de várias formas e isso não nos ajuda. É isso não nos ajuda de vários pontos. Aí, posso falar institucional do ponto de vista até da formação do profissional do SUS. A academia, ela não prepara né a formação. Ela não... ela não tá preparada pra lidar com as questões, por exemplo, os cursos de graduação em saúde. Isso eu posso falar porque como eu tava ali com preceptora e a minha formação também é da saúde. A gente não aborda essa temática de racismo, as relações étnico-raciais, a gente não tem...eu tava recentemente em um evento numa instituição dentro da Fiocruz que uma médica me alertou para alguma coisa que ali eu nem tinha percebido. Ela trouxe imagens, ela falou que os livros não trazem imagem de pessoas quando vão falar de feridas, quando vão falar de lesões. Então quando, por exemplo um médico vai avaliar uma lesão, ele não tenho na imagem, por exemplo de uma de uma lesão no corpo negro, né? Então a gente tá falando isso de um racismo institucional. Dentro da academia os corpos negros, eles só servem para ser corpos dentro de anatômico é ...que são corpos que às vezes são corpos de pessoas que são indigentes, que foram corpos assassinados que não foram encontrados, esse tipo de movimento tem, mais um corpo para ser cuidado, do ponto de vista dermatológico, ele não é pensado. Então acho que são coisas que a gente precisa pensar né. E aí do lugar de enfermeira, a minha formação, eu sei que por exemplo do ponto de vista, na enfermagem, enfermeiras né graduadas o percentual ele é pequeno. Então a gente tem muito técnico de enfermagem, que são pessoas super capacitadas, não são pessoas que não tão capacitadas, mas de um modo geral, elas não estão construindo ali, acho que parou. Não estão construindo conhecimento. E a gente tem um hiato nisso, nesse sentido a gente acaba tendo um hiato que é cuidar, né? As pessoas que cuidam não sabem sobre os corpos que estão cuidando. Se a maioria dos “pensantes” não são as pessoas que são negras, elas estão construindo

conhecimento para aquele corpo, para cuidar de um corpo que não. Então isso gera de fato... do ponto de vista do SUS, o SUS tem os princípios é ser universal, integral e equânime. Mas por outro lado, a gente ainda não conseguiu é (...) Por outro lado a gente precisa manter né? O SUS ele tem os princípios da integralidade, da universalidade e Equidade, mas ao mesmo tempo, por já perceber né..que ele não conseguiu contemplar uma população que tá marginalizada nesse processo. A gente tem as políticas que é né a política de saúde integral da população negra e dos povos indígenas. Isso já diz pra gente que não, que a política do SUS não respondeu, a lei 8080, não respondeu, não deu conta de um grupo que tá marginalizado. Então nesse sentido, a gente já entendeu que, o racismo institucional tá aí. Como é que a gente vai responder? Como é que a gente vai acolher? A gente precisa garantir que os...então eu continuar aqui vamos. Se tá gravando...Então nesse sentido, a gente precisa garantir que os usuários do SUS sejam tratados de modo equânime, tratados de forma equânime, não é tratar todo mundo igual, é entender que as pessoas são diferentes e precisam ser tratadas de forma diferente, mas todas as precisam se cuidadas. Então quando eu entendo, e preciso racializar, e aí nesse sentido, o quesito raça/cor ele é importante pra a gente garantir que as políticas públicas de saúde precisam entender que as populações né, sejam elas dos povos indígenas, quilombolas são diferentes e precisam de políticas de saúde que contemplem elas, que é diferente de uma política de saúde de quem tá na cidade, numa política de saúde urbana, de quem é rural, mas que tenha uma política de saúde que precisa contemplar, que precisa ser racializada, pra gente de fato ser efetiva nas políticas públicas de saúde de modo a garantir que o racismo não seja algo que exclua o sujeito. (...) eu tava falando um pouco, do que eu acho que do racismo institucional. Eu acho que tem a questão da própria formação, né? Que não forma, a formação acadêmica, ela não prepara porque os conteúdos não abordam né as relações étnico-raciais, elas não trabalham com as diferenças de raça e etnia ela trabalha, numa perspectiva colonizadora, ela não trabalha com povos indígenas, ela não trabalha com a população negra. E aí de forma que o SUS enquanto política pública, precisou se reposicionar e daí construir a política de saúde integral da população negra e dos povos indígenas. Então por isso que eles tem né, quase que um adendo dentro do SUS e aí para garantir a equidade, o que a gente sabe que as pessoas são diferentes e portanto precisa ter o cuidado de forma diferente. Então, eu acho que aí por isso são as tentativas de estratégias no SUS, para garantir e por outro lado as pessoas que mais escrevem né sobre as políticas de saúde, não são as pessoas negras e as indígenas (MALAWI) .

Da narrativa de Malawi, fica evidenciado que o racismo institucional na saúde perpassa a formação profissional. Não há produção de materiais didáticos e ainda a chegada de profissionais negros e indígenas na área da saúde, bem como a produção de materiais, textos, trabalhos, pesquisas, entre outros que dêem essa importância é ainda incipiente. Essas adversidades ocupam um lugar de reprodução da conformação racistas, dentre as quais, Nigéria descreve a seguir.

Olha eu atuo no SUS, como supervisora de estágio. Então, eu não tenho a vivência a partir do lugar de profissional dentro do sistema né? O que seu vejo assim, eu vejo primeiro...do lado da profissional há um não lugar então assim você não é... você pode estar de jaleco, você pode estar de esteto, você pode estar do que for você não é ali reconhecido de cara como profissional da área da saúde, esse é lado

do profissional. Do lado da usuária eu diria que as pessoas, não enxergam, não levam em conta essa questão interseccional. “Não..eu não vejo cor. Eu vejo a pessoa, eu vejo ser humano.” E aí quanta coisa passa, quanta coisa passa, porque a pessoa não vê cor, quanta coisa passa porque a pessoa não vê gênero, quanta coisa passa e aí a pessoa negra que é a principal atendida dentro do SUS tem essa questão simplesmente apagada assim. Eu não posso dizer...assim contar um caso específico assim...que eu tenha vivenciado com outra pessoa... vivenciei muitos comigo mesmo né? Desde médico que não bota a mão, médica que afasta a tua roupa com a caneta, as coisas mais loucas já aconteceram. (NIGÉRIA)

Ao compartilhar seu lado usuária da saúde, Nigéria acessa episódios cotidianos de racismo institucional na saúde. Ao elencar discursos disseminados por meio “eu não vejo cor, eu vejo humano”, na verdade reflete a desumanização do indivíduo, pois, todos temos cor, gênero, idade, entre outras características singulares que constituem nossa identidade. E cada uma dessas especificidades gera elementos diferentes na trajetória e na saúde do indivíduo. Não ver cor significa não estar atendo às características particulares que aquela pessoa tem e não a concebe como um ser humano que é, trata-se de mais uma faceta do racismo. A protagonista continua, a cor e a raça, são vistas quando não existe o atendimento clínico em sua totalidade, quando ao invés de tocar a pessoa negra, o profissional “afasta a tua roupa com a caneta”. Expressões e ocorrências cotidianas, que muitas vezes, negras e negros, podem identificar com ação de racismo, ou simplesmente não. Dada a hierarquização racial, e também social, a superioridade daquele que veste o jaleco e tem como instrumento de trabalho o estetoscópio não é impugnada.

às vezes tem coisas que levam tempinho para você entender que aquilo foi uma negligência, né? Uma omissão ou simplesmente é assim mesmo, porque essas pessoas...isso é uma fala muito recorrente né “essas pessoas” aí você vai botar assim quem são “essas pessoas?”. Majoritariamente são pessoas pobres, são pessoas pretas, né? “Essas mães”. Então eu vejo assim, o que é fácil de identificar o quanto as pessoas são homogeneizadas. Então você pega, faz um bolinho. Então “são essas mulheres”, “essas mães”, “essas mãezinhas”, “essas mulheres”, “essas pessoas” e sempre se referindo muito a pobreza e a negritude, né. Em contrapartida uma coisa que aí salta até mais aos olhos, porque o racismo ele acaba muitas vezes sendo velado, mas a branquitude acaba saltando mais aos olhos as vezes, porque a condescendência, como agir “dessas pessoas”. Quando essas pessoas tem a pele clara, aí eu já muda muito isso, eu acho que culpabiliza muito menos. Encontra muita mais justificativa, é não enfrenta. Porque por exemplo, a questão de conselho tutelar e acionar o Ministério Público, quando a família é preta isso é muito, muito mais rápido. Quando a família branca faz de conta que que nem ouviu aquele negócio. Eu já fiz visita domiciliar onde a gente ouvia assim cada coisa eu saía e falava assim, e aí? Vai fazer o que com isso? “Ah não...não deve ser nada demais”. Então assim isso eu já consegui ver quando a família é preta sai descendo o sarrafo, mas quando a família branca, “não...não deve ter explicação, deve ter uma razão deve ter...a gente depois vê como resolve.” Então eu acho que a manutenção da desigualdade em saúde ela também passa muito por quem é que merece, né? Aquela história, “Quem é que merece viver e quem é que deve morrer.” (NIGÉRIA)

Esse fragmento da fala de Nigéria traduz a necessidade desse processo de percepção daquilo que foi vivido, mal atendimento? negligência? racismo institucional na saúde?. Entretanto, fica evidente, a atuação das estruturas institucionais, quando ela cita a atuação dos profissionais na vigilância dos casos de vulnerabilidade social e qual a cor dessas famílias. Nigéria de maneira célere e contundente, conseguiu estabelecer os painéis de diferenciação nos atendimentos supracitados. Ela ainda finaliza a ideia compartilhada com a denúncia para esse racismo institucional, personificado nas instituições, e *SUSsuros* “quem é que merece viver e quem é que deve morrer.”.

O enredos partilhados nas entrevistas, tratam de escrevivências de dor. as protagonistas relataram vivências pessoais, expuseram seus medos inseguranças e como num aquilombamento virtual, dororizaram seus sofrimentos silenciados em atendimentos de saúde, Malawi, compartilhou:

...quando criança eu usei tem muito serviço do SUS, né? Porque aí e aí que na verdade nem era SUS, na época era INAMPS e como meu pai trabalhava e aí tinha direito a família, as pessoas que trabalhavam e seus familiares. Então eu usei muito né, eram coisas de consulta, mas era muito, sempre foi muito precário o serviço. E aí como eu tinha a máscara branca, né, um pai que trabalhava e de ser parda. Então, eu não consigo...de criança eu não consigo lembrar de algumas ações de racismo que eu sofri. Então assim, mas como enfermeira e alguém do SUS. Eu vi muitas situações, eu gostaria de dizer situações positivas, mas se eu tivesse que dizer positivas, é com relação por exemplo a vacinação. É eu entendo que a vacinação talvez seja o método mais democrático, eu consigo enxergar o SUS, porque aí eu vejo todo mundo tem direito a vacina. Mas eu entendo também, por outro lado, eu entendo que o SUS ele não é mesmo por região. Ele não é o mesmo em bairros, territórios, ele é diferente nos territórios. Em territórios de comunidade onde a gente sabe que tem o maior número de pessoas pretas, a gente tem uma escassez de medicamentos, a gente tem uma escassez de equipe. A gente tem uma violência que permeia esse território. Então a gente tem que falar de vários tipos de racismo né, de racismo ambiental também. Então eu entendo isso assim né, do ponto de vista das minhas experiências e eu trabalhei nesses territórios. Eu trabalhei no território da Rocinha, também trabalhei no território da zona oeste, então tem muitas diferenças. As pessoas, muitas pessoas não querem trabalhar em territórios mais distante da zona sul, da zona norte, da zona oeste. Não querem trabalhar na zona oeste, não querem trabalhar na zona norte. E aí eu queria trazer do ponto de vista da saúde mental algumas experiências, que eu acho que a gente precisa falar das experiências ruins. As exitosas tudo bem, as exitosas fazem parte do processo, a gente tem que fazer o certo, o bonito, a gente tem que fazer. Acho que a gente tem que falar do errado tá! E aí o errado, a gente vai aprender também com os erros. E aí eu fico pensando assim, eu tive uma experiência muito ruim, por exemplo, em maternidade, quando eu fui professora de uma mulher negra quando ela abortou de quê aí é super difícil uma pessoa abortar e se for mulher negra é pior ainda, né? Então é de sabe... de uma violência absurda sabe, deixa lá na hora de botar o remédio, é uma coisa absurda. Na saúde mental. Também né? É por conta

do uso abusivo de substância. A gente sabe que o uso de droga, muitas vezes, é ausência de um lugar, ausência de um ser né?! Você falou eu me lembrei disso. Há uns 3 ou 4 anos atrás, eu tava no nível de estresse muito grande, tava no final mesmo do mestrado. E aí eu nem sabia que em algum momento da minha vida eu tinha tido varicela né, catapora. E aí eu abri um quadro de herpes zoster. Então fui a um hospital para me tratar, e aí eu tava com umas lesões assim, clássicas de herpes zoster. E o médico olhou rapidamente e tipo assim, não me deu a mínima, a mínima, a mínima. Mandou eu ir pra casa, e tipo assim, em qualquer outra situação, aí depois...Eu fui num outro momento, não me deu atestado, não me deu nada. Eu tive que voltar, **eu tive que trabalhar, continua trabalhando e é uma dor absurda. E não sei se alguém...quem teve sabe do que eu tô falando. Uma dor absurda e assim, não me olhou, não me tocou e muitas vezes é isso que eles fazem, né. É de uma violência muito grande e num primeiro momento a gente: “não...não é possível, né?”** A gente fica a todo tempo **não acreditando que possa ser o racismo né? Porque a gente é instruído a não acreditar que é o racismo né.** E isso é o tempo inteiro. Eu tô trazendo esse evento, mas tem outras, muitas outras coisas. Eu tô falando a nível de saúde, né! (grifo nosso) (MALAWI)

Malawi fez questão de apontar as potencialidades do SUS, em específico, a vacinação, ela descreve como algo em que realmente vê a ação democrática, o que e traduz em universalidade no SUS, no entanto, segue dizendo que mesmo frente a ação exitosa referente a imunização, há ainda muitas precariedades a serem enfrentadas e abolidas. Zâmbia também compartilhou suas escrevivências, acessou suas memórias de adolescência, seu atendimento no SUS e falou sobre os seus traumas. Revisitou lembranças negativas de seu processo de amadurecimento sexual, e discorre aqui da importância do acolhimento e atendimento na atenção básica, unidade básica de saúde e programa saúde da família, como fator preventivo de agravos de saúde, em que pese as infecções sexualmente transmissíveis - IST's.

Assim, minha infância né, sempre fui tratada aqui no posto, PSF, sempre tomei as vacinas, direitinho, tudinho. Mas assim... existe um trauma né...e é difícil superar. Minha mãe sempre me deu orientações sexuais e tudo mais, anticoncepcional essas coisas. Mas eu lembro ainda acho que na minha adolescência, acho que na minha infância não... Acho que nos meus 15 pra 16 anos eu lembro de marcar uma consulta ginecológica e eu lembro dessa marca quando a ginecologista disse: “Nossa você tão novinha 15 anos, querendo tomar anticoncepcional?!” E aí eu disse: “É doutora, eu preciso, eu tenho 15 anos, eu já tenho namorado” já namorava na época. “ E aí eu preciso porque eu não quero ter uma gravidez indesejada”. E aí ela disse: “Mas você é muito novinha, eu não vou passar um anticoncepcional para você não, vá na farmácia dá daqui do posto e pede a camisinha”. E chegando lá no posto, eu lembro como se fosse ontem, eu fui pedir a menina que fica na farmácia a camisinha, e aí ela olhou para mim e ficou rindo “Nossa você é uma menina tão nova, pra quê lhe dar camisinha”. E ela não me deu, ela não me deu e eu cheguei em casa e eu contei: “Nossa eu não recebi a camisinha”. Essa pessoa que tava lá para distribuir camisinha chegou para o meu pai, né? E relatou que eu fui buscar, né de contraceptivos que eu fui em busca da camisinha. Meu pai ficou super bravo

comigo, né? Até na época me ameaçou a me botar para fora de casa, foi... Foi marcante isso e chocante... foi... foi bastante chocante, né? Aos 19 anos eu tive mãe eu fui mãe né, mas até então aquela marca foi tão forte em mim que eu não tinha coragem de ir no posto para pedir o contraceptivo, ou seja, isso é uma marca muito forte, porque eu não tive acesso, eu fui em busca, não tive acesso, né? E poderia ocorrer algo muito pior. Tipo eu poderia hoje tem uma doença, né? Porque se eu fui em busca do contraceptivo, eles não me deram. Eu poderia ter me relacionado com qualquer outra pessoa e adquirido algumas Dst, né? É um profissional que tá ali da saúde para nos acolher e eu não fui acolhida como deveria. Eu acho que são marcas da infância que fica na gente né? Sem contar as vezes que eu fui ao posto, com a minha mãe tomar vacina e eles diziam que não tinha e quando eu virava as costas tinha uma pessoa lá tomando a vacina. Então são violências que a gente sofre que são inesquecíveis mesmo. E principalmente para nós negros que deveríamos ter acesso mesmo a esses contraceptivos, **mais infelizmente a gente vive num país que a prioridade não é pra nós que somos, infelizmente é isso ocorre.** (ZÂMBIA)

As barreiras no atendimento, sinalizadas e vivenciadas por Zâmbia são parte de um montante de iniquidades que refletem diretamente sobre a população negra. Em recorrência a essa argumentação, citamos Barreira (2022) que elucida:

Estudos mostram que a iniquidade impacta categoricamente sobre a saúde das minorias. Seu reflexo se faz presente quando falamos de maiores índices de adoecimento físico e mental, o que leva a uma pior qualidade de vida e restrição no acesso às tecnologias em saúde, o que acarreta maior vulnerabilidade dos indivíduos dessas camadas minoritárias ao risco de morrer prematuramente ou serem acometidos por doenças graves. (BARREIRA, 2022 p. 116)

Os mais vulneráveis são advindos das camadas minoritárias - leia-se minorias em direitos e não em número populacional - têm, portanto, dificuldades ou realmente não têm acesso ao atendimento em saúde. E quando há a “oferta” há, conforme o relato das protagonistas, a possibilidade dessa usuária da saúde, negra e negros, não serem ouvidos. Como dialoga Daomé, “as vezes é só isso que tá faltando , um pouquinho de escuta”:

O movimento também ele é, ele acolhe para ouvir e tem vários relatos, por exemplo, de maus-tratos na saúde né. E às vezes atendimento deixado pra depois, pessoa médicos que olha no paciente, mal olha e já faz a receita, e dá a receita, não dialoga, não tem a sensibilidade de sentar “senta aqui, conversar e dar um pouco”, **as vezes é só isso que tá faltando , um pouquinho de escuta.** Então assim, como relato, não presenciei isso, mas pessoas falam isso que às vezes preferem tomar seu chazinho em casa, do que passar pela deselegância do médico tratar como se fosse uma cadeira, uma mesa e vai embora. Chega ao cúmulo que vai fazer uma consulta que esperou meses e o médico não vai avaliar a pressão. Ou então falar que quem conversa, isso foi comigo, que quem conversa com paciente é psiquiatra. O médico me disse isso. Isso aí, isso aí já não vai conversar comigo e ele disse que quem

conversa com paciente é psiquiatra, brigamos, saí dali contrariada e tava pelo plano. Então, falta essa...eu entendo quando muitas vezes não vai para o médico, não tem, a maioria, não tô falando de todos, mas a maioria não tem sensibilidade. Não percebe que tá atendendo alguém diferente por causa da cor da pele. Mas não pelo, pela diferença de bater um papo, de saber a origem, de saber a história. Às vezes os paciente só queria isso. Sai de lá com uma receita que pode rasgar, igual eu faço quando não gosto do médico. (DAOMÉ)

Daomé, como uma mulher negra em movimento, ativa e precursora, cita o espaço que o coletivo, e no caso dela, o instituto de mulheres negras atua no acolhimento dessas escrituras. E é deste espaço que se fortalece o vigor político das mulheres em luta, ver e ouvir suas histórias, registrar e enfrentar. Destes feitos, o movimento de mulheres negras materializa que foi enfatizado por Barreira (2022) “quando vemos as histórias, percebemos que a doença afeta muito mais que órgãos e sistema do corpo, muitas vezes ela afeta a capacidade da pessoa de alcançar suas metas e aspirações. Discutir as questões que dão sentido à vida das pessoas que buscam o cuidado faz parte do cuidado centrado na pessoa” (BARREIRA, 2022 P. 141). Essas experiências impactam na saúde da mulher negra, tal questionamento é abordado por Barreira (2022) que responde:

Como isso impacta na saúde da mulher negra? Como isso impacta na narrativa da mulher negra periférica? A branquitude internalizada, chamada por Fanon de “máscara branca” traz juízos de valor raciais que subvalorizam as características negras. A gramática traz consigo o negro como uma caracterização de algo impuro. A televisão mostra corpos negros feridos pela violência. A mídia expõe homens e mulheres negras à hipersexualização. Tudo isso tem função pedagógica e constitui um currículo oculto de racismo que é apreendido e reproduzido, repetido e aperfeiçoado, sofisticado e aprofundado por meio de diversos mecanismos culturais relacionais. A população majoritária do país, por meio de mídias sociais e até mesmo da convivência neste país de tradição racista, lida diretamente com piadas e conteúdos que violam seu corpo e sua expressão sexual mais íntima, objetificando-a, e ri de seu não lugar com escárnio próprio e despudorado de uma cultura de massa que representa um modus operandi e de uma dinâmica social que não tem qualquer compromisso com a vida negra além de sua exploração, do controle e docilização de seus corpos e banalização de sua morte (BARREIRA, 2022 p. 122).

Essas narrativas corroboram e materializam as evidências do racismo institucional na saúde. A elaboração desse item primordial do texto não tratou de números ou indicadores, todavia, evidenciou de forma qualitativa e comprometida com a perspectiva dessas protagonistas, a validação dessas histórias. São relatos orais, vivências cotidianas, as escrituras de mulheres negras em movimento que ora experimentaram a violência do racismo institucional em pele, ora foram espectadoras pela tez de suas semelhantes.

3.2 Mulheres Negras: Racismo, Saúde e violências, imbricações interseccionais

“...Profere-se tanto sobre centrar o cuidado na pessoa e, ao mesmo tempo, pouco ou nada se vê sobre centrar o cuidado nas narrativas das mulheres negras que atendemos todos os dias. Se não conseguimos centrar o cuidado de uma mulher negra, em especial, periférica, levando em consideração suas narrativas, trajetórias, sofrimentos, histórias e adoecimentos, como podemos dizer que prestamos um cuidado integral, equânime e continuado dessas mulheres(...)”

(Gabriela Pereira Barreira)

Escrever sobre essa existência e resistência produz história, produz narrativas. A latência do contar, resgatar, compartilhar, se faz num cenário de busca por equidade. Reverenciando a potência dessas protagonistas, mulheres negras em movimento, ressaltamos nesta análise seus enfrentamentos. A partir de suas falas, suas produções de coletividade, é possível enunciar o racismo como uma barreira de acesso ao atendimento em saúde, todavia, acolher essas histórias é enaltecer os feitos que o movimento negro, em especial o movimento de mulheres negras, à elaboração de estratégias de enfrentamento das violências e violações cotidianas. Tal qual nos agracia Dra. Carolina Maria de Jesus, que a partir do seu cotidiano, disputa narrativas literárias e denuncia suas vivências e realidades de opressão e de forma corajosa publicizou ao cânone as mazelas de uma preta, pobre e favelada:

As quatro horas comecei a escrever. Quando eu desperto custo a adormecer. Fico pensando na vida atribulada e pensando nas palavras de Frei Luiz que nos diz para sermos humildes. Penso: se o Frei Luiz fosse casado e tivesse filhos e ganhasse salário mínimo, aí eu queria ver se o Frei Luiz era humilde. Diz que Deus dá valor só aos que sofrem com resignação. Se o Frei visse os seus filhos comendo gêneros deteriorados, comidos pelos corvos e ratos, havia de revoltar-se, porque a revolta surge das agruras. (JESUS, 2020 p. 85-86)

Da revolta partilhada por Dra. Carolina Maria de Jesus, mulheres negras, em suas muitas interseccionalidades partilham luta. É dessas batalhas que os avanços sinalizados na atenção à saúde foram operacionalizados. Entretanto, outros ainda são galgados, e Malawi sobreleva essa denúncia.

Por isso que precisa ter uma política que garanta que a população né, os intelectuais negros e indígenas, possam escrever por, sobre essa população, não é exclusivo, mas que a gente pode escrever, aí eu acho que a expressão “nada sobre nós sem nós”, ela é extremamente importante e precisa ser aplicada por nós. **Nós**

precisamos escrever sobre nós e falar sobre nós, porque, claro, não tô aqui negando estudos etnográficos, mas que nós possamos também falar sobre nós. Acho que pra gente poder dirimir esse racismo institucional que tá dado, tá colocado. Então a gente precisa, eu entendo que, tanto como enfermeira como usuária do SUS, eu entendo que a gente precisa pensar sobre essa perspectiva sabe? Eu acho que... ele existe...negar o racismo, quando a gente não utiliza o quesito raça/cor, isso é como se fosse uma política de a gente achar que todo mundo é igual, não existe democracia racial no Brasil, não existe! Então quando a gente nega isso a gente impede as possibilidades de fato de trabalhar com equidade. A gente precisa garantir que sejam atendidos, né? Mas de forma equânime. (MALAWI)

A protagonista Malawi destaca “precisamos escrever sobre nós e falar sobre nós”. Ela descreve de fato esse apagamento da produção e valorização dos intelectuais negros e indígenas e destaca outro fator de extrema importância na produção de dados e especificações da realidade das populações, a utilização do quesito raça/cor. Malawi afirma que não existe democracia racial, e se refere a esse mito, a negação do racismo e da desigualdade racial no Brasil. Ela clama por equidade, e confere que mais produções negras poderiam difundir melhorias quando tratamos do racismo institucional. Da invisibilização de produções negras, Ribeiro (2019) elabora a seguinte reflexão: “Os sinais de apagamento da produção negra são evidentes. É raro que as bibliografias dos cursos indiquem mulheres ou pessoas negras; mais raro ainda é que indiquem a produção de mulheres negras, cujo debate universitário e intelectual é extremamente apagado” (RIBEIRO, 2019, p. 63).

Que eu não tinha me feito sozinha, né! Então assim eu acho que foi a partir e aí eu tô falando de 2007, tô falando de ontem, né? Então eu digo que muitas das vivências que eu tive que hoje eu reconheço como racismo e não racismo apenas que vieram dos outros, racismo que eu em mim infligi também, né! Situações em que eu me, eu estava lá cooptada com aquilo tudo por total desconhecimento e dessa...desse atravessamento né? Que que a gente sofre, então eu demorei bastante, eu acho que eu demorei muito assim, eu hoje não converso com as pessoas da minha idade. A gente fica assim, caramba, se a gente soubesse hoje que a gente...se a gente soubesse há 30 anos o que a gente sabe hoje, quanta dor teria sido evitada. Mas enfim, cada coisa no seu tempo, né? (NIGÉRIA)

Nas palavras de Nigéria, esse apagamento resultou em desconhecimento, quando ela traduz suas vivências e se espanta. A protagonista reconhece que esteve engolida por esse racismo que se encapuzava de irreabilidade, numa distância “segura” dela. No entanto, esse mito atravessou sua constituição de sujeito, dada a invisibilidade de textos e produção de história negras, retardou seu processo de letramento racial e consciência de raça. Já exemplificamos aqui que esses termos, raça, diferença, foram elaborados pela branquitude que racializou o discurso e estabeleceu os regramentos. Todavia, o movimento negro se apropriou e ressignificou, e continua, enquanto o dinamismo da sociedade, se atualizando e

modificando estruturas conceituais, a fim de, manter a luta por equidade viva. Desta forma, faz-se necessário admitir a existência dessa estrutura racista, bem como outros estruturantes da conjuntura social: o machismo, a violência de gênero, a LGBTfobia entre outras formas de opressões. Nigéria completa a sua linha de raciocínio e expõe abertamente:

(...) sobre essa questão da possibilidade da mulher negra avançar no mundo do trabalho e até academicamente tem essa dupla... esse duplo atravessamento, né que é ser mulher e ser negra. (NIGÉRIA)

Nigéria resume de modo enfático o cerne do conceito de interseccionalidade, descrito por Akotirene (2020), sob a influência de autoras como Lélia Gonzalez (2020). Um cenário de atravessamentos, opressões e violências, parece repetitivo, que de fato é, se repete dia a dia na vida de mulheres negras por todo o Brasil. E mesmo de forma repetida, é paulatinamente desalumiado. Haja vista que não há como enfrentar o que não existe, o cenário nebuloso desses mitos, incapacita as políticas públicas e produz mais intolerância e violência. Barreira propõe refletir que:

Raça e gênero são dois marcadores que afetam mais as mulheres negras do que outros grupos, quando vistos da ótica de sua exclusão afetiva-sócio-cultural. Em síntese, racismo e sexismo são ideologias e práticas socioculturais que moldam as preferências afetivas, ganhando materialidade no corpo racializado e sexualizado, colaborando, especialmente, para a “solidão” de alguns segmentos de mulheres negras (BARREIRA, 2022 p. 123).

Diante dessas encruzilhadas interseccionais, a raça carrega consigo uma história de escravização e genocídio, algo que foi “reconhecido” como violação dos direitos humanos, mas que ainda permence sem a ação de reparações integrais efetivas, é deste hiato que Togo traz suas indagações e imputações.

Único povo que não teve uma infraestrutura foi justamente o negro né...e foi que foi justamente...como fala ...que foi assim que não teve o respaldo. Todos...todos os povos que vieram para dentro do Brasil eles tiveram respaldo para terra, tem respaldo para família, então, eu também aprendi que o único povo que não teve esse respaldo foi justamente o povo preto né? Tudo é na raça, tudo é na conquista, tudo é provado...é provado de quem é, tem que se provar que é bom no que faz. Não é?! Então eu tô nessa luta, né? E nessa luta não é a luta de política, porque nós já somos políticos. E nós somos políticos de saber atuar, saber falar, saber conquistar né. Deixar um legado de um povo que já tem inteligência, capacidade. Então eu faço questão de me colocar desta forma, hoje administradora, articuladora social atuante, principalmente na periferia, pra que saibam a valorização...a valorização que você deve falar, você não deve se omitir... você precisa saber quais

são os seus valores... e aonde você deve e pode atuar. (TOGO)

Togo, como protagonista, realmente protagoniza um movimento de mudança na periferia na qual atua. Ao enunciar esse cenário da história do povo negro, ela invoca a valorização da luta e da ação política, em suas palavras, “do povo preto”. É dessa existência, e resistência que a produção dessas mulheres em movimento que mudanças vem sendo provocadas e tensionadas nos espaços sociais. Do movimento nasce conhecimento e reconhecimento, a identificação produz autonomia e a formação de outras mulheres que passarão adiante seus ensinamentos. Daomé descreve esse processo como uma escrevivência:

Esse “Não tenha medo” ele valeu pra mim com as meninas. Me fazer respeitar, seguir a mulher que sou hoje. Tive vários trabalhos né, e nunca tive medo e valeu até na minha profissão. Porque se é meu eu quero. Se é meu, eu vou buscar, eu vou tomar pra mim. E depois ensinar as crianças “ah fulano, quer que falar tal coisa”, porque ele ou ela não vem falar. Então eu comecei a militância na escola, os alunos que passou por mim sabe disso seja branco, seja negro, vem falar, vem aprender a ter voz, vem aprender a falar. E assim foi né? Na medida do possível, passei por algumas cidades aí. Assim, muitas vezes, ninguém notava. Eu tava sendo discriminada porque eu me achava. Se eu vou falar, se eu vou para cima. Eu não meu espaço aberto. E isso quem me conhece sabe. Eu nunca deixei de ensinar isso, “É tua vez, vai”. Acho que você chegou a entender né. E a vida, nos leva por caminhos mil, e pessoas quer puxar o tapete. Você finge que não vê, dá o suporte para poder puxar mais forte. E assim foi muito por que não precisava... eu não podia ser diferente, eu não podia. Porque se eu fosse diferente, eu não tava aqui mais. Não falando de você como uma mulher negra que fez alguma coisa pelo negro. Eu teria recuado a minha insignificância faz tempo. No entanto, hoje a gente vê coisas que você começou, seguindo em frente. E ainda bem né, alguma coisa ficou, alguma coisa aprenderam. Ou é da própria natureza.(DAOMÉ)

Na mão das disputas discursivas, Daomé traz o processo de continuidade, que ela percebe a partir de suas vivências, ao tratar “hoje a gente vê coisas que você começou seguindo em frente”. Esse processo de persistência e articulação política objetivaram muitas das conquistas e avanços constitucionais se operaram a partir desse movimento de continuidade. Como exemplificamos a proposta de Política Nacional de Saúde da População Negra:

Os compromissos assumidos pelo governo federal em âmbito internacional pela promoção da igualdade e da equidade racial tiveram seus reflexos no campo da saúde. Nos últimos anos, esse tem sido um tema crescentemente trabalhado no âmbito do Ministério da Saúde. No entanto, representou um marco nesse processo o fato de que, em outubro de 2006, durante o II Seminário Nacional de Saúde da População Negra, o então ministro da Saúde, Agenor Álvares, reconheceu a ineficácia do Sistema Único de Saúde (SUS) em prestar atendimento adequado a uma parcela significativa da população por motivação racial. Em resposta a essa problemática, o Ministério da Saúde (MS), sob a liderança da Secretaria de Gestão

Estratégica e Participativa (Sgep), elaborou a Política Nacional de Saúde da População Negra, aprovada, em novembro de 2006, pelo Conselho Nacional de Saúde (SILVA, et al, 2009 p. 149).

A PNSIPN elaborada e aprovada no ano de 2006, foi atualizada no ano de 2009, todavia, outros movimentos como a fiscalização, monitoramento e avaliação, são espectros que não se operam como compulsórios. Caberia talvez uma pesquisa apenas sobre a aplicabilidade desta política de saúde na extensão do Brasil, como hipótese, talvez, a refutar o conhecimento desse arcabouço legal entre os profissionais de saúde, ou ainda, a realização do ensino acadêmico que e demande o aprendizado dessa entre outras legislações de saúde e programas, que contemple a saúde da população negra. No entanto, é importante salientar que a PNSIPN indica de onde viemos, resta a organização para acompanhar e objetivar para onde iremos. Neste íterim de direitos e saberes, o acesso à informação e a formação é uma das preocupações de nossas protagonistas, destaque para Nigéria que durante seu relato, faz apelações para a educação permanente.

Eu me lembro que o trabalho do mestrado. As pessoas que eu entrevistei. Como era numa comunidade pobre aqui do Rio de Janeiro, a Cidade de Deus, os idosos e as idosas que eu entrevistei, todos eles eram pobres e 90% eram negros e negras. E a história deles dentro dos serviços de saúde eram...eram histórias assim de muito abandono. Aquela instituição era uma instituição que cuidava, mas fora dali o relato era de que o cuidado não se fazia presente. Era só mais uma pessoa, era só mais uma pessoa. Hoje na estratégia saúde da família, que é onde eu consigo enxergar o cuidado no SUS. Eu vejo muita possibilidade de cuidado, particularmente. Eu acho que tem um agente, até fazendo um duplo sentido com a palavra agente, eu acho que tem uma atriz importantíssima na estratégia que é a agente comunitária de saúde. Então eu acho que o fato de ser de maioria pobre e negra, porque são moradoras ali da comunidade, faz uma interferência nesse cuidado. Embora também com muitas falas culpabilizantes, com muitas falas preconceituosas, porque **essa também é a formação, a gente não tem educação permanente em saúde desconstruindo esses estereótipos, não tem, tá lá em todos os documentos, educação permanente em saúde, como se fosse uma sigla que o fato de você botar resolve tudo, mas não faz, não faz**, educação permanente em saúde pra dizer assim ó: “Não vai chamar o cara de viado, não vai dizer que o cara é uma mulherzinha”, não vai...é uma pessoa LGBT e você vai aprender o que que é o L...o que é o B, não acontece isso né! Então às vezes quando há uma proximidade com as ACS³⁰. Eu até vou tentando fazer um pouco disso conversando: “ah! mas você não acha...” é mais isso é pontual não é estrutural. Então eu vejo que se há..., eu também sou professora de um curso técnico de agente comunitário de saúde, a gente tem esse curso técnico lá no instituto, e assim eu sou a única professora que fala contundentemente sobre o racismo. Porque são e eu vejo que não existe esse letramento na maioria algumas,

³⁰ ACS - Agente Comunitário de Saúde - profissionais de nível médio que atuam nas equipes da Estratégia Saúde da Família, nas Unidades Básicas de Saúde - UBS no SUS.

maravilhosas sim falam do racismo, mas a grande maioria não e aí quando você fala assim: “O vírus não atingiu igualmente” “Ah! atingiu sim!”. Não...mas não sou eu que tô dizendo, vamo...vamo observar... vamo avaliar. E aí tem horas que você tem que partir assim meio que pra grosseria “Olha essa turma?!”. Quando você tá na reunião de equipe, qual é a cor do médico da sua equipe, qual é a cor da enfermeira da sua equipe? Com raras exceções. Qual a cor do dentista da equipe? Com raras exceções vai ser uma pessoa preta, com o raríssimas exceções vai ser uma preta retinta. Mas, olha a cor das agentes comunitárias de saúde? Como que a gente diz que isso não faz diferença? Quem foi que ganhou EPI [equipamentos de proteção individual] na hora da pandemia? Quem não ganhou EPI? Então assim, eu acho que a formação, embora eu não possa falar, ter lembranças específicas de experiências de racismo, do racismo institucional, para além dos números, né? Porque podia falar os números tal...os números demonstram, mas você vê ali? ao vivo acontecendo? não tenho essa lembrança assim, agora. Mas, é... a necessidade de reconstrução de todos esses estereótipos, ela é gritante.... Ela é gritante! (grifo nosso) (NIGÉRIA)

A protagonista, profissional da área de enfermagem, chama atenção para um dos profissionais chave no modelo de atenção adotado pela Atenção Básica, a/o agente comunitário de saúde. Ela descreve todavia, a necessidade de formação humanizada e ainda a educação permanente em saúde. Nigéria denuncia em enunciado, tamanha a discriminação entre os profissionais da equipe e notifica a parcialidade da dispensação dos equipamentos de proteção individual (EPI) que nas *SUSpeitas* apresentadas por ela, não acessou de forma igualitária toda a equipe. E a pandemia se soma a outras narrativas, Togo enumerou:

Eu me recordo justamente, na pandemia sim...onde nós...todo mundo muito desesperado, porque ninguém queria...nossa! saber imaginar de estar com covid. E no...eu fui até o SUS, eu fui para poder...enfim...eu fui para saber, fazer exames, pra gente, por mal estar, por não estar legal e lá para a minha surpresa. Eu já ouvi que... e eu achei isso bem marcante sim...eu posso considerar que é um recorte racial de dizer que **a pandemia chegou nos pobres. Que a pandemia chegou principalmente nos pretos que são, que é a maioria e aí a desgraça taria feita.** E antes mesmo de eu fazer o teste né...e na hora que eu levantei a pessoa fez assim, ó dizendo: “ viuolha aí...”. Então isso é uma coisa muito desagradável, muita falta de ética e postura principalmente de um profissional da Saúde. Que o profissional tá ali, o profissional da Saúde ele literalmente ele não vê a pessoa ele vê a causa. E quando ele não vê a pessoa então ele não é um profissional. Então ele não sabe, nem o que é que ele está fazendo ali. E isso foi uma forma muito degradante (...) (grifo nosso) (TOGO).

Ao compartilhar sua experiência de atendimento durante a pandemia, podemos verificar o cenário de destruição e morte que foi provocado pelo vírus da covid-19, impulsionado pela epidemia de negacionismo disseminada no país, também, por meio do uso de *fake news*. Não se tratando do objetivo central do trabalho a situação da pandemia no

Brasil remontou cenários de racismo institucional e falências na assistência em saúde principalmente da população negra:

A Covid-19 – doença causada pelo coronavírus - tem sido um desafio para países que apresentam profundas desigualdades sociais e econômicas entre os segmentos da população. No Brasil, em que pese à ausência das informações desagregadas por raça ou etnia ou que quando coletadas apresentam um preenchimento precário, sabe-se que negras e negros irão sofrer mais severamente os impactos da pandemia e seus vários desfechos negativos. (...) Em suma, para população negra, o cenário da pandemia se vincula às condições desiguais determinadas pelo racismo estrutural e institucional, visto que ela tem menos acesso aos serviços de saúde e está em maior proporção entre as populações vulneráveis, que secularmente vivenciam a ausência do Estado em seus territórios. A pandemia desnuda o quanto o Brasil é um país desigual e quão pouco avançou na superação do racismo, sendo necessário o seu enfrentamento para frear a expansão da pandemia no país. (PEREIRA et. al, 2020 p. 146/153)

Esses fatores traduzidos em estudos recentes e produção de pesquisa, fiscalização do movimento negro entre outras ações de tensionamento que confirmam: “A pandemia do coronavírus no Brasil ressalta a desigualdade ao acesso de condições de saúde da população negra, marcadas pela manutenção do racismo estrutural e urge a necessidade de enfrentá-lo, afim de mitigar tais iniquidades” (PEREIRA et. al, 2020 p. 156). Desta forma, atenção em saúde sofre atravessamentos do racismo e para além de adoecimentos, ele é a causa de morte, como foi de sobremaneira durante a pandemia do coronavírus.

E se tratando de morte, uma de nossas protagonistas rememora como o racismo é também a causa das mortes violentas. Nigéria, destaca em um dos seus depoimentos as suas percepções sobre a dúvida sobre as vidas negras a partir do cenários de mobilização das pessoas sobre o movimento mundial “Vidas negras importam” (*Black lives Matter*), no qual ela destaca:

É a branquitude intercepta né! É curioso porque hoje cedo eu tava lendo, foi por isso também que eu me perdi um pouco na hora, eu tava lendo um livro e aí uns dos capítulos é de uma mulher branca, o livro é todo escrito por professores e professoras estadunidenses negros com exceção dessa... dessa professora. E aí ela é a única branca ali do rolê do livro. Ela fala assim que na época do *Black lives Matter*, na época do...pouco de né do da morte do George Floyd, ela participou de um desses protestos lá e sempre tinha alguém para passar gritando todas as vidas importam. *All lives Matter*. E ela tava falando assim gente: “Todas as vidas importam, é verdade, só que as vidas brancas ninguém coloca em dúvida, se importa ou se não importa, as dúvidas, a dúvida é se as vidas pretas importam, então é isso que está sendo afirmado”. Porque as outras vidas né, a vida indígena importa tem que lembrar, que o pessoal esquece, que a vida indígena importa e por

aí vai. Então as vidas que sempre importaram a gente não precisa ficar lembrando, deixa de bobagem. E aí sim... esse livro e essas leituras né? Que eu acabo, tô fazendo agora, também por conta do doutorado, vão dando muitos *insights*. (NIGÉRIA)

Para além da morte, as vidas negras devem importar para a vida, entre as protagonistas, sendo mulheres em movimento estão a todo momento cuidando da vida, defendendo as vidas negras e sugerindo melhores qualidades em diferentes aspectos do viver. Diante de cenários drásticos de dor e morte, ocasionados pelo racismo, tratamos de ovacionar as escrevivências literárias de Evaristo (2016) que de forma poética aborda as temáticas desses fragmentos, “ Eu sei que não morrer, nem sempre, é viver. Deve haver outros caminhos, saídas mais amenas. Meu filho dorme. Lá fora a sonata seca continua explodindo balas. Neste momento, corpos caídos no chão, devem estar esvaindo em sangue. Eu aqui escrevo e relembro um verso que li um dia. “Escrever é uma maneira de sangrar”. Acrescento: e de muito sangrar, muito e muito...(EVARISTO, 2016 p. 109).

A gente sabe que o ser negro não é uma coisa fácil, porque você sabe que pra ter afeto, não tem emprego, não é...é um monte de coisa que tá colocado num ser negro, ser um homem ou ser uma mulher negra na nossa sociedade onde ela...onde ser negro você tá excluído de várias coisas. Então, isso também tem que ser colocado tá? Então a saúde mental dessa pessoa vai estar em xeque a todo momento, desde o nascimento até a sua morte, até o seu envelhecimento. E aí experiências das mais difíceis. Do cabelo crespo, é de querer cortar cabelo crespo, de ser contido, porque é um corpo preto, e o corpo preto é um corpo violento “não... esse corpo aí...esse é violento”. Vamo conter, vamo medicar mais então são essas as experiências que eu tenho, que eu posso dizer que não são exitosas. O exercício que a gente faz é de colocar o nosso corpo, né? Porque aí é um corpo...e aí a minha máscara branca, de ser uma mulher negra, mas eu sou uma mulher formada. Eu sou uma mulher negra mestre, aí tem um lugar que me dá um lugar, né? Que academia reconhece, que aí eu vou conseguindo algumas poucas possibilidades, que vão garantindo um lugar de voz e aí um certo respeito ao meu procedimento. Aí eu deixo de ser apenas uma enfermeira, passo a ser uma enfermeira, uma enfermeira mestre e aí as pessoas vão respeitar pela minha titulação. Então eu sinto que as pessoas, hoje né, quando eu chego em determinado espaço “ não é doutoranda”, então desse lugar as pessoas vão me dando mais credibilidade. E também descredibilidade, porque isso não foi sem sofrimento. Então, em alguns momentos os meus erros passam a ser erros muito maiores. Né, nossa, eu errar é como se fosse alguma coisa impossível, “não pode errar”. Eu já entendi é isso e a gente tem que trabalhar isso, a terapia, a gente gasta também com a terapia. Eu posso errar sim! E as vezes não são tão erros grandiosos, não é erro de ética de cuidado, são erros menores, mas isso passa a ter uma dimensão muito grande. Inclusive até, de em alguns momentos, a equipe te questionar. Tipo assim, você não me representa né?! Você não pode me representar. Porque você é uma

mulher, e é mulher preta. Então a equipe de enfermagem faz muito isso. É eu escolho quem me representa, por quê? Porque se você é uma mulher negra, eu não quero que você me represente. **Então essas coisas a gente tem que lidar o tempo inteiro, porque o racismo tá colocado.** Então são essas experiências que eu queria, que eu posso dizer que eu posso deixar aqui, não são exitosas, mas pra mim hoje, eu reconheço até que são exitosas, porque me deram um movimento me fizeram sair de um lugar para procurar outros lugares e hoje eu acho que nesse sentido eu me sinto exitosa. Mas a hora que você vai vivenciando isso, isso é muito difícil, isso é muito doloroso. Mas eu acho que também aprendi que a metáfora que eu tenho vivido muito é que: “Uma pérola se faz pelo ferimento da ostra, né?” Então eu acho que a gente... Eu tô me sentindo uma pérola no momento. Acho que é isso! (MALAWI)

Assim como o fragmento de Conceição Evaristo remonta um cenário de dor e resiliência, a protagonista Malawi compartilha seus obstáculos, mas de forma poética reconstitui, ao se reconhecer como uma pérola, uma preciosidade que é resultado de ferimento. Não é nosso objetivo romantizar a dor - ou o “sangramento”, como disse Evaristo (2016) - mas, de fato, acolher o olhar de resignificação que as mulheres negras empreendem. Essa ação empreendedora suplanta o caráter individual e causa afetação entre seus pares, contagiando outras mulheres negras a se movimentarem no processo de difusão das escrituras. Constituindo-se, portanto, como bojo coletivo que se retroalimenta e fomenta o aquilombamento de outras mulheres durante o processo que é contínuo.

Agradeço muito a oportunidade assim de tá aqui né, dividindo com você um pouco dessa vivência, dessa minha vivência, que vai ser a sua escritura Compartilhando um pouco com uma outra mulher negra. A gente precisa aquilombar, porque as nossas experiências por mais distante que a gente esteja, elas são muito próximas. E que assim, a nossa ancestralidade tem nos convocado a isso sabe. E dizer para você... muito sucesso. Não tenho dúvidas, a gente precisa de trabalhos como o seu. Eu recebi uma orientação ancestral e vou compartilhar com você, você falou da velha, eu recebi uma orientação da velha que “o nosso sorriso é quem nos cuida, é quem cuida da gente, é que trata a gente, que nos cura”. Então, que você possa sorrir mais, que você se abraçe mais, que você possa se abraçar. Sabe, nos momentos que estiver muito difícil, se abraçe. Também sorria mais para você, porque a vida quer que a gente chore né? (MALAWI)

Desse aquilombamento, a partilha e o cuidado ultrapassa o *status* da pesquisa e afeta carinhosamente polinizando e convocando outras mulheres a se cuidarem, respeitarem seus espaços, seu tempo e suas vivências. No reconhecimento mútuo, uma poesia “só há revolução quando há amor por nós mesmas” (LEÃO, 2017 p. 21). Malawi acessou as suas escrituras que transcenderam o encontro virtual da entrevista, convidou a aquilombar e acolheu, numa chama a consciência pautada numa certeza, bem como Leão (2017);

Eu tenho certeza que passei anos tentando salvar quem me cercava, para não ter que deparar comigo mesma. é triste saber que me ocupava a qualquer custo para não me olhar, porque hoje amo contemplar a mulher que sou. Pensaram ter me destruído, mas eu voltei todas as vezes. É essa a mágica de amar a si mesma: você aprende a celebrar seus fins e começos e a insegurança aos poucos se desfaz. você descobre que é imensa. (...) (LEÃO, 2017, p. 59)

Ressignificar suas potências e praticar o auto amor, acolher-se em seus devaneios e respeitar o seu tempo. Mulheres negras em movimento reiteram o cuidado com o outro, a preocupação com os dias que virão. Mesmo diante de todo esse amontoado de interseccionalidades, Malawi ecoou a carência desse lugar de subjetividades e de afeto, que é tão negado às mulheres negras. Trazer o afeto é buscar na ancestralidade e a coragem, tão fortemente aguerrida nas mulheres negras, entre elas, as mães, avós, tias, irmãs, mulheres que em nosso entorno transbordaram saberes e amor.

Abracei a mãe, encostei meu rosto no dela e pedi proteção. Senti as lágrimas delas se misturarem às minhas. Hoje, quando já alcancei a cor dos olhos de minha mãe, tento descobrir a cor dos olhos de minha filha. Faço a brincadeira em que os olhos de uma se tornam o espelho para os olhos da outra. E um dia desses me surpreendi com o gesto de minha menina. Quando nós duas estávamos nesse doce jogo, ela tocou suavemente no meu rosto, me contemplando intensamente. E, enquanto jogava o olhar dela no meu, perguntou baixinho, mas tão baixinho, como se fosse uma pergunta para ela mesma, ou como estivesse buscando e encontrando a revelação de um mistério ou de um grande segredo. Eu escutei quando, sussurrando, minha filha falou: - Mãe, qual é a cor tão úmida de seus olhos? (EVARISTO, 2016, p. 19)

Evaristo (2016) descreve o amor e o afeto ancestral, contidos no reconhecimento do cuidado e carinho, que leva à perpetuação de um laço fraterno e amoroso. Para este trabalho, esse laço afetivo acontece na formatação dos movimento de mulheres negras, que se acolhem, se cuidam e promovem transposições. Desse processo de acolhimento, elencamos Togo, que nos agracia com a sua potência ativista que busca enaltecer a beleza da mulher preta. Sua narrativa descreve sua ação de movimento, mas reflete seu papel articulador e seu vigor militante.

...eu faço parte do coletivo “Espelho, espelho meu”, que esse coletivo, ele vem valorizar a transição capilar o reconhecimento do papel da mulher preta na sociedade, onde ela busca não... “ah eu quero trabalhar...eu quero mandar.” não ela quer desenvolver as suas habilidades de saber quanto ela pode ser e ter melhor para os seus para sua família. Eu faço parte também de uma sociedade da mulher guerreira. Essa sociedade ela...ela dita as regras e justamente de saber como a

mulher é na política e como faz falta de uma mulher na política. Como... quais são os destinos das inúmeras ementas, né quais são nossos direitos, é então tem inúmeras oficinas e eu faço parte dessa sociedade justamente trazendo a minhas as minhas experiências sempre que eu posso eu também aplico oficina e é justamente para o povo preto. Para que eles saibam qual é o seu lugar na fila do pão e a fila é aonde nós quisermos, é aonde nós imaginarmos né. É diz...e é verdade, é um ditado Africano “que quando a mulher preta se mexe toda uma sociedade se movimenta também” (TOGO).

E no tear da escrita é compulsório que ela precise de um arremate, na elaboração artesanal dessa pesquisa, e na evocação dessas vozes na elaboração da redação, deu-se o desafio de encerrar cada encontro. Para tanto, o fomento foi elaborado em solicitar que as protagonistas pudessem realizar suas considerações finais diante do encontro. Algumas delas partilharam intervenções propostas para a melhoria da qualidade do atendimento no SUS direcionado às pessoas negras, Outras, trataram da urgência de avivar o movimento de mulheres negras, compartilhando suas experiências. Zâmbia encerrou sua participação na entrevista de forma sugestiva, e como uma mulher negra em movimento, chamou a atenção para ética profissional na saúde.

Eu acho que o SUS deveria promover, encontros com esses profissionais da Saúde, promover palestras, qualificar eles. Informar um pouco sobre a saúde da mulher negra, sobre essa questão de remédios, sobre a questão de contraceptivos, né? Tudo isso deveria ser passado para eles. E ética né, eles precisam ter ética né? E é fundamental a gente também ter pessoas negras nesse quadro, para que possam orientar os outros profissionais a não permanecerem no erro. Eu acho que é isso que falta no SUS (ZÂMBIA) .

Nigéria mais uma vez citou o SUS como um importante espaço de mudança, tratou de falar dos privilégios da branquitude e a perpetuação do racismo na formação profissional e por fim valorizou uma chamada à transformações na formação dos agentes comunitários de saúde, sugestionando letramento racial e social, para que elas, sendo a maioria, pudessem tensionar para mudanças importantes no contexto saúde.

Fui uma pessoa negra, com um discurso muito embranquecido e muito meritocrático. Se você não traz essa discussão desde da base, inclusive pra agente comunitária de saúde, tensionar uma reunião equipe, a coisa não muda. Porque o que que acontece, a gente olha uma equipe da Estratégia a gente vê muita gente branca, porque é o tom da formação em saúde, principalmente nas categorias mais privilegiadas, né? Como é o caso da Medicina. Então, não vai tensionar, por que eu vou fazer... vou perder meus privilégios?!, por que que eu vou falar disso? Agora tudo é raça?! Agora tudo é racismo?! Não vai falar. Então eu vejo a formação dos agentes comunitários de saúde, também, como um lugar de excelência, pra

tensionar essas questões, porque, com certeza elas escutam muitas coisas que a gente não consegue escutar, né? Porque já vai ser filtrado o que vai dizer, mas ali na reunião de equipe, deve sair muita coisa que se elas tiverem mais letramento, são as pessoas ideais para tensionar, né? Fazer o uso da interseccionalidade a favor do coletivo, né? (NIGÉRIA)

Uma a uma, potencializando suas vivências e tensionando a ocupar espaços. Malawi apresenta sua narrativa de movimento, comprometida com as mudanças em seu local de trabalho, superou suas comoções privativas e ascendeu ao novo, lutando por novos espaços de representação, nos quais, devem ser ocupados por mulheres negras.

E daí, pra complementar, eu vou falar dos movimentos sociais, mas eu vou só trazer um pouquinho. Esse pesquisar agora, né? Ser doutora me remeteu, aquela mulher, aquela senhorinha que era minha avó que cuidava, tinha um cuidado, que era um cuidado potente, mas não era um cuidado legítimo. Então buscar esse doutorado, também é poder fazer esse movimento de olhar para trás, né? Que é o movimento que a gente chama de SANKOFA, que é olhar para trás para poder seguir adiante. Então esse doutorado é poder buscar naquela senhora, uma mulher negra que tinha uma potência de um saber que era reconhecido, mas que não era legitimado. Então eu poder também trazer isso. O que eu tenho podido também, né sustentar o meu cuidado. E aí eu já entendi, que as coisas não começaram em mim e não vou terminar, que é aí que o movimento social e o movimento negro tem me ajudado a fazer essa leitura, a poder sustentar esse lugar que eu posso estar hoje. Então eu tenho conhecido, não conhecia esses movimentos, hoje eu tô em alguns. Aqui no Ceará, que agora eu moro no Ceará, eu tô no movimento, no movimento negro que é da academia que é o NERI, que é o Núcleo de estudos de raça e interseccionalidade que é da UFC, pessoal das ciências sociais. Aqui no Ceará, eu componho também na Fiocruz embora é pequeno, mas ele é uma amplitude que é a nível nacional, eu tô no comitê de pró equidade de gênero e raça da FIOCRUZ que ele tem o nacional, mas eu tenho representatividade aqui no Ceará. É esse núcleo né... gerou também, um núcleo menor que foi o movimento pequeno, mas que teve uma...uma uma potência que é o da Pretas Fiocruz, mas ainda não... ele só tem esse nome, por enquanto, mas é porque ele foi o movimento das servidoras pretas FIOCRUZ. Porque a gente tava entendendo que as pretas da FIOCRUZ, servidoras, eles não tinham um espaço, não tinham lugar, então a gente foi construindo isso. E que gerou pra gente, hoje, uma coordenação, que é uma coordenação é vinculado direta a presidente da Fiocruz, que é uma coordenação que tá dando hoje né, um nome, que é uma mulher preta que ocupa esse lugar. E a gente sustentou que tinha que ser uma mulher preta, porque, todas as gestões da Fiocruz já tem né, muitos homens brancos ocupando. E a gente sustentou que tinha que ser uma mulher preta, por quê? Porque a gente precisa de visibilidade em todos as vice-presidência da Fiocruz, que é do ensino, da pesquisa e da gestão. Então ela precisava tá né, num lugar que era acima dessas, para que pudesse ramificar essas. E aí, isso também tem sido muito importante e recentemente fui convidada para estar no Rede das mulheres do nordeste, mulheres negras do nordeste, aqui também. Então tô...fui no primeiro encontro... também tô ocupando esse lugar. E na UFRJ, lá no instituto de psiquiatria a gente tem um coletivo, que são presentes que a gente tá começando, tá ganhando, e eu tô entendendo que são... a gente precisa semear, né? E aí regar pra que frutifique, que foi movimento muito pequeno que foi logo que... foi em 2019 que a gente fez o movimento “Consciência Negra do IPUB, do Instituto e que hoje ele vai virar o NIDA, que é o núcleo de inclusão, diversidade e ações afirmativas que foi agora pautado e foi instituído para as ações dentro do instituto, de

construção de potência, pra que a gente possa, construa de fato um movimento e seja um movimento pra além só de uma ação de um grupo de pessoas, mas que tem uma institucionalidade, né? Para a gente poder avançar. Então assim essa pequenas ações, eu tô, tão me constituindo e eu tô também sendo parte delas, então eu tô entendendo que as coisas estão caminhando não no ritmo que a gente quer, que a gente as vezes quer num ritmo muito mais rápido do que as coisas podem acontecer, mas elas estão acontecendo no ritmo que tem que acontecer. Então, devagarzinho a gente tá indo e tô feliz por isso (...) **Ano passado eu chorei, não...ano passado eu morri, mas esse ano não morro, acho que é isso.** (grifo nosso) (MALAWI)

Malawi faz referência ao trecho da música “*Sujeito de Sorte*” de Belchior que foi recentemente lembrada pelo cantor Emicida na sua música “*AmarElo*”, algo que remete a resiliência que a dor, o sofrimento, a possibilidade da morte e o apagamento podem provocar, a análise desse fragmento pode estar relacionado à emergência da pandemia e a interceptação das vidas.

Na mesma toada de deslocamento, Daomé, compartilhou os primeiros passos da criação do movimento de mulheres negras, intitulado Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques, em homenagem à mulher negra, primeira engenheira do Brasil, paranaense, rompeu barreiras. E assim como Enedina, Daomé vem rompendo barreiras.

E lá nos anos 1980, foi na Unidade Pólo, na escola que a gente sentiu necessidade de sentar para discutir. E aí, sentamos para discutir, criamos o movimento União e Consciência Negra, que existe até hoje. E aí, acho que foi referência a nível de Estado, do Brasil. Depois, sentimos necessidade de ter um momento nosso, mulher. Porque a gente viu que já não dava conta, discutir nossas coisas, tudo junto não é?! Aí começamos, eu e algumas mulheres, a gente continuava sendo da associação, mas tinha um momento. Aí, eu fui numa reunião, enfim, estamos discutindo um nome, naquela época tava se descobrindo África né, e a gente queria uma nome africano. Eu fui para esse encontro, negros em Curitiba, e lá eu vi “Enedina”. Um professor deu...mostrou o jornal, como ela tinha morrido, tudo, contou um pedaço da história dela e eu falei: “tá aí o nome” que é uma mulher nossa, mulher brasileira e tá esperando alguém falar do nome dela né?! E aí eu voltei, falei na reunião com as meninas, foi unânime, aceitaram e a gente criou o Instituto de Mulheres Enedina Alves Marques. Onde a gente, como é que eu vou falar?! A gente enaltece o nome Enedina, pelo que ela fez. Pobre, batalhou né, e ninguém valorizava né. Ela foi da engenharia, naquela época, porque deusolivre mulher nem chegava perto...ela foi e saiu e fez essa escola Madureira, uma coisa assim, um supletivo hoje né. E estudou e conseguiu, porque ela morava numa casa onde acolheram ela ajudava e tal. E quando eu anunciei o primeiro Seminário, uma moça me ligou, eu recebi uma ligação de Curitiba, uma moça dizendo para mim: “Por que dia 20?”. Porque a gente sempre faz dia 20, sempre que é possível, porque nem sempre é possível, mas fica perto do dia 20 de agosto, eu falei não sei, comecei a pensar e que era...seria agosto e ela falou: “Eu sou afilhada dela e dia 20 de agosto foi a data do falecimento dela, ela faleceu em agosto”. Então aí, eu vi como ela tava ligada a nós. E como eu fui saber para marcar dia 20? Aí ficou dia 20 de

agosto (DAOMÉ).

Nascida do movimento e em movimento, essa construção teórica se entrecruza com a prática dessas mulheres, que em diástases agregam conceitos e referências. Desacordam com o que está colocado pelo racismo institucional e traduzem os anseios e questionamentos que a pesquisa se objetivou inicialmente. As protagonistas trataram de suas interseccionalidades e contribuíram somando suas escrevivências para enegrecer a episteme, para enegrecer o espaço acadêmico. É uma escolha.

Esta questão é de caráter ético e político. Se estamos comprometidas com um projeto de transformação social, não podemos ser coniventes com posturas ideológicas de exclusão, que só privilegiam um aspecto da realidade por nós vivida. Ao reivindicar nossa diferença enquanto mulheres negras, enquanto americanas, sabemos bem o quanto trazemos em nós as marcas da exploração econômica e da subordinação racial e sexual. Por isso mesmo, trazemos conosco a marca da libertação de todos e de todas. Portanto, nosso lema deve ser: organização já! Axé Dandaras. (GONZALEZ, 2020, p. 270)

Contudo, e com tudo, a palavra fica com elas:

[...] tem que juntar força, tem que buscar força nas Orixás, tem que...eu sei...eu sei...Mas é isso, acho que a gente tem que não esquecer que a gente é só uma grãozinho de areia. E tem que...esse grão de areia tem que tá ligado senão ele não é nada, ele desaparece. Se você achar que você é todo poderoso, toda poderosa que vai fazer e acontecer, não, sozinha não dá. Você tem que tá ligada a alguém. Se fosse assim, você juntar, para poder fazer alguma coisa né. Você precisa de alguém para construir. Pra divulgar, pra ouvir, pra falar. Porque senão você faria, não muda nada, você escreve e escreve e ninguém lê. É importante que haja, às vezes, você praticamente concluiu né, se eu ouvir, tá passeando tá andando ali, você ouvir alguém falar alguma coisa. Uma pessoa que nem tá, então você, puxa vida, é a história dessa pessoa. A gente precisa conversar para poder entender, o que que o mundo tá pedindo, tá exigindo de nós. Só vai mudar, a situação do negro no Brasil vai mudar, mas vai demorar, vai demorar porque nós precisamos saber que a gente tem que fazer mais, muito mais. (DAOMÉ).

Ao tratar da continuidade da luta, Daomé reacende os propósitos e compromissos do movimento negro, do movimento de mulheres negras, costurando o que Gonzalez (2020) declarou: que é senão a luta antirracista e a perspectiva de uma sociedade mais igualitária, respeitosa e inclusiva. A nossa protagonista, ainda, faz uma analogia da necessidade em agregarmos, fundamentando o coletivo, haja vista que ao sinalizar que sendo grãos de areia, devemos estar ligados: “ligado senão ele não é nada, ele desaparece”, nessa noção de unificação, enaltece a grandiosidade dos movimentos e necessidade de persistência da luta. Carneiro (2020), retrata em escritos de uma vida, algo que coliga-se diretamente com

a experiência e vivência de Daomé. Ao tratar da responsabilidade com um futuro mais igualitário e a missão de combater as iniquidades.

A valorização da diversidade torna-se para nós então, um pré-requisito para a reconciliação de todos os seres humanos. O princípio capaz de fazer com que cada um de nós, com a sua diferença, possa se sentir confortável e “em casa nesse mundo”, pertencentes que somos todos à mesma espécie humana. Essa missão civilizatória é talvez o ponto mais importante da agenda das próximas gerações. Então, meninas, aceitem esse bastão porque eles lhes oferece a oportunidade de, como guerreiras da luz, travam o bom combate! Pelas causas mais justas da humanidade. (CARNEIRO, 2020, p. 116).

Como intelectuais insurgentes, as mulheres negras, protagonistas nessa composição dissertativa, compartilharam de forma sublime suas dores, mas acima de tudo suas potências e resistências. É nesse espaço de enegrecimento e de protagonismo que esse trabalho retrata os discursos e as contribuições dessas sujeitas, que transpondo seu caráter individual, coletivizam suas escrevivências. Produtoras de história, de vivências, suas existências e resistências atuam aqui como foco central da pesquisa resultando em protagonizar suas falas e narrativas. Em seus atravessamentos interseccionais, teceram seus discursos “o objetivo deste texto é comemorar a nossa coragem, quebrar o silêncio” (FIGUEIREDO, 2020. p. 205).

Neste trançado teórico, de vivências e escrevivências, numa perspectiva de saúde, entendemos que saúde é algo que perpassa a integralidade do ser. A saúde é de fato algo inerente à humanidade. Desta forma, por meio de suas narrativas, que elaboramos, chamar de escrevivências, nossas protagonistas entoaram seus atravessamentos interseccionais, as implicações em suas vidas e subjetividades, a relação desse contexto de violências raciais e como tais imbricações interseccionais impactam sua saúde e a saúde de pessoas dos seus convívios. Principalmente diante desse cenário de dor e adoecimento, nota-se a demonstração de afeto e aquilombamento. Em vários relatos, dada a tradução das protagonistas: mulheres em movimento, perpassa a noção de compromisso mútuo. No apanhado de vidas, fica nítido como o empoderamento dessas mulheres, a frente de vivências do racismo, ressignificam suas vidas e suas ações de cidadania. O empoderamento que se deu nas suas singularidades, ultrapassaram suas limitações indivisíveis e se transformaram num cenário de provimento de resistência, continuação e luta. Como trata Berth (2020):

Vale dizer que é importante se empoderar no âmbito individual, porém é preciso

que também haja um processo no âmbito coletivo. Quando falamos em empoderamento, estamos nos referindo a um trabalho essencialmente político, ainda que perpassa todas as áreas da formação de um indivíduo e todas as nuances que envolvem a coletividade. Do mesmo modo, quando questionamos o modelo de poder que envolve esses processos, entendemos que não é possível empoderar alguém. Empoderamos a nós mesmos e amparamos outros indivíduos em seus processos, conscientes de que a conclusão só se dará pela simbiose do processo individual com o coletivo (BERTH, 2020, p. 153) .

A “simbiose” tratada pela autora é o que defendemos quando trazemos as narrativas de mulheres negras presentes neste trabalho. Reverenciar e validar o compartilhamento das vivências, experiências e saberes das protagonistas, para além da denúncia e explanação acerca do racismo institucional na saúde, convertem-se na publicização da importância das vozes de mulheres negras, que empoderadas, partilham escrituras, compartilham suas existências e fundamentam suas resistências ao encorajarem e fortalecerem o âmbito coletivo.

Como já elencado nos capítulos anteriores, a escritura faz-se no vigor coletivo, como resultante da potência de mulheres negras: “escritura não é a escrita de si, porque esta se esgota no próprio sujeito. Ela carrega a vivência da coletividade” (EVARISTO, 2022). Aqui, portanto, traçamos escrituras, de mulheres negras em movimento, denunciando o racismo na saúde, e, validando suas narrativas e ecoando suas vozes, não em SUSpiros, mas vertendo-as em gritos de liberdade e equidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: VIDA, EXISTÊNCIAS E RESISTÊNCIAS

“Mil nações moldaram a minha cara
 minha voz uso pra dizer o que se cala.
 O meu país É meu lugar de fala”
 (Elza Soares, O que se cala – 1930-2021)

Alguns textos e esboços, poesias e epígrafes foram adicionados à pesquisa a título de enegrecer e notabilizar a formatação e o compromisso que foi se intensificando no transcorrer da escrita. Trechos poéticos são resultado do alinhavado artesanal que foi escrever sobre uma temática de potência e dor. Como ideias e pensamentos, reflexões e análises, a pesquisa edificou-se em construção teórica de singularidades. A partir das *escrevivências* tornou o ressoar de vozes presentes, impressas no cenário acadêmico por uma perspectiva insurgente. Em muitos fragmentos o todo da dor, a partir do que as protagonistas relataram, transmitiram dororidade e provocaram latejos de sofrimento, que extrapolaram as escritas dessa dissertação.

Dentre outros aspectos, por compromisso epistêmico, esta dissertação engenhrou-se num compromisso de enegrecimento e contribuição da valorização da luta de mulheres negras comprometidas com o enfrentamento do racismo, mais especificamente o racismo institucional na saúde. Em respeito e referência às cientistas negras e aos pesquisadores negros, pautamo-nos em discutir suas produções teóricas. Nossa pesquisa respalda-se, portanto, em vozes negras na academia e vozes negras do movimento. É um tensionamento constante em não romantizar o apagamento das produções de autores negros, mas sim de alicerçar e contribuir com a elucidação da história, da produção e contribuição acadêmica dos povos negros. Defendemos que tal prática é mais um passo no caminho que vem sendo assentado desde longe, e soma-se ao reconhecimento que a pesquisa é construção, é ação constante. Da característica não estática, percebe-se fundante num movimento de atualização. Apresentamos, assim, os fragmentos e retalhos que objetivam a discussão das considerações finais desta dissertação.

Bem como foi demonstrado no capítulo “SUSsurros de mulheres negras: Africanidades diaspóricas de mulheres negras no Brasil” a perspectiva da mulher negra em busca de cidadania e direitos, a discussão sobre o feminismo negro e as nuances sobre essa relação de identidade. Ainda no capítulo “SUSpeitas e implicações: O racismo no Brasil” a

dissertação versou sobre os conceitos e as inferências do racismo especialmente o racismo institucional na saúde. Contudo, elencou como os movimentos sociais, e de fato o movimento negro, se alija na campanha antirracista e fomenta o tensionamento nas políticas públicas por ações de equidade. Por fim, a conexão final deste trabalho se funda no acolhimento dos relatos das nomeadas protagonistas e se organiza em uma análise das narrativas a partir de suas impressões e vivências, nas quais, todas elas compartilharam o atravessamento do racismo em suas vidas e nos atendimentos de saúde. Intitulado “SUSpiros de mulheres negras: Interseccionalidades e escrevivências na Saúde”, o texto tratou de evidenciar esses SUSpiros a partir dos compartilhamentos dessas mulheres negras, protagonistas da pesquisa e que promulgaram os objetivos alcançados desta dissertação.

Como resultados, elencamos a fundamentação e elucidação sobre a temática da saúde da mulher negra. Nossas protagonistas discursaram que, das vivências do racismo institucional na saúde, resignificaram suas existências e assumindo um movimento contínuo de denúncia, movimento e transformação. Nesta pesquisa, apontamos o SUS, foco de análise, especialmente, reconhecendo-o enquanto política pública de extrema importância na configuração do direito social da saúde. Mesmo diante do debate sobre as barreiras de acesso instrumentalizadas no racismo, enumeramos de modo substancial a defesa do SUS não obstante operacionalização da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e outras estratégias de enfrentamento às iniquidades sociais, raciais e de gênero.

Optamos, dentre vários caminhos, discutir a saúde da mulher negra em que pese o atendimento do SUS. Reconhecemos a importância em se discutir o conceito de saúde e as mais diversas formatações que o cuidado em saúde pode ser traduzido, saberes populares, promoção de cuidado com estratégias alternativas, entre outros. Nessa perspectiva, nossa análise viabilizou o pensar sobre a relação da mulher negra e o SUS, dada a importância legal e constitucional desse sistema que, em caráter universal, ultrapassa a assistência em saúde e compõe o apanhado de redes e organizações que atuam no cuidado, proteção, vigilância, assistência e democratização da saúde. No entanto, como cerne crítico, pudemos evidenciar que, como elaboração institucional, esse mesmo SUS também mostra-se inserido no contexto do Racismo Estrutural, consolidando-se como mais uma construção *branca para brancos*.

Na justificativa de uma crítica tão emblemática, tratamos de elucidar as *escrevivências* das protagonistas de nossa pesquisa, ao elencar o SUS e o apagamento da mulher negra como sujeito de cuidado. Há contradições na política pública, que, mesmo

sendo responsabilidade do Estado e com princípios universais, não traduz a equidade que se faz necessária quando evidenciamos os discursos das protagonistas. Ressaltamos que nosso objetivo não é o de desabonar ou mesmo o de destruir toda a fundamentação do SUS. Assentimos a importância desse sistema de saúde e enobrecemos sua constituição histórica, no entanto, enfatizamos o apagamento das *mãos negras* neste feito.

O texto desta dissertação espera contribuir para a reflexão da necessidade de enfrentar o racismo institucional do SUS a partir de sua gênese, ou seja denunciando o racismo estrutural. Reconhecendo que há em todas as instâncias a operação do racismo e que para confrontá-lo há a necessidade de um movimento e investimento de uma trama mais potente e comprometida. A política de saúde, bem como o SUS, precisa para além de reconhecer e mapear as iniquidades em saúde, precisa operacionalizar ações antirracistas na prática. Seja na prevenção, no cuidado e/ou na assistência em saúde, faz-se necessário o acolhimento respeitoso e equânime e a garantia de integralidade. Isso tudo parece tão utópico, talvez seja, mas as forças precisam se somar e a coletividade, os movimentos são de extrema importância nesse processo.

Contudo, aqui não deixaremos de reconhecer os avanços ou a importância da política pública de saúde no Brasil, o SUS enquanto um avanço inimaginável ao Brasil, populoso, continental, múltiplo e causal. Mesmo à frente de contrapontos e contrassensos, o SUS é provavelmente a melhor tática de organização da saúde no Brasil, para tanto, faz necessário incorrer que a política pública de saúde precisa de investimento, responsabilidade e da equidade tão ovacionada. Sobretudo, é fundamental o olhar atento às questões que ainda são sensíveis, como acesso e cuidado em saúde, direito de cidadania, da mulher negra, isso é dever do Estado. Denunciar o racismo no SUS é contribuir para a melhoria da política pública em saúde, é pautar a defesa dos seus princípios de universalidade, integralidade e equidade, e principalmente, seu caráter de democratização, a participação social.

Acatamos que não somente a política de saúde, o SUS precisa ser antirracista, é necessário que toda a estrutura pública e privada também reconheça a necessidade de encarar o racismo como um inimigo comum a todos os brasileiros e que para tanto é dever de todos enfrentar. Decerto seja complexo acreditar que podemos superar o racismo, todavia, para esperar qualquer que seja a transformação, é necessário que tenhamos a ação. E aqui, essas mulheres, as protagonistas da pesquisa se colocaram em ação, se colocaram em movimento. Segundo Angela Davis “Quando uma mulher negra se movimenta,

toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras, muda-se a base do capitalismo”, passagem citada por uma das protagonistas, é de fato um balizador na importância das mulheres negras nesse processo, sendo elas, a maior parcela da população brasileira. Para tanto, essas mulheres, SUSsuram, SUSpiram, se movimentam, tensionam e gritam por melhores condições no atendimento em saúde no SUS.

Esse texto constitui um trabalho sobre saúde, mesmo que não tenha sinalizado ou especificado com ênfase dados epidemiológicos, ele tratou de evidenciar talvez uma das maiores epidemias do SUS. Uma doença que impede o atendimento, que gera violências, adoecimentos emocionais e psíquicos e altos índices de mortalidade: o Racismo. No Brasil, enquanto a discussão racial não estiver pautada no âmbito acadêmico ou ocupar teor político palpável e objetivo, será perpetuada e mantida o desprestígio da contribuição negra com a história e produção de conhecimento no Brasil. Os avanços do reconhecimento e validação das narrativas e discussões acerca dos paradigmas das contribuições das negras e negros, e de forma salutar a contribuição das mulheres negras é urgente e necessária.

Há, de sobremaneira, contestações sobre a legitimidade das produções de mulheres negras, na qual as epistemologias validadas são frequentemente cobradas e retomadas como conceitos universais de ser e saber. Pontuação como essa já fora retratada em parágrafos anteriores, mas esse é um dos pontos centrais da disputa narrativa encampada por mulheres negras em movimento. O tensionamento e a luta constante por espaço de fala é uma porta que se abre, não por comodismo ou caridade, mas uma porta que foi fortemente pressionada a abrir. *Lócus* de reexistência da mulher negra em que há a possibilidade de elucidar a produção dos saberes sob sua ótica, sua singularidade. Por meio da análise do apagamento epistemológico, da colonialidade somado ao racismo, a vivência da mulher negra nos seus atravessamentos interseccionais impelem influência na sua sociabilidade. Neste contexto, faz-se importante o questionamento contínuo em relação à produção nas ciências sociais e os critérios de pertinência nas discussões propostas. O que dialogicamente foi construído a partir das escrevivências apresentadas nessa dissertação.

Espaço da fala de mulheres negras acerca de algo tão sensível que é o cuidado em saúde, um direito do cidadão, aqui cidadã e um dever do Estado. A aplicabilidade da política pública de saúde e o reconhecimento da estruturalidade do racismo no SUS. De fato esse trabalho versou sobre esses aspectos e envereda para essa seara de validação e

valorização de vozes negras na produção de conhecimento. No reconhecimento que na história ancestral de mulheres negras há lacunas, para tanto tutelamos que estas devem ser ocupadas por pesquisas que ilustram discursos decoloniais e explanem a história de resistência e luta dos povos negros. Como uma proposta de produção decolonial, este texto versou por potencializar pesquisadoras e referenciais teóricos de produção de cientistas e escritores negras e negros, predileção essa que corroboram com as discussões insurgentes que aludem a uma vertente teórica que recruta a constituição de promoção de saberes e enegrecimento da história. É evidente, todavia, que essa perspectiva não é irrefutável ou única, ela reflete o engajamento desta pesquisadora que acima do verbo, reconhecer que a produção de conhecimento é movimento, e para tanto, ela se mantém viva e dinâmica, podendo ser a todo e qualquer momento refutada, uma verdades que permanecem em movimento.

Esta dissertação soma-se à contenda que defende o acesso e permanência de negras e negros nos mais diversos espaços, entre eles, a esfera acadêmica, profissões de destaque, referências de *status* social, inclusive, as profissões de saúde. Nessa perspectiva, assumimos que racializar o debate sobre a saúde da mulher negra é fundamentar a interseccionalidade como ferramenta de estudo analítico da sociabilidade e de denúncia das desigualdades. As políticas de extermínio do povo preto empreendem desde os porões dos navios negreiros, dos sobreviventes do sequestro e do apagamento histórico. Na saúde, faz-e necessário ir na contramão desse viés racista e excludente, desta forma, substanciar o compromisso do SUS e seus princípios de universalidade, integralidade, equidade e participação.

Mais do que números, as mulheres negras são sujeitos de história. Imbuídas de subjetividades e vivências, resistem e re-existem conduzindo suas vidas atravessadas por inúmeras opressões interseccionais. Sobretudo, almejam (e devem ser instigadas a almejar) ocupar diferentes espaços e inclusive a academia, como espaço de disputa na validação do conhecimento e reconhecimento, objetivam enegrecer e valorar as experiências, sobrevivências e narrativas singulares: suas escrevivências. Apropriação e resistência, ocupar e enegrecer, socializar e entoar “minha fala tem luta, minha voz tem história” reconectam potências decoloniais. São, portanto, mulheres negras sobreviventes ao antro da morte.

É evidente que o recorte deste texto não acessou outros aspectos quanto à questão de saúde ou ainda sobre a temática étnico racial. Temas urgentes como o genocídio do povo e juventude negra, encarceramento de corpos negros, as infâncias negras, entre outros.

Tão pouco também discutimos o colorismo, políticas afirmativas entre outras estratégias de reparação às violações do racismo. Ressaltamos que a pesquisa não mergulhou no debate sobre a pandemia, a precarização da saúde e o genocídio que representou a condução negacionista e anticiência da gestão de saúde federal do ex-presidente Jair Bolsonaro. Contudo, é importante salientar que se por um lado a pandemia trouxe novos paradigmas de vida em sociedade, dada a urgência do isolamento entre outras urgências, por outro lado ela reforçou as diferenciações e negações que decorrem de uma divisão racial e sexual do trabalho, do território e da vida. Tendo pelo presente lacunas de múltiplos objetos possíveis de pesquisa e engajamento, refletimos que são pautas e aceites que podem vir a ser desenvolvidos em pesquisas subsequentes. Entretanto, a centralidade da mulher negra, bem como, a partir da ótica em se pensar em saúde integral, no cuidado e equidade é algo que pulsa a manter as trilhas da pesquisa.

O comprometimento na elaboração deste texto irrompe em correntezas, que ao seguir o flume dos rios pactua aos certames de valorização da mulher negra, que como sujeito coletivo, se verbaliza por meio da potência do movimento repelindo a estática conformidade com a atual conjuntura. Contudo, ao mesmo tempo que colide ao todo, enaltece a subjetividade não homogênea do SER mulher negra no Brasil, a partir do reconhecimento das suas interseccionalidades.

Esse trabalho recruta-se, portanto, no compromisso de fomentar as subjetividades e enfrentar o apagamento e a invisibilização do corpos, história e produção de mulheres e homens negros. Mesmo com a estrutura colonial da contação da história do Brasil, a arguição e validação das vivências, história elaborada a partir da vivência das mulheres negras aqui intituladas e nomeadas protagonistas, enfrentam o silenciamento cotidiano e ocupam seu lugar de fala, explanando suas *experiência-ações*, subjetivações e seus cotidianos, sendo para esse trabalho um retrato de vida, sobrevivência e resistência. Esta pesquisa pode se somar a diversas outras iniciativas de construção de uma coletividade de mulheres negras, como foram apresentadas pelas protagonistas em movimento. Ou ainda, com vistas ao engajamento do feminismo negro e incorporar o engrecimento dos discursos e produções. Essa é uma grande bandeira de luta.

A produção cotidiana, a militância e o diálogo como disputas narrativas, nas ações insurgentes de mulheres negras, atuam na fundamentação de decolonialidade e enunciação da negritude. Não é somente dor, mas reconhecimento, existência e reexistência.

É saudar a presença de mulheres negras que contam suas histórias, como fizeram Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Lélia Gonzales, Sueli Carneiro. Entre Carolinas, Carolines, Marias, Marianas e Izabelas, entre Suelis, entre Anas, Juliannes e Déboras. Entre Marivânias, Samárias e Alessandras, entre Aracys, Evas e Taynás, entre, Alines, Priscilas, Amandas e Fracilenes, entre todas, todos e todes, socializam seus saberes cotidianos e dialogam como suas vivências interseccionais.

Lélia Gonzalez (2020) já dizia que mulheres negras não compartilham somente a história de opressão. É preciso conhecer os caminhos de luta percorridos nessas opressões, por isso que as produções e manifestações culturais produzidas por essas mulheres negras - sejam elas das Artes, Literatura ou da Moda - devem ser visibilizadas e valorizadas, pois, fazem parte de um conjunto de narrativas de resistência e reexistência. Nesse sentido, compreendemos que esta dissertação poderá proporcionar mais engajamento de pesquisa e continuidade dos passos que vieram de longe, caracterizando, dessa maneira, um epílogo em aberto.

REFERÊNCIAS

ABROMOVAY, Mirian. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ADICHE, Chimamanda Ngozi. **Para Educar Crianças Feministas: um manifesto**/tradução Denise Bottmann – 1ª ed – São Paulo: Companhia das Letras, 2017

_____. **O Perigo de uma história única**. Tradução Julia Romeu – 1ª ed – São Paulo: Companhia das letras, 2019.

AZEVEDO, Solange Gil de. **O canto de resistência de mulheres negras: vozes que ecoam transformação social**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2021. 136fls.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**/Carla Akotirene. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2020. 152 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**/ Silvio Luiz de Almeida. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

ASSIS, Jussara Francisca. **Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência obstétrica**. Serv. Soc., São Paulo, n. 133, p. 547-565, set./dez.2018.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2017. IPEA. Coordenadores: Daniel Cerqueira, Renato Sergio de Lima Samira Bueno, Luis Iván Valencia, Olaya Hanashiro, Pedro Henrique G. Machado e Adriana dos Santos Lima. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf. Acesso 15/09/2020.

BAIROS. Luiza. **A participação das mulheres negras nos espaços de poder (SEPPIR 1999-2015)**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/igualdade-racial/a-participacao-das-mulheres-negras-nos-espacos-de-poder/view>>. Acesso em 25 jan. 2019.

BARREIRA, Gabriela Pereira. **Por um cuidado integral em saúde das mulheres negras: as narrativas das mulheres negras que o Método Clínico Centrado na Pessoa não (dá) conta**. 1ª ed. - Curitiba: Appris, 2022.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude** - 1ª ed. - São Paulo; Companhia das Letras, 2022.

BERTH, Joice. **Empoderamento**/Joice Berth. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamilá Ribeiro).

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011

_____. **Enegrecer o feminismo**. A situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **Escritos de uma vida**. Prefácio Conceição Evaristo, Apresentação Djamilá Ribeiro. - São Paulo: Editora Jandaíra, 2020

_____. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Pensamento feminista: conceitos fundamentais / Audre Lorde... [et al.]; organização Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 440 p. (p. 324-333)

_____. **Mulheres em movimento**. Revista USP estudos avançados v.17 nº49. São Paulo, 2003. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948> > - acesso 25/05/2023.

CERQUEIRA, Daniel et. al. **Atlas da Violência 2017**, IPEA. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf> . Acesso em 15/09/2020.

CFESS. **Nota Pública contra a extinção do NASF/revogação da Portaria 2979 (de 12/11/2019)**. Publicação em 28/02/2020. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1669>>. Acesso em 16/09/2020.

COLLINS, Patrícia Hill e BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. 1ª ed – São Paulo: Boitempo – 2021.

COLLINS, Patrícia Hill. **Epistemologia feminista Negra**. In: COSTA, J, TORRES, N, GROSGOUEL (Org.). Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico. 2ª ed – Belo Horizonte: Autêntica, 2020 (Coleção Cultura Negra e Identidades). (p. 139-170)

COSTA, Joaze Bernardino-Costa; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (ORGs). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. 2ª Ed – Belo Horizonte: Autêntica, 2020 (Coleção Cultura Negra e Identidades).

DAHLBERG, Linda L. e KRUG, Etienne G. **Violência: Um problema global de saúde pública**. Capítulo extraído com autorização do autor do Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. OMS, Organização Mundial de Saúde. Genebra: OMS; 2002. Version of the Introduction to the World Report on Violence and Health (WHO): Geneve: WHO, 2002, authorized by the authors. Revista Ciência & Saúde Coletiva, 11(Sup): 1163-1178, 2007

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a07v11s0.pdf>>. Acesso em 22/09/2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Editora Boitempo, 2016.

_____. **“Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”**. Reportagem Alê Alves publicada El País - 27/07/2017. Instituto Humanitas Unisinos - São Leopoldo - RS. Disponível em <<https://www.ihu.unisinos.br/166-sem-categoria/570053-quando-a-mulher-negra-se-movimenta-toda-a-estrutura-da-sociedade-se-movimenta-com-ela>>. Acesso em 26/05/2023.

DESLANDES, Suely Ferreira, **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**/ Suely Ferreira Deslandes, Otávio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora).- Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DOSSIÊ MULHERES NEGRAS: **A situação dos Direitos Humanos das Mulheres Negras no Brasil: Violências e Violações**. GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra e CRIOLA – Organização de Mulheres Negras. In: Mulher negra, publicações Geledés, violência contra a mulher – 30/09/2016. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/situacao-dos-direitos-humanos-das-mulheres-negras-no-brasil-violencias-e-violacoes>>. Acesso em 05/09/2019.

EURICO, Márcia Campos. **Racismo na Infância** – 1ª edição. São Paulo: Cortez, 2020.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Belo Horizonte: Nandyala, 2011.

_____. **Olhos D’água**. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016. 116p.

_____. **A escrevivência carrega a escrita da coletividade, afirma Conceição Evaristo**. Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo. Entrevista concedida a Beatriz Herminio - publicado 03/10/2022 14:35 - última modificação 11/11/2022 11:20. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/a-escrevivencia-carrega-a-escrita-da-coletividade-afirma-conceicao-evaristo#:~:text=Criado%20por%20Concei%C3%A7%C3%A3o%20Evaristo%2C%20o,explicou%20a%20escritora%20e%20educadora>>. Acesso em 03/05/2023

FIGUEIREDO, Angela. **A Marcha das Mulheres Negras conclama por um novo pacto civilizatório: descolonização das mentes, dos corpos e dos espaços frente às novas faces da colonialidade do poder**. In: COSTA, J, TORRES, N, GROSFOGUEL (Org.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. 2ª ed – Belo Horizonte: Autêntica, 2020 (Coleção Cultura Negra e Identidades). (p. 203- 222)

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando currículos**. In: In: COSTA, J, TORRES, N, GROSGOUEL (Org.). Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico. 2ª ed – Belo Horizonte: Autêntica, 2020 (Coleção Cultura Negra e Identidades). (p. 223-246)

_____. **O Movimento Negro educador. Saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo Afro Latino Americano: Ensaio Intervenções e diálogos**/Org. Flávio Rios, Márcia Lima – 1ª ed. - Rio de Janeiro: ZAHAR, 2020.

JACCOUD, Luciana (org). **Entre o Racismo e a desigualdade: Da Constituição à Promoção de uma Política de igualdade racial (1988-2008)***. A construção de uma política de igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos. Brasília: IPEA, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós modernidade**. Rio de Janeiro. DPA Editora, 2006.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?: Mulheres negras e feminismo**. Tradução Bhuvi Libanio. 6ª ed – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: 2020.

_____. **Olhares Negros: Raça e representação**/ Tradução Stephani Borges. São Paulo: Elefante; 2019.

JESUS, Maria Carolina de [1960]. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 10ª ed. São Paulo: Ática, 2014.

JORNAL DA USP. **No Brasil, mulheres negras têm maior mortalidade por covid que qualquer grupo na base do mercado de trabalho. desigualdades raciais e de gênero aumentam a mortalidade pela covid-19, mesmo dentro da mesma ocupação. Jornal da USP, 28/09/2021. Disponível em <<https://jornal.usp.br/ciencias/mulheres-negras-tem-maior-mortalidade-por-covid-19-do-que-r-estante-da-populacao/>> . Acesso 28/06/2022.**

JUNIOR, Itamar Vieira. **Torto Arado**. São Paulo: Todavia: 1ª ed 2019. 264 p.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. 1ªed – Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEÃO, Ryane. **Tudo nela brilha e queima**. 1ª Ed. editora Planeta, 2017.

_____. **Jamais peço desculpas por me derramar**. 1ª Ed. editora Planeta, 2019.

LORDE, A. **Sister outsider**. New York: The Crossing Press, 1984.

MALCHER, Monique; RIAL, Carmen Silvia. “**Quem tem medo do feminismo negro? A urgência do debate racial no Brasil.**”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 3, e60959, 2019.

MILANEZI, Jaciane. **Silêncios e confrontos: a saúde da população negra em burocracias no Sistema Único de Saúde (SUS)**. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MINAYO, M. C. de S. e SOUZA, E. R. de. **Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva**. *Revista História, Ciências, Saúde— Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 513-531, nov./fev. 1998.

MOTA, Diana e MATA, Daniel. **A importância da cidade média**. Ano 6. Edição 47 – IPEA 9/02/2009. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1002:catid=28. Acesso em 12/04/2023.

MOTA, Janine da Silva. **Utilização do Google Forms na pesquisa acadêmica**. *Revista Humanidades e Inovação* v.6, n. 12, Palmas – Tocantins, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1106> acesso em 12/04/2023.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e Sentidos**. 4ª ed – 2 reimp. - Belo Horizonte: Autêntica, 2020. - (Coleção Cultura Negra e Identidades)

NJAINE, Kathie (Org)[et aL]. **Impactos da Violência na Saúde**. 2ª Ed. Rio de Janeiro, RJ; Fundação Oswaldo Cruz; Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2009.

MC THA. **Abram os caminhos (música)**. Faiza 01 – Gravadora Elemess: 2019 – 023s.

MEDINA, Alessandra. **MOVIMENTO NEGRO HISTÓRIA, IMPORTÂNCIA, REALIDADE E PERSPECTIVAS**. *Revista NEIAB*. Educação, religiosidade e cultura na perspectiva das relações raciais. Volume 3 n 1, jun. 2019.

MUNANGA, Kabengelé. **Negritude: usos e sentidos**. (Coleção Cultura Negra e identidades) -4ª ed – Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3ª ed – São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz, 1942-1995. **Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos**. Organização Alex Ratts – 1 edição – Rio de Janeiro: Zahar, 2021

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever**. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, v,39 n. 1, p. 13-37, 1996.

ORIGEM DA PALAVRA UBUNTU; Mundo Ubuntu. Disponível em: <<http://www.mundoubuntu.com.br/sobre/curiosidades-do-ubuntu/63-origem-da-palavra-ubuntu>>. Acesso dez/2021.

PEREIRA, Nathália Diniz, CASTRO, Mariana Duarte de, FIGUEIRA, Helder Martins, NOVAS, Kaina Rangel. **Saúde da população negra frente a covid19: Desafios e vulnerabilidades**. Revista Transformar |14, Edição Especial “Covid-19: pesquisa, diálogos transdisciplinares e perspectivas”, mai./ago. 2020. E-ISSN:2175-8255. Disponível em: <http://www.fsj.edu.br/transformar/index.php/transformar/article/viewFile/386/187> - acesso 20/06/2023.

PIEDADE, Vilma Piedade. **Dororidade**. 1ª ed. Editora Nós, 2017.

QUIJANO, A. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, E. (Org.) *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (p. 107-130).

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?**. Coleção Feminismos Plurais. Letramento: Justificando. Belo Horizonte – MG, 2017.

_____. **Pequeno Manual Antirracista**. 1ª ed – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. **Quem tem medo do feminismo Negro?/Djamila Ribeiro** – 1ª ed. São Paulo : Companhia das Letras, 2018.

RÍOS, Maiara Moreira de, Y DE LOS Marcela Lagarde . **Sororidad**. In: GAMBA, Susana Beatriz. *Diccionario de estudios de género y feminismos*. Buenos Aires: 2009.

SCOTT, Joan W. **O enigma da Igualdade**. Estudos Feministas, Florianópolis-SC, 13/1-216, janeiro-abril, 2005, p11-30.

SILVA, Josenilton, PINHEIRO, Luana, JACCOUD, Luciana, SILVA, Waldemir. **A promoção da igualdade racial em 2006 e o programa de combate ao racismo institucional (capítulo 3)**. In: JACCOUD, Luciana (org). *Entre o Racismo e a desigualdade: Da Constituição à Promoção de uma Política de igualdade racial (1988-2008)**. A construção de uma política de igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos. Brasília: IPEA, 2009.

SOARES, Elza. **O que se cala** (música). Álbum: Deus é Mulher, Gravadora: Deckdisc/Polyson,: 2018. 3:50 minutos.

SODRÉ, Francis. **O Serviço Social entre a prevenção e a promoção da saúde**: tradução, vínculo e acolhimento. Serv. Soc. Soc.[online]. 2014, n.117, pp.69-83.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro, ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. 1ª ed – Rio de Janeiro: Zahar, 2021

TENÓRIO, Jeferson. **O Averso da Pele**. 1ª Edição – São Paulo; Companhia das Letras, 2020.

UNODC. **#Vidas negras: Políticas para reduzir vulnerabilidades em saúde precisam de dados de melhor qualidade.** UNODC - Escritório de ligação parceria do Brasil, 2018. Disponível em: <
https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2018/01/vidasnegras_-_politicas-para-reduzir-vulnerabilidades-em-sade-precisam-de-dados-de-melhor-qualidade.html>. Acesso 28/06/2022

WERNECK, Jurema. **Racismo institucional e saúde da população negra.** Revista Saúde Soc. São Paulo, v.25, n.3, p.535-549, 2016 5 – Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/bJdS7R46GV7PB3wV54qW7vm/?format=pdf&lang=pt>

Referências Legislativas, decretos e normas

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei 8080/90 – Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde – SUS e dá outras providências.

BRASIL. Lei 12. 288, de 20 de julho de 2010: **Estatuto da Igualdade Racial.** Brasília: Casa Civil, 2010

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros /** Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2005. 340 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Por uma cultura da paz, a promoção da saúde e a prevenção da violência /** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009. 44 p. : il. – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde)

BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço.** Brasília, 2002. (Cadernos de Atenção Básica, 8).

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 992 de 13 de Maio de 2009. **Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.** Livro/PDF. Disponível em: BRASIL. Ministério da Saúde. Acesso em 23/07/2019.

BRASIL. **Perfil dos municípios brasileiros: 2019 / IBGE,** Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2020. 90 p. : il.

BRASIL. **SUAS 10. Diversidade no SUAS: realidade, respostas, perspectivas.** – Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, 2015. 88 p.; 28 cm.

BRASIL. **Reinos e Impérios Africanos – Reino do Daomé.** Fundação Cultural Palmares. Disponível em <
<https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/reinos-e-imperios-africanos-2013-reino-do-daome>> Acesso em 20/09/2023

ANEXO 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA MULHERES PROTAGONISTAS DA PESQUISA SAÚDE DA MULHER NEGRA: VIDA, EXISTÊNCIA E RESISTÊNCIAS. O ATRAVESSAMENTO DO RACISMO INSTITUCIONAL NA SAÚDE

Estou sendo convidada/o a participar de um estudo denominado *Saúde da mulher negra: vida, existência e resistências. O atravessamento do racismo institucional na saúde*, cujos objetivos e justificativas são: apresentar as narrativas de mulheres negras em movimento. A minha participação no referido estudo será no sentido de responder ao questionário, bem como emitir de forma voluntária minha narrativa acerca da temática saúde e racismo. Afirmando que recebi elucidação necessária sobre a pesquisa. Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo. Também fui informada de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de, por desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo pessoal e/ou social ou qualquer exposição vexatória ou desrespeitosa. As pesquisadoras envolvidas com o referido projeto: mestranda Débora Cristina Sampaio do Valle – orientada pela pesquisadora Dra. Marivânia Conceição de Araujo, vinculadas ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. - Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá - Paraná. Por fim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Mestranda: Débora Cristina Sampaio do Valle

e-mail: pg403324@uem.br

Telefone: 43 99901-4317

Orientadora: Dra. Marivânia Conceição de Araujo

e-mail: marivaniaaraujo@yahoo.com.br

Coordenadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afrobrasileiros – NEIAB e Professora do Departamento de Ciências Sociais – UEM.

44 3011-5065/44 3011-4288/ 44 99164-1191

ANEXO 2

Seção 1 de 3

PESQUISA: SAÚDE DA MULHER NEGRA

Você já parou para pensar na relação RACISMO E SAÚDE? Essa pesquisa vai dialogar um pouco sobre isso, com base na participação de mulheres negras em movimento. Contudo, informo que a participação é voluntária e a pesquisa acadêmica garante o sigilo das participantes. Convido-a participar e fico grata com a sua contribuição.

**Antes de iniciar a pesquisa, favor ler e apreciar o Termo de Consentimento Informado.

*** Por gentileza retornar esse questionário até o dia 12/03/2023

E-mail *

E-mail válido

Este formulário está coletando e-mails. [Alterar configurações](#)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA MULHERES PROTAGONISTAS DA PESQUISA SAÚDE DA MULHER NEGRA: VIDA, EXISTÊNCIA E RESISTÊNCIAS. O

PESQUISA: SAÚDE DA MULHER NEGRA

Segue abaixo algumas questões direcionadas a partir dos objetivos da pesquisa

Participa de algum movimento, coletivo, instituto, grupo do Movimento Negro?

Sim

Não

Nome completo.

*

Idade?

*

Gênero: Marcar apenas uma;

Mulher Cisgênero (MULHER CIS : concordância da identidade de gênero do indivíduo com a sua configuração hormonal e genital de nascimento, nasceu com órgão sexual feminino, tem atitudes e comportamentos relacionados ao papel de gênero feminino e se identifica como mulher.

Outro: _____.

Qual é a sua cor ou raça/etnia?.

Marcar apenas uma:

Preta

Parda

Indígena

Amarela

Branca

Sobre atendimentos em saúde?

*

Marcar apenas uma:
Exclusivamente SUS.
utiliza SUS e plano particular de saúde.

Reside em qual município?

*

Marcar apenas uma oval.

Outro:

Londrina- PR

Maringá -PR

Outro: _____

Sobre Vivências e Experiências. Nessa seção as perguntas serão direcionadas às questões sobre RACISMO E SAÚDE. Por favor, caso não se sinta a vontade em responder coloque a descrição: "Não me sinto à vontade em responder".

O que você entende por RACISMO?

*

De 1 a 5 como você avalia a intensidade do racismo no atendimento à saúde, sendo 1 pouco racista e 5 muito racista.

*

Na sua vivência, como reagiu na situação de racismo?

*

Com base na sua resposta anterior, você acredita que o racismo no atendimento em saúde possa exercer alguma barreira de acesso às mulheres negras?

Sim

Não

*

Como você avalia os atendimentos em saúde destinado às mulheres negras no seu município?

- 1 (muito ruim)
- 2 (ruim)
- 3 (regular)
- 4 (bom)
- 5 (ótimo)

Você acredita que exista Racismo Institucional no atendimento em saúde de mulheres negras? Se sim, comente.

*

ESCREVIVÊNCIA em saúde:

*

ANEXO 3

10 (10) WhatsApp x teste - pg403324@uem.br - E-m... x Pesquisa Saúde da Mulher Negra x +

mail.google.com/mail/u/1/?ogbl#sent/QgrcJHsbhNcVLPVpVdgrznHQbSsFCSlBhGB?compose=ClgCJTLpcWFDDtCnBHLZVxMjkrDcLzVWZxrBNpztXsGCPnFqVNCBjLGLnRvPjJSQZDVVDdxV

Gmail

in:sent

Ativo

99+ Mail

Escrever

Caixa de entrada 382

Com estrela

Adiados

Enviados

Rascunhos 5

Mais

Marcadores +

Pesquisa - campo

teste Caixa de entrada x

3 de 67

Debora Cristina Sampaio do Valle -pg403324@uem.br- para mim

11 de abr. de 2023, 11:18 (há 7 dias)

Prezada colega, mulher negra em movimento. 🙌🏾
 Você participou da pesquisa "Saúde da Mulher negra: Vida, Existências e Resistências". O atravessamento do racismo institucional na saúde, em primeiro lugar, gostaria de te agradecer por compartilhar suas vivências e conhecimentos que foram fundamentais para o desenvolvimento da minha pesquisa. Em segundo lugar, quero te convidar para participar da parte final da pesquisa que será uma conversa online, na qual o dia e horário serão definidos conjuntamente. Caso tenha disponibilidade e queira contribuir ainda mais, peço por favor que responda esse e-mail. Assim, poderemos agendar um momento que seja adequado para a nossa conversa. Desde já agradeço e renovo protestos de estima e admiração. #ubuntu

* por gentileza retornar esse e-mail até o dia 22/04/2023

Att.

Mestranda: Débora Cristina Sampaio do Valle

e-mail: pg403324@uem.br

Telefone: 43 99901-4317

Orientadora: Dra. Marivânia Conceição de Araujo

e-mail: marivaniaaraujo@yahoo.com.br

Coordenadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afrobrasileiros – NEIAB e Professora do Departamento de Ciências Sociais – UEM

agendamento Pesqui...

29°C Pred. nublado 16:52 18/04/2023

ANEXO 4

Pesquisa Saúde da Mulher Negra



seg., 24 de
abr., 10:59

Debora Cristina Sampaio do Valle
<pg403324@uem.br>

🌻 Prezada colega, mulher negra em movimento. 🌻👊

Você retornou sobre o interesse em participar da etapa final da pesquisa. Desta forma, vamos estreitar mais nosso contato 😊. Para facilitar nosso encontro e organizar a pesquisa, vamos estabelecer um encontro online de no máximo 1 hora. Sabemos que tod@s são atravessadas em suas interseccionalidades e por isso muitos afazeres e demandas profissionais, pessoais, enfim suas vidas. Para garantir o sigilo e a proteção de vocês como protagonistas desta pesquisa, junto com minha orientadora Profª Dra. Marivânia Araujo, escolhemos identificar tod@as vocês com nomes de países africanos, na tentativa de respeitá-las e garantir suas vozes, narrativas e escrevivências, respeitarei a escolha pela ordem de resposta do e-mail. Por favor indiquem como querem ser identificadas (nomes de países do Continente Africano) esse também como um compromisso em decolonizar saberes, ressoar vozes e enaltecer nossa ancestralidade.

Agradeço imensamente e conto com vocês para o sucesso dessa pesquisa.

Renovo protestos de estima e admiração

#ubuntu

**Peço (se possível) incluir seu contato de telefone (whatsapp) ou apenas responda que gostaria de receber o link via e-mail. Peço por favor que indique sua disponibilidade entre os dias 24/04 e 01/05 para agendarmos nosso encontro. Horários: Manhã, tarde e noite.

*****para aquelas que quiserem me adicionar e conversar pelo whatsapp 43 999014317 🤗

n°	Nome Completo	Identificação país Africano	e-mail	Dia e horário disponibilidade e 22/04 à 30/04* duração de 1 hora	Tem interesse em participar do Grupo de Whatsapp ? (Sim ou não)	Caso tenha respondido SIM Informar o telefone
01						
02						

Perguntas norteadoras da entrevista:

- A protagonista se apresentar e contar sobre sua trajetória de vida, identidade negra e atuação no movimento negro;
- Conversando sobre os aspectos da pesquisa: Quais/Que elementos ela poderia apontar/estabelecer/indicar sobre o que ela identifica como racismo institucional na saúde;
- Compartilhar sobre suas experiências em saúde, sobre o SUS e ainda vivências e escrevivências como mulher negra e saúde. Parte da sua história.

ANEXO 5

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO ENTREVISTA

PESQUISA: SAÚDE DA MULHER NEGRA Indica uma pergunta obrigatória

Enviar por e-mail*



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA MULHERES PROTAGONISTAS DA PESQUISA SAÚDE DA MULHER NEGRA: VIDA, EXISTÊNCIA E RESISTÊNCIAS. O ATRAVESSAMENTO DO RACISMO INSTITUCIONAL NA SAÚDE

Estou sendo convidada/o a participar de um estudo denominado “*Saúde da mulher negra: vida, existência e resistências. O atravessamento do racismo institucional na Saúde*”, cujos objetivos e justificativas são: apresentar as narrativas de mulheres negras em movimento, suas vivências e escrevivências no SUS e suas percepções sobre o racismo institucional na política pública de saúde. Nesta etapa participarei por meio de entrevista online, na qual recebi convite, confirmação e agendamento – data e horário – bem como autorizo a gravação de imagem e voz durante a realização da entrevista. A minha participação no referido estudo acontece de maneira voluntária, na qual será realizado diálogo acerca da temática saúde e racismo e a gravação das minhas narrativas, vivências e *escrevivências* por meio da ferramenta *GoogleMeet*. Afirmo que recebi elucidação necessária sobre a pesquisa. Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome, minha imagem ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo. Fui informada da utilização de pseudônimo, nomes de países africanos – no qual tive a liberdade em indicar e escolher. Sobretudo, fui orientada de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de, por desejar

sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo pessoal e/ou social ou qualquer exposição vexatória ou desrespeitosa. As pesquisadoras envolvidas com o referido projeto: mestrandas Débora Cristina Sampaio do Valle – orientada pela pesquisadora Dra. Marivânia Conceição de Araujo, vinculadas ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. - Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá - Paraná. Por fim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Mestranda: Débora Cristina Sampaio do Valle

e-mail: pg403324@uem.br

Telefone: 43 99901-4317

Orientadora: Dra. Marivânia Conceição de Araujo

e-mail: marivaniaaraujo@yahoo.com.br

Coordenadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afrobrasileiros – NEIAB e Professora do Departamento de Ciências Sociais – UEM.

44 3011-5065/44 3011-4288/ 44 99164-1191

*

Concordo em participar da pesquisa “SAÚDE DA MULHER NEGRA: VIDA, EXISTÊNCIAS E RESISTÊNCIAS. O atravessamento do racismo institucional na saúde” que nesta etapa realizará entrevista online com gravação de imagem e áudio.

Não concordo em participar da pesquisa